

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE BELAS-ARTES



**DESIGN URBANO**  
**O ESPAÇO PÚBLICO COMO LOCAL DE TRABALHO**

Beatriz Esteves dos Reis Garcia e Costa

Trabalho de Projeto  
Mestrado em Design de Equipamento  
Especialização em Design Urbano e de Interiores

Trabalho de Projeto orientado pelo Prof. Doutor Cristóvão Valente Pereira

2018

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Eu Beatriz Esteves dos Reis Garcia e Costa, declaro que a presente dissertação / trabalho de projeto de mestrado intitulada “Design Urbano – O Espaço Público como Local de Trabalho”, é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas na bibliografia ou outras listagens de fontes documentais, tal como todas as citações diretas ou indiretas têm devida indicação ao longo do trabalho segundo as normas académicas.

O Candidato

A handwritten signature in black ink, reading "Beatriz Garcia e Costa". The script is cursive and fluid, with the first name "Beatriz" being more prominent and the last name "Garcia e Costa" following in a similar style.

Lisboa, 15 de Fevereiro de 2018



## **(i) RESUMO**

A presente dissertação “Design Urbano – Espaço Público como Local de Trabalho” pretende colocar em evidência a importância da criação de espaços de trabalho em locais públicos urbanos. Os espaços públicos urbanos foram ao longo dos tempos uma plataforma de encontro na vida das pessoas, e continuam atualmente a ser fundamentais para a vida quotidiana, ao fomentarem elos importantes de ligação.

A cidade é hoje composta por uma grande multiculturalidade e intercâmbio de habitantes que ajudam a definir também o seu espaço público e privado, onde se desenvolvem novos hábitos e novas ações.

Devido a estas novas dinâmicas de cidade é cada vez mais premente a existência destes locais pois permitem o encontro e reunião, promovem e estimulam a interação, a comunicação e a criatividade. Cada vez mais é incentivada a procura do ambiente exterior como alternativa aos ambientes de trabalho fechados.

Assim, o espaço urbano, mesmo quando tem algumas limitações, não deixa de ser um local de encontro e convívio entre os cidadãos, ao ser um elemento promotor para este tipo de convivência, que poderá despertar estas novas práticas contemporâneas de trabalho e vitalizar a troca de novas sinergias tão importantes nos tempos atuais.

Com a criação e a implementação de novos conceitos e ambientes que sirvam este propósito o design poderá ter um papel estrutural/concetual nesta envolvência, assim como na alteração e melhoria da qualidade de vida das pessoas.

O objetivo desta investigação é o de corresponder à oportunidade de existência de espaços públicos que apresentem um mobiliário urbano que satisfaça e proporcione aos cidadãos a possibilidade de usufruir de várias formas como: reunião, partilha, troca de ideias, relações interpessoais, isto é, de trabalho.

Com este estudo e análise, assume-se que irão ser cada vez mais pertinentes e necessários locais de espaço público destinados a uma população em constante mobilidade e pessoas trabalhadoras dinâmicas que exercem as suas funções em qualquer lugar. Estes espaços pretendem contribuir para a revitalização do uso do espaço público como promotor de relações sociais.

**Palavras-chave:** espaço público, design urbano, trabalho exterior, mobilidade, biofilia

## **(ii) ABSTRACT**

The present dissertation "Urban Design - Public Space as a Place of Work" aims to highlight the importance of the creation of workspaces in urban public places. Urban public spaces have, over time, been a meeting place in people's lives, and continue to be central to everyday life, as they foster important linkages.

The city is today composed of a great multiculturalism and exchange of inhabitants that help to define also its public and private space, where new habits and new actions are developed.

Due to these new city dynamics, the existence of these places is increasingly pressing because they allow meeting, promote and stimulate interaction, communication and creativity. Increasingly, the demand for the outdoor environment is encouraged as an alternative to closed working environments.

Thus, urban space, even when it has some limitations, remains a place of meeting and social interaction among citizens, as it is a promoter for this type of coexistence, which can awaken these new contemporary work practices and vitalize the exchange new synergies so important in our times.

With the creation and implementation of new concepts and environments that serve this purpose, design can have a structural / conceptual role in this environment, as well as in the alteration and improvement of people's quality of life.

The objective of this research is to correspond to the opportunity of having public spaces that present an urban furniture that satisfies and provides citizens with the possibility of enjoying it in various forms such as: meeting, sharing, exchanging ideas, interpersonal relationships, that is, of work.

With this study and analysis it is assumed that there will be more and more relevant and necessary public space sites for a population that is constantly mobile and dynamic working people everywhere. These spaces aim to contribute to the revitalization of the use of the public space as a promoter of social relations.

**Key words:** public space, urban design, outdoor workspace, mobility, biophilic cities

### **(iii) AGRADECIMENTOS**

Chegado ao fim, o percurso de um Mestre.

Um percurso que me exigiu organização, disciplina, método e sobretudo perseverança.

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família.

Que sempre me acompanhou, como só ela sabe, em todo o processo, me guiou nas várias dúvidas que tive, nas hesitações e até em algum desânimo.

Obrigada Mãe, Pai, Avó e Joana.

Agradeço ao meu professor orientador, Professor Doutor Cristóvão Pereira, por toda a serenidade, segurança e motivação transmitidas ao longo deste caminho de investigação.

Um professor que me conduziu até ao fim, mesmo sendo até ao “inferno”.

Ou, como diria Winston Churchill: “if you are going through hell, keep going”.

Agradeço também aos meus colegas e amigos, em especial ao Diogo e à Joana Tavares, por nunca me deixarem desistir, pela vossa incansável presença e apoio. Ao João Rocha e João Costa, que me acompanharam e me ajudaram com tanta paciência e amizade em todas as fases deste percurso universitário.

Obrigado pela vossa disponibilidade.

A todos os que contribuíram e participaram para a realização desta investigação.

Um sincero obrigado a todos!

---

**(iv) ÍNDICE**

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
AGRADECIMENTOS	iii
ÍNDICE	iv
ÍNDICE DE FIGURAS	v
<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
1.1 DEFINIÇÃO DO TEMA	2
1.2. OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO	4
1.3. METODOLOGIA	5
<b>2. A CIDADE CONTEMPORÂNEA</b>	<b>7</b>
2.1. A EVOLUÇÃO DA CIDADE E DO ESPAÇO PÚBLICO	7
2.1.1. CIDADE MODERNA/GLOBALIZADA	10
2.2. ATUAIS ATIVIDADES E USOS DO ESPAÇO COLETIVO	12
2.4. ENQUADRAMENTO E DEFINIÇÕES DO MOBILIÁRIO URBANO	17
<b>3. A SOCIEDADE E O ESPAÇO PÚBLICO</b>	<b>20</b>
3.1. COMPORTAMENTO NO ESPAÇO PÚBLICO URBANO	20
3.2. INTERAÇÃO SOCIAL NA RELAÇÃO COM O ESPAÇO	24
3.2.1. USOS, ACTIVIDADES, NECESSIDADES E PERTINÊNCIAS	25
3.2.2. A ERA DA INFORMAÇÃO E A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA	27
<b>4. CONTEXTOS E ESPAÇOS DE TRABALHO</b>	<b>30</b>
4.1. ENQUADRAMENTO E DEFINIÇÕES	30
4.1.1. EVOLUÇÃO DOS MODELOS DE ESCRITÓRIO	32
4.2. NOVOS PARADIGMAS E CONTEXTOS DE TRABALHO	37
4.2.1. TELETRABALHO: O IMPACTO DAS TIC NAS PRÁTICAS DE TRABALHO	37
4.2.2. NOMADISMO E MOBILIDADE DO POSTO DE TRABALHO	40
4.2.3. TRABALHO COLABORATIVO	43
4.2.4. FREELANCER	45

---

4.2.5. COWORKING	47
4.3. MOBILIÁRIO DE TRABALHO	50
4.3.1. NOVAS PROPOSTAS	50
<b>5. O TRABALHO NO EXTERIOR</b>	<b>56</b>
5.1. A INTERLIGAÇÃO DO ESPAÇO DE TRABALHO COM O ESPAÇO PÚBLICO	56
5.2. VANTAGENS DO LOCAL DE TRABALHO NO ESPAÇO PÚBLICO	57
5.2.1. UM ESPAÇO PÚBLICO DE TRABALHO INFORMAL	58
5.3. DESIGN BIOFÍLICO	62
5.3.1. A NATUREZA: UM EFEITO RESTAURADOR	64
5.3.2. O IMPACTO DA BIOFILIA NOS ESPAÇOS DE TRABALHO	67
5.4. ALGUNS CASOS DE ESTUDO: O MOBILIÁRIO DESTINADO A CONVÍVIO E/OU TRABALHO	69
<b>6. PROPOSTA DE PROJETO</b>	<b>80</b>
6.1. OBJETIVOS	82
6.2. INQUÉRITO REALIZADO	83
6.3. REQUISITOS GERAIS	86
6.3.1. ESTUDO DO ESPAÇO DE IMPLEMENTAÇÃO	90
6.4. MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA	92
<b>9. CONCLUSÃO</b>	<b>106</b>
<b>10. BIBLIOGRAFIA</b>	<b>109</b>
<b>11. WEBGRAFIA</b>	<b>113</b>
<b>12. ANEXOS</b>	<b>115</b>

---

## (v) ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1: Diagrama Metodológico .....	5
Fig. 2: Tabela de tipologias de Espaço Público (adaptado de Pedro Brandão, 2008) ....	15
Fig. 3: Natureza dos lugares (adaptado de Canter, 1997) .....	21
Fig. 4: Componentes dos lugares (adaptado de Punter, 1991) .....	22
Fig. 5: Escritório do modelo Taylorista .....	32
Fig. 6: Interior de Osram AG em 1965 © Quickborner Team .....	33
Fig. 7: “Action Office I” .....	34
Fig. 8: "Action Office II" .....	34
Fig. 9: Planeamento do escritório alemão por “Quickborner Team” .....	35
Fig. 10: Tipologias de Escritório na Europa .....	35
Fig. 11: Três categorias do espaço por SANE (adaptado de DEGW, 2001) .....	38
Fig. 12: Quatro formas de Colaboração por SteelCase .....	43
Fig. 13: Gráfico de análise trabalhador móvel. Adaptado de IBM, 2005 .....	46
Fig. 14: Estrutura do Espaço de Trabalho .....	48
Fig. 15: The Second Home, Espaço de Coworking, Lisboa, 2017 .....	49
Fig. 16: Float – Grey Fox, Perch, Thomas Montegory .....	50
Fig. 17: Workbays - Ronan & Erwan Bouroullec, Vitra, 2012 .....	51
Fig. 18: HUBitat – XXI Triennale, Fantoni 2016 .....	52
Fig. 19: Hive, Mobiliário Modular, Connection .....	53
Fig. 20: Toguna, Bene .....	53
Fig. 21: Caleidoscópio, Campo Grande, Lisboa, 2016 .....	54
Fig. 22: Portman’s Hyatt Hotel .....	60
Fig. 23: Fundação Ford .....	60
Fig. 24: Modelo de escritório Bürolandschaft, (Sundstrom & Sundstrom, 1986) .....	67
Fig. 25: Google Campus, Dublin .....	68
Fig. 26: The Spheres – Escritório Amazon em Seattle, EUA (2017) .....	68
Fig. 27: Studio in the Woods – Madrid, Selgas-Cano Arquitectos, 2007 .....	69
Fig. 28: : “The Outdoor Office” – Jonathan Olivares, 2012 .....	70
Fig. 29: “HAUS” – Alexander Lotersztain, 2010 .....	71
Fig. 30: Solitaire – Alexander Lotersztain .....	72
Fig. 31: ConnecTable Café e ConnecTable Hub – ConnecTable .....	73

---

Fig. 32: Tree x Office, TateHarmer – Londres, 2015 .....	74
Fig. 33: Breakout! New York, 2008-2009 .....	74
Fig. 34: Verner Panton, Cloverleaf Outdoor, 1969.....	75
Fig. 35: Martha Schwartz, New York, EUA, 1997.....	76
Fig. 36: Rissoho, Universidade Kumagaya Campas, Japão, Studio on Site, 2010.....	77
Fig. 37: El Poeta. Empresa: BD Barcelona design, 2005 .....	77
Fig. 38: On Repeat, Pavilhão, Londres, 2017 .....	78
Fig. 39: Medidas recomendadas da Área de Trabalho.....	87
Fig. 40: Interações (adaptada de Grey Fox, 2016).....	88
Fig. 41: Postura (adaptada de Grey Fox, 2016) .....	89
Fig. 42: Número de Pessoas (adaptada de Grey Fox, 2016).....	89
Fig. 43: Zona do Campo Grande, Caleidoscópio, Lisboa.....	90
Fig. 44: Planta do Campo Grande - Caleidoscópio (adaptada de CML, 2017) .....	91
Fig. 45: Zona de Implantação, Campo Grande (fotografia da autora).....	92
Fig. 46: Cor Glacier White, material Corian (adaptada de DuPont).....	95

## 1. INTRODUÇÃO

Desde a antiguidade clássica até ao início do século XX que os espaços públicos adotam uma posição central na diversidade e na interação do Homem com o meio, assegurando uma melhor qualidade de vida das pessoas nas cidades.

Esta continuidade demonstra que os espaços públicos têm sido um elemento determinante nos processos de desenvolvimento e evolução das cidades, funcionando como lugares onde as pessoas se encontram e trocam ideias.

O espaço público é um grande promotor de relações sociais e coletivas, considerando-se como um importante elemento da vida quotidiana. Deste modo, é cada vez mais importante que no espaço público das cidades existam lugares que estimulem a interação, a comunicação e a criatividade, aspetos fundamentais para os dias que hoje percorremos. Numa realidade onde a necessidade de recorrer a novas sensações e estímulos é uma constante, o espaço público poderá ser um recurso plausível para aperfeiçoar e se tornar num ambiente cada vez mais harmonizado.

O design pode ter um papel vinculatório nesta harmonização, assim como na alteração e melhoria da qualidade de vida das pessoas, com a criação e a implementação de novos conceitos e ambientes que sirvam este propósito. Neste sentido, a presente investigação circunscreve a interligação de vários temas relativos aos novos modelos e práticas de trabalho, relacionadas com as novas tecnologias, com as novas tendências estruturais e conceituais do espaço de trabalho. Assim, pretende-se evidenciar o espaço público e o design urbano como elementos preponderantes na projeção destas novas conceções laborais.



## 1.1 DEFINIÇÃO DO TEMA

Como estudante universitária na área do Design, e tantas vezes envolvida em trabalhos onde o processo de idealização de projeto carece de partilha, de encontro, de reunião, de troca de informações e ideias, prevalecia invariavelmente a mesma dificuldade. Ou seja, onde combinar o encontro para a fase em que era vital reunirmos, no qual fosse prático o acesso a todos os envolvidos. Tínhamos alguns lugares possíveis: biblioteca, cafés, corredores da faculdade, etc. Nenhum destes espaços satisfazia e ia ao encontro das nossas necessidades, por vários motivos. Surge assim, espontaneamente, a ideia para o tema desta investigação, *“Design Urbano – O Espaço Público como Local de Trabalho”*.

Numa experiência mais direta, a inviabilidade de encontrar um lugar onde fosse possível reunir para trabalho de investigação/grupo despoletou curiosidade em procurar e conhecer espaços onde fosse possível e prático o encontro. Todavia, estes espaços não são fáceis de encontrar. Existem alguns, mas estão associados a formas de pagamento mensal, outros estão distantes do centro e mais vocacionados como salas de estudo, o que não vai totalmente ao encontro desta necessidade. Um local para um encontro mais informal e dinâmico, para troca de ideias e informações entre os elementos de uma equipa de trabalho.

O espaço urbano, apesar de todos os condicionantes envolvidos, não deixa de ser um local de encontro e convívio entre os cidadãos, sendo um elemento promotor para este tipo de convivência, que poderá promover estas novas práticas contemporâneas de trabalho.

Assim surge a questão, “de que forma o espaço público urbano poderá propor novas utilizações para as atuais práticas e metodologias de trabalho?”. Este será o ponto de partida para uma análise que procurará responder de forma transversal à necessidade de um espaço/equipamento que promova a atividade de trabalho, onde o espaço público urbano poderá ser o motor para uma maior interação social.

A cidade atual é cada vez mais o centro do dinamismo da vida coletiva, que se encontra em constante evolução, de forma cada vez mais acelerada. Impulsionada por uma nova requalificação e urbanização, onde a globalização e as novas tecnologias atuam como fatores de importante influência nos novos e diferentes estilos de vida. Segundo Cristóvão Pereira, entende-se assim, a noção de complexidade do atual

conceito de cidade, ao interferir com as relações entre os seus habitantes, recursos e bens materiais (Pereira, 2012).

A cidade é hoje constituída por uma grande multiculturalidade e intercâmbio de habitantes que definem também o seu espaço público e privado, e onde desenvolvem novos hábitos e novas atividades.

Assim, neste âmbito, é cada vez mais premente a criação de espaços que permitam o encontro e reunião e até mesmo a atividade ou prática de trabalho informal, isto é, no novo entendimento dinâmico e “familiar” do que é trabalhar, na troca de ideias e informações entre uma equipa de trabalho.

Com esta nova geração e com a emergente mobilidade do posto de trabalho, torna-se pertinente a intervenção para um novo tipo de sociedade, aberta à partilha e comunicação, ao “trabalhador do conhecimento”, aos *freelancers*, aos trabalhadores nómadas, aos estudantes.

Assim, a perspetiva direcional desta dissertação passa pela compreensão e análise das novas formas de trabalhar, que explorem e traduzam a comunicação como elemento primordial. Também através da conceção de novos espaços que irão ser criados, de forma a permitir a confluência de múltiplas sinergias, a partilha de ideias e simultaneamente permitir uma interação transversal no que concerne aos interesses de estudo e trabalho.

Deste modo, propõe-se com esta investigação um equipamento alternativo com características definidas segundo os requisitos de utilização, que responda a esta necessidade, que demonstre e permita viabilizar a elaboração de um lugar destinado ao trabalho do sector terciário e ao estudo.

Por conseguinte, pretende-se desenvolver um novo conceito de utilização do espaço público de modo a que nele seja possível usufruir do espaço e do equipamento como área de trabalho, envolvida em harmonia com a cidade, o espaço, o equipamento e o utilizador. Pretende-se adquirir competências e valências que permitam facilitar na projeção de espaços/equipamentos que promovam a atividade profissional em ambiente público, alternativo, assim como as relações interpessoais.

## 1.2. OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO

A presente investigação tem como principal objetivo demonstrar como poderá ser desenvolvido um espaço público destinado ao trabalho. Este espaço irá disponibilizar a utilização de equipamentos que auxiliem e apoiem o desenvolvimento das atividades normalmente desenvolvidas num escritório ou pelos estudantes. Com este modelo, pretende-se intervir de forma utilitária, ao proporcionar aos utilizadores uma relação de proximidade e contacto com o mobiliário urbano, capaz de intensificar e diversificar os seus usos ao propor uma funcionalidade específica e que vai de encontro às atuais dinâmicas urbanas de trabalho. Para isso definem-se seis objetivos que delineiam este estudo:

- 1) Analisar o desenvolvimento e evolução da cidade e da importância dos espaços públicos na vida das pessoas ao longo dos tempos.
- 2) Apresentar a evolução dos conceitos e Espaços de Escritório de Trabalho.
- 3) Evidenciar propostas feitas no âmbito do Design Urbano que promovam as relações sociais no espaço público.
- 4) Mostrar a pertinência de locais de trabalho no espaço público como alternativa a outros.
- 5) Fazer recomendações para um desenho do equipamento urbano que vise melhorar a qualidade de vida laboral das pessoas.
- 6) Conceção de um projeto de intervenção no espaço público – equipamento de estar alusivo ao trabalho.

### 1.3. METODOLOGIA

A metodologia adotada para a concretização deste estudo teve por base o levantamento de informação bibliográfica sobre conteúdos pertinentes face ao tema em questão, assim como a observação da utilização do espaço público analisando alguns casos práticos.

Para a elaboração da presente investigação consideraram-se assuntos chave, tais como: a evolução do Espaço Público, da Cidade e do Design Urbano – desde as suas origens, definições, evolução, características, atividades, e relações entre a cidade, o espaço e os cidadãos; questões relacionadas com a Dimensão Social e Humana do Espaço Público, de convívio e interação coletiva; assim como os Modelos e Contextos do Espaço de Trabalho, associados à evolução da Era Informacional e Tecnológica; estudou-se a Evolução dos Escritórios e Equipamentos fazendo uma análise diacrónica dos mesmos; serviu também de base o estudo do conceito do Design Biofílico como atual tendência para a sua aplicação nos espaços de trabalho modernos.

Não apenas através de bibliografia, como também a análise de alguns estudos e artigos se considerou necessário para um melhor entendimento acerca de todos estes temas. Ainda assim, e definindo a falta de conteúdo referente ao tema da dissertação, procurou-se formular um inquérito, direcionado ao cidadão do espaço público, que auxiliasse na conceção do projeto.

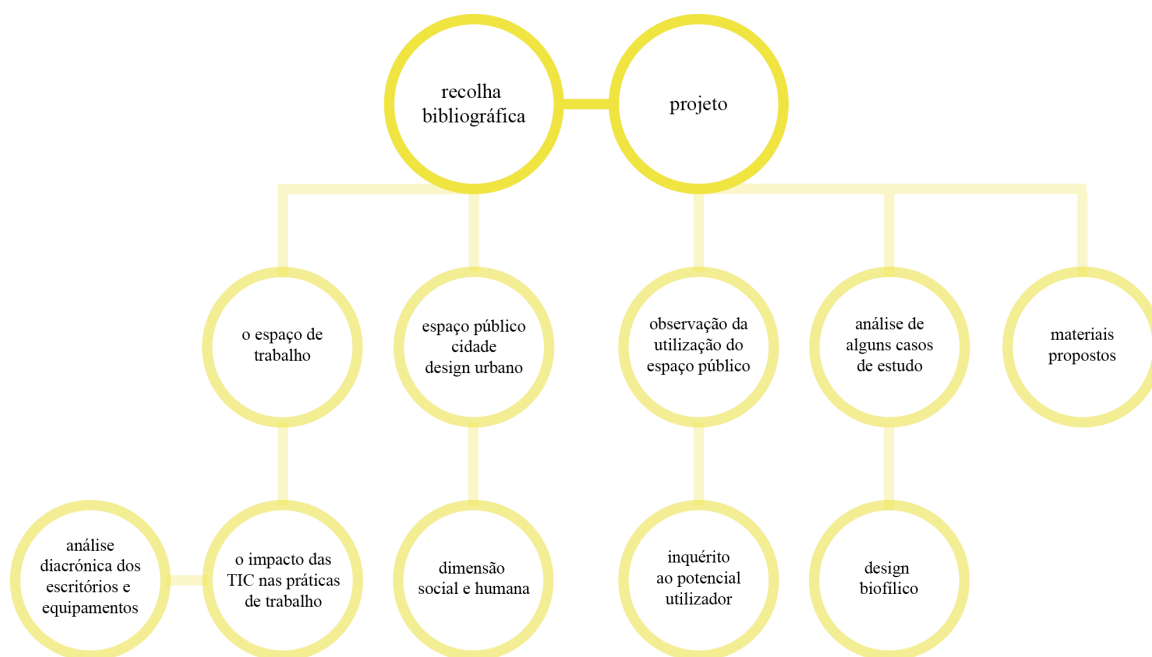


Fig. 1: Diagrama Metodológico

Capítulo 2  
**A CIDADE CONTEMPORÂNEA**

## **2. A CIDADE CONTEMPORÂNEA**

A cidade é um “(...) produto da natureza humana” (Andrade et. al, 2010, p.122), é uma das concretizações que melhor define e representa a sociedade. A cidade é vista como a materialização da civilização, e por sua vez, o espaço público é o local que ocupa o “espaço de representação, em qual a sociedade é visível” (Borja & Muxi, 2001), representa as evoluções das atividades e o desenvolvimento das relações entre a sociedade e a cidade. A história da cidade é a história do espaço público e das construções que permanecem como registo factual dessa mesma história. Através de uma abordagem aos conceitos e definições, tanto da cidade como do espaço público e coletivo, pretende-se entender a essência destes espaços como promotores destas atividades e relações entre a sociedade e o espaço público. O objetivo principal é realçar o conceito de espaço coletivo enquanto local de reunião, de partilha, de comunicação e de relações sociais. Torna-se por isso imprescindível estudar a evolução destes espaços, pois permitirá adquirir uma perspetiva mais lúcida e concreta acerca do modo de como fará sentido serem usados e usufruídos nos dias de hoje.

### **2.1. A EVOLUÇÃO DA CIDADE E DO ESPAÇO PÚBLICO**

O conceito de cidade, segundo Brandão (2005) nasce a partir da definição de “*urbe*”, que é entendida como a base da necessidade da entreaajuda ou complementaridade funcional (cit. por Pereira, 2012). O autor Brandão, que refere este vocábulo, enfatiza a importância da existência de ligações e relações entre a própria sociedade.

Assim, entende-se a cidade com base nesta definição, mas é no espaço público, ou coletivo, que se observa a essência dessa entreaajuda e interdependência. Este “berço” de relações é propício para a existência de partilha de recursos, que é inequivocamente dado também pela produção de equipamento, que mais tarde se intitula de mobiliário urbano. Dentro desta perspetiva, o mobiliário urbano atua como um elemento fundamental de relacionamento entre a sociedade e o espaço coletivo, como explica Cristóvão Pereira (2012) “(...) mobiliário urbano enquanto meio fundamental para as funções, usos e utilidades ancestrais do espaço coletivo com a partilha de recursos e equipamentos que está na génese da cidade” (p.141).

O espaço coletivo é considerado um espaço de uso comum que dispõe de recursos naturais de acesso livre, como é o caso do poço ou das fontes. Este é um lugar amplo onde a população se encontra e que ao mesmo tempo tem acesso a este tipo de meios. É um local de grande visibilidade e abertura, que agrupa diversos tipos de usos. É, portanto, um órgão essencial para a sociedade a que pertence a cidade (Borja & Muxi, 2001), sendo um local de relação e identificação, de contacto entre uma grande quantidade de gente. Para além disso, é também um local de ostentação do poder político, mesmo hoje em dia, que existem meios mais atualizados e que ultrapassam muitas funções de comunicação e informação. O espaço coletivo, urbano e amplo não perde a sua importância incontestável não só na fisionomia da cidade, mas também na respetiva sociedade.

Segundo Maurice Cerasi (1990), citado por Pereira (2012), o espaço coletivo define-se a partir das atribuições e usos que os habitantes lhe qualificam, muito mais do que a partir da sua configuração física. Para Cerasi o que constitui o espaço coletivo é esse conjunto e continuidade dos “espaços abertos”, que será a vertente que nos interessa compreender e abordar. A cidade como uma unidade contínua, uma unidade que reflita o quotidiano da sociedade, bem como o seu espaço coletivo, aberto, perceptível e próximo do cidadão. Tanto a cidade como o espaço coletivo são intrínsecos um do outro, a cidade é muito mais do que a sua construção e edificação, definindo-se pela existência do conjunto de espaços abertos, das atividades que daí se desenvolvem e fundamentalmente, define-se pelo uso que a população lhe dá.

Os usos de permanência do espaço coletivo, como refere Pereira (2012), modificaram-se ao longo do tempo e muitos deles perderam-se, ao deixarem de existir atualmente. A fim de refletir sobre os conceitos de espaço público, cidade e espaço coletivo, torna-se fulcral determinar que usos foram esses e que importância terão esses usos na vertente dos desafios que atualmente o espaço público enfrenta. Os antigos usos de permanência do espaço coletivo: atividades de comércio; profissões de rua; atividades de manufatura de produtos; abastecimentos nas praças e ruas; eventos sociais (lazer, entretenimento); eventos políticos (julgamentos e execuções) e transformação de matérias-primas. Com estes dados, torna-se possível concluir que o espaço coletivo não

só era usado como recurso a bens essenciais<sup>1</sup>, como também era utilizado como local de trabalho pela população. Várias são as descrições e referências às antigas atividades de comércio nas cidades, a par das diversas profissões e atividades que usavam o espaço coletivo como local de trabalho (Pereira, 2012, pp.115-116).

As ruas, as praças e os rossios eram sítios onde haviam as boas atividades de ócio e de tempos livres. Tal como ainda se pode observar, estes espaços serviam de locais de confraternização e de permanência para o descanso quotidiano. Pode-se por isso concluir, que todos estes acontecimentos e usos dão ao espaço coletivo uma forte conotação cultural e social, pois para todos a rua é um local de excelência para a distração, para o descanso e para a diversão (Pereira, 2012, p.118). Assim sendo, o espaço coletivo atua como o centro da atividade e da vida da cidade, com a ocorrência de muitos eventos<sup>2</sup>. É um local com um carácter utilitário e funcional, pelos vários usos dados pelos utilizadores. Com este tipo de utilização o espaço coletivo regenera-se como um elemento vital para a cidade, o que lhe dá uma maior vivacidade. O espaço público não coincide com o espaço coletivo, é antes parte da constituição do espaço coletivo da cidade moderna, como considera Cerasi (1990, p.89). Em suma, a cidade é constituída pelo seu espaço coletivo, relativo aos usos e à vida coletiva e pelo espaço público, que constitui a propriedade pública, de acesso livre, ou seja, para todos, independentemente da sua acessibilidade, como as ruas, as avenidas, os jardins, as praças, etc. O que diferencia o espaço público do espaço coletivo são os usos que lhes são atribuídos, que não são apenas coletivos, mas estão associados à cidadania e sociedade.<sup>3</sup>

Para a presente investigação interessa delimitar a extensão da usabilidade e conceito do espaço público segundo uma perspetiva direccionada para a promoção de relações. Importa entender o espaço público como um local onde se desenvolvem

---

<sup>1</sup> Como por exemplo a água das fontes.

<sup>2</sup> Em ruas, praças, largos e rossios.

<sup>3</sup> Isto é, mais do que qualquer outra vertente, seja ela formal ou funcional, é o uso que distingue o espaço público e que o define. Apesar de existir estas variações de espaço privado ou público, a sua essência natural é a de ser um espaço definido como sendo de acesso livre. “O que destaca sobretudo o espaço público do espaço colectivo é o conjunto de potenciais usos que lhe estão consagrados e atribuídos. É esse conjunto de usos, não só colectivos, mas ligados à cidadania e à sociedade, esgotando-se aí o seu derradeiro fim, que de facto o definem como tal. Ou seja, mais do que qualquer outra vertente (formal, funcional ou outra), é o uso (potencial e efectivo) que distingue o espaço público, definindo-o pela sua consagração e pelo seu fim. No entanto, podemos apontar que, de facto, a verdadeira natureza do espaço público é a de não ter qualquer condicionamento do acesso derivado dos usos dedicados ou restritos. O espaço público define-se pelo seu uso livre” (Pereira, 2012, pp.126-127).



ligações de partilha entre a sociedade e o próprio espaço e a importância que este tem sobre ela através do seu design urbano.

### 2.1.1. CIDADE MODERNA/GLOBALIZADA

O espaço público tem sofrido grandes alterações ao longo do tempo, fazendo desvanecer uma das suas principais funções, a de fomentador de relações sociais, principalmente após a Revolução Industrial do século XIX, onde se observou uma tendência nas cidades ocidentais de se manifestarem como grandes potências económicas, “Atualmente, as cidades necessitam de promover a sua identidade e as suas qualidades para se afirmarem e diferenciarem numa rede urbana cada vez mais competitiva” (Brandão, coord., 2002, p.16). Com isto, passou a existir uma forte afluência dos fluxos de “passagem”, de transportes, etc, recorrendo-se cada vez menos ao local público como local de comunicação e vivência permanente, como refere Pereira (2012), “A evolução do espaço público também se caracteriza pela sua dedicação cada vez maior para os usos “de passagem”, dos fluxos de condução, comunicação, transportes, etc., em detrimento dos usos de permanência” (p.133).

A partir da segunda metade do séc. XIX várias cidades europeias, bem como a cidade de Lisboa, atualizaram os novos conceitos de urbanismo enquadrados agora numa nova imagem de cidade, moderna e industrializada. Procederam-se a novas intervenções nas ruas e praças com o intuito de introduzir novos usos e modos de comportamento num novo espaço público, um espaço público moderno. Esta diretriz define um novo período, o período atual da evolução tecnológica. Com a chegada dos novos meios de comunicação e com as alterações de usos que resultaram da modernização da cidade desvaneceram cada vez mais a função principal do espaço público. A sua utilização tornou-se cada vez menos importante na vida das pessoas, deixando até de recorrerem ao espaço público para os usos de ócio e tempos livres. Para além da vertente comunicativa e informacional, as novas tecnologias também proporcionam usos recreativos e de lazer, vertente essa que domina de um modo geral a sua utilização principal hoje em dia<sup>4</sup> (Pereira, 2012, p.134).

---

<sup>4</sup> Para além da imersão tecnológica também a saturação automóvel veio a tornar-se uma das consequências do urbanismo moderno, não só por parte da cidade como também da própria sociedade. Isto advém em grande parte devido à excessiva aderência dos usos de fluxos e de passagem em vez dos de permanência.

A mobilidade torna-se uma característica da nova sociedade, devido à flexibilidade submetida pelos sistemas de trabalho e integração social em redes, como referido por Castells (2002) “como o tempo fica mais flexível, os lugares tornam-se mais singulares à medida que as pessoas circulam entre eles num padrão cada vez mais móvel”. Uma tendência importante da nova sociedade resume-se à ‘centralidade em casa’ (como referido em Pereira, 2012). O impacto das tecnologias de informação e comunicação disseminaram uma nova forma de experienciar o espaço público, a agilidade que hoje se verifica na vida diária dos cidadãos pressupõe novas abordagens de utilização do espaço. Esta poderá prenunciar-se na forma como as tecnologias mobilizaram o trabalho da sociedade, “Diferentemente do tradicional modelo de espaço público, como local físico para as relações intersubjetivas e materializado em ruas, praças e ágoras, na sociedade contemporânea, utilizam-se também os espaços virtuais como lugares de encontro, de convívio, aprendizagem, negócio e de discussão” (Coimbra, 2015).

Whyte (1980), afirma que no período da cidade modernista as pessoas passaram a encontrar-se menos nas ruas, o espaço público passou a funcionar como um local de passagem, e muitas vezes aparece completamente vazio no meio dos edifícios. As pessoas deixaram de interagir e de se cruzar, e como consequência a cidade foi perdendo a sua função de interlocutora entre os estranhos “conhecidos”, no entanto, a premissa de que, “O que atrai mais as pessoas, irá aparecer, serão outras pessoas” (p.19), manter-se-á inquebrável na linha do tempo. A qualidade de vida dos indivíduos e da própria sociedade passa pela experiência que existe no exterior, pela vivência social que é possível ter nos espaços públicos. É por isso, fundamental criar espaços físicos que facilitem as relações interpessoais entre a comunidade. O papel e a importância do espaço público na cidade começam a ser questionados, a função e uso que até então era óbvia deixa agora de se tornar tão linear. No entanto, denota-se uma procura de maior qualidade nos espaços públicos, com o surgimento de novas propostas de diversos autores. Defende-se a atribuição de mais usos que favoreçam à participação por parte dos habitantes e fortaleçam as atribuições sociais do espaço público (Ellin, 1999; Carmona, 2003). Atualmente a cidade, e consequentemente o seu espaço público, atravessam um período controverso e desafiador, derivado das características da atual situação em que vivemos, que são, como enuncia Pereira (2012): a globalização; a interrogação acerca dos antigos conceitos e valores; a indefinição dos novos padrões; o

crescimento rápido das cidades; a era da tecnologia de informação; o consumismo; a polarização da vida do indivíduo entre o trabalho e o lazer; os problemas ambientais; etc.

## **2.2. ATUAIS ATIVIDADES E USOS DO ESPAÇO COLETIVO**

A aglutinação do espaço público com o espaço coletivo fomentou uma maior tendência de redução de usos e subdivisão em zonas monofuncionais, isto fez do espaço público atual um espaço livre sem usos especializados e pré-definidos, segundo Pereira (2012): “Inerentemente, tem sido exigida a criação de espaços cada vez mais especializados, dedicados e exclusivos, para que a sua utilização permita o melhor desempenho dessas actividades” (p.174). O espaço público é cada vez menos um local de uso de recursos de equipamentos e cada vez mais um local de uso de passagem. Estes usos de passagem, evocam a principal atividade das pessoas nos espaços públicos urbanos, denominada de deslocação. Ainda assim os usos de permanência do espaço público mantêm-se. Assim, existe uma predominância dos usos relativos ao lazer, dando especial importância ao convívio e socialização.

A primazia dada a este valor de proximidade está relacionado também na forma em como os processos de trabalho se têm vindo a modificar. As novas tecnologias irão ter um efeito marcante na forma de organização do trabalho, assim como nas relações laborais, que serão profundamente alteradas, principalmente através deste novo paradigma de flexibilização, intimamente relacionado com o novo contexto volátil das redes de comunicação (Borja & Castells 1997, como referido em Pereira, 2012).

Jan Gehl (2006), de forma muito simplificada, enuncia as atividades maioritárias que acontecem no espaço público. Estas subdividem-se em três categorias, cada uma com características e exigências muito diferentes, são elas: as atividades essenciais, as atividades opcionais e as atividades sociais.

As atividades essenciais ou necessárias distinguem-se pelo seu carácter obrigatório, isto é, das tarefas diárias que existem regularmente e que na maioria das vezes são percorridas a caminhar. O invólucro espacial acaba por não ter uma incidência marcante para este tipo de necessidades.

As atividades opcionais são atividades que propiciam o desejo de fazer alguma atividade específica. Essas atividades estão dependentes das condições físicas e climáticas do espaço. É particularmente importante a relação entre o ambiente físico, pois possibilita a maioria das atividades recreativas. Quando as áreas externas são de má qualidade, apenas ocorrem atividades estritamente necessárias enquanto que se existirem boas condições atmosféricas as mesmas atividades ocorrem, mas de forma mais fruída e prolongada. As condições do próprio espaço definem o tipo de utilização do mesmo.

As atividades sociais são atividades que acontecem de forma espontânea, como consequência direta da deslocação das pessoas no mesmo espaço. O carácter das atividades sociais varia, dependendo do contexto em que ocorrem. Se a comunidade for uma comunidade residencial, terá à partida interesses comuns que remeterão para uma eventual relação social. Em centros urbanos, estas relações sociais acabam por se tornar mais supérfluas e impessoais. Esta é uma atividade resultante das outras duas mencionadas.

O relacionamento entre a sociedade e o espaço coexiste num determinado sistema, este sistema é influenciado pela forma como a sociedade interage com o meio e igualmente como este meio espacial se molda às necessidades modificadoras da própria sociedade, como refere Carmona & Tiesdell (2007): “É difícil conceber o “espaço” sem conteúdo social e, igualmente, conceber a sociedade sem um meio espacial. O relacionamento é, portanto, melhor concebido através de um processo bidirecional contínuo no qual as pessoas criam e modificam espaços, ao mesmo tempo que são influenciados de várias maneiras por esses espaços. Ao moldar o ambiente construído, os designers urbanos influenciam - inibem, facilitam, precipitam e modificam, mas não determinam - padrões de atividade humana e, portanto, de vida social” (p.141).

O espaço público é um mecanismo fundamental para a socialização da vida urbana. É aqui que nasce a vida coletiva, onde se produz o intercâmbio e se expressa a diversidade. A qualidade, a multiplicação e a acessibilidade dos espaços públicos definem em grande parte a própria cidadania (Borja & Muxi, 2001). Através da otimização da qualidade do espaço público torna-se possível melhorar e favorecer as

atividades das pessoas que usam este lugar.

Como defende Gehl (2001), as atividades que acontecem no espaço público são especialmente importantes para a percepção deste espaço, estando relacionado com elas as propriedades físicas e climáticas.

Vários são os usos praticados no espaço público, podendo ser de utilização funcional ou essencial. A utilização do espaço público é influenciada por vários contextos e aplicações, onde a qualidade do ambiente físico, juntamente com as condições climáticas assume uma grande relevância. Estas são condições difíceis de prever e controlar, o que poderá de certa forma influenciar o usufruto do espaço. As necessidades individuais de cada pessoa traduzem-se segundo Gehl (2006), em dois tipos de uso de espaço público, o uso voluntário e o uso involuntário do espaço público.

O uso voluntário passa pela carência dos cidadãos de usufruírem do espaço público de forma espontânea, para a sua própria recriação. As condições climáticas são um fator importante para a grande parte das atividades recreativas e de lazer.

O uso involuntário do espaço público ocorre quando as pessoas são obrigadas a participar e a intervir devido a necessidades do seu dia-a-dia. Este uso surge associado à necessidade de deslocação de um ponto para o outro da cidade, acontecendo em qualquer período do dia. O espaço público é utilizado independentemente das condições exteriores.

### 2.3. CARACTERÍSTICAS E TIPOLOGIAS DO ESPAÇO PÚBLICO

O espaço público e coletivo têm sido ao longo do tempo os interlocutores principais das relações sociais que existe entre o homem e o espaço. Este é um lugar de primazia para o encontro entre os cidadãos onde eles próprios se podem exprimir como tal. É possível diferenciar duas tipologias de espaço público, são eles: os tradicionais, que englobam os jardins, os parques, as praças, as ruas; e os não tradicionais que surgem quando os espaços públicos convencionais são inacessíveis ou simplesmente desagradáveis. Estes espaços são espaços informais onde a interação pode ser intencional ou não, são eles: as estradas das habitações; esplanadas, paragens/estações de transportes públicos (Alves, 2014).

Considera-se o espaço público como um espaço partilhado, de utilização livre, um bem coletivo da comunidade como refere o autor Brandão (2001), o espaço público é um espaço ‘entre edifícios’, espaços esses definidos por usos, sejam eles individuais ou coletivos (como referido por Soares, 2013). As pessoas caminham, sentam-se e conversam, os espaços não se limitam à circulação, mas também a atividades recreativas ou sociais. Assim, a vida entre os edifícios oferece a possibilidade de estar com outros (Gehl, 2006). Torna-se por isso fundamental referir que tipos de espaço público existem e quais farão sentido abordar para a presente investigação.

Tipologias de Espaço Público		
a) Espaços – traçado	Encontro Circulação	1. largos/praças 2. ruas/avenidas
b) Espaços – ‘paisagem’	Lazer Natureza Contemplação	3. jardins/parques 4. miradouros/panoramas
c) Espaços – deslocação	Transporte Canal Estacionamento	5. estações/paragens/interfaces 6. vias-férreas/auto-estradas 7. parking/silos
d) Espaços – memória	Saudade Arqueologia Memoriais	8. cemitérios 9. industrial/agrícola/serviços 10. espaços monumentais
e) Espaços – comerciais	Semi-interiores Semi-exteiores	11. mercados/centros comerciais/arcadas 12. mercado levante, quiosques, toldos
f) Espaços – gerados	Por edifícios Por equipamentos Por sistemas	13. adro, passagem, galeria pátio 14. culturais, desportivos, religiosos, infantis 15. iluminação, mobiliário, comunicação, arte

Fig. 2: Tabela de tipologias de Espaço Público (adaptado de Pedro Brandão, 2008)

É possível considerar através da tabela enunciada (fig.2) quinze tipologias organizadas por seis referências estruturais: traçado – espaço de encontro (largos, praças) ou circulação (ruas e avenidas); paisagem – de lazer (parques e jardins) ou de contemplação (panoramas); deslocação – de transporte, canal, estacionamento; memória – espaços de saudade, memória, arqueologia; economia – comércio, semi-interiores e semi-exterior; espaço gerado – por edifícios ou sistemas (Brandão, 2008). Dá-se especial importância para os tipos a) e b) que apesar de diferentes são funcionalmente semelhantes pois propiciam à informalidade, à comunicação e à troca de informação entre a sociedade. Como já mencionado, as praças foram palco de diversas atividades laborais, “atividades de comércio nas cidades, a par das diversas profissões e manufacturas que eram desempenhadas nas lojas e à vista de todos aqueles que passavam na rua, ou até mesmo a céu aberto quando a isso obrigavam” (Pereira, 2012, p.115).

Os espaços públicos tradicionais são os que farão sentido abordar na temática da presente investigação, são eles: os parques, os jardins urbanos e as praças. Estes são locais, como já vimos, onde a vida coletiva dos cidadãos flui, são espaços de comunicação, contínuos e abertos. Estes espaços abertos são normalmente vistos como modelos para o design, como enuncia Lynch (2007), “Existe um conjunto de classes do espaço aberto, que são habitualmente aceites como modelos para o design” (p.409), nomeadamente os parques, as praças entre outros. No ponto de vista deste autor existem duas abordagens distintas sobre a distribuição do espaço público aberto. Uma delas é que os espaços abertos devem ser “concentrados e contínuos, de modo a “darem forma” ao resto da cidade. Estes espaços devem estar interligados em conjunto e, em função da respetiva dimensão, devem proporcionar um verdadeiro alívio relativamente às condições superlotadas da cidade.”, segundo a outra teoria, “os espaços devem ser pequenos e estar bem disseminados por todo o tecido citadino, de modo a serem tão acessíveis quanto possível” (p.407). Assim como Lynch (2007), Whyte (1980) dá primazia aos espaços públicos pequenos em oposição aos grandes espaços públicos da cidade moderna. O autor defende que estes são fundamentais para a cidade e para os cidadãos, pois são eles que para além de serem usados por um grande número de pessoas são locais marcantes na construção de imagem do espaço público. As pessoas usam os espaços que são acessíveis e confortáveis. O desenho do espaço público deverá

começar por um entendimento completo do que será usável e usufruído da melhor forma possível pelos cidadãos.

## 2.4. ENQUADRAMENTO E DEFINIÇÕES DO MOBILIÁRIO URBANO

Atualmente, o espaço urbano das cidades da Europa é um dos fatores chave para a criação de novos e inovadores espaços dinâmicos na *urbe*. Segundo Pereira (2012) “É esta definição que funda a cidade; e também o seu espaço público, ou colectivo, já que neste se encontra originalmente muita dessa entreajuda e complementaridade. E com esse fundamento na entreajuda – e por consequência, na partilha de recursos – também se produz todo o seu equipamento para o melhor proveito e usufruto desse espaço, equipamento esse que mais tarde se vem a instituir, já segundo a lógica da cidade burguesa e industrial, em mobiliário” (p.107). É importante que estes espaços se adaptem ao modo de vida e às necessidades atuais dos cidadãos que cada vez mais se concentra nestas grandes metrópoles. O mobiliário urbano deverá atuar e responder de forma adequada a esta exigência de modo de vida da sociedade, com soluções simples e proficientes.

O conceito de mobiliário urbano, segundo o regulamento da Câmara Municipal de Lisboa<sup>5</sup>, inclui todo o tipo de componentes que fazem parte da constituição do espaço público. Estes componentes oferecem aos habitantes da cidade serviços de apoio e de informação. Composto por elementos como: postes de iluminação, vitrinas, paragens de transportes públicos, quiosques, expositores, papeleiras, bancos, mesas, pilaretes, esplanadas, bicicletários, chafarizes, entre outros.

Para Thwaites & Simkins (2007), o mobiliário urbano é um elemento “âncora” na organização do espaço público urbano: “(...) a flexibilidade de mesas e cadeiras móveis, apresentam um profundo impacto sobre a percepção e privacidade das pessoas no espaço público. Isso deve-se ao facto de permitirem o controlo territorial temporário através de sua constante recombinação para se ajustar às necessidades de diversos indivíduos e grupos ao longo do tempo” (p.116). Segundo Moor & Rowland (2006), “a estrutura flexível será consequentemente a chave para o futuro do projeto urbano. Ela possibilitará o desenvolvimento para responder à incerteza” (p.187). Os autores Kevin

---

<sup>5</sup> Regulamento Geral de Mobiliário Urbano e Ocupação de Via Pública. Câmara Municipal de Lisboa, 1991. Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/camara-municipal/regulamentos?eID=>



Thwaites & Lan Simkins (2007), defendem que o espaço público deve estimular a espontaneidade e deve transmitir flexibilidade a nível formal, de modo a que a pessoa consiga modificar e moldar o espaço, possibilitando a interação e a alteração de comportamentos pessoais (Daroda, 2012).

Serra (1996) agrupou os diversos elementos de acordo com o seu uso, desenvolvendo oito grupos sob o título de “função urbana”, para abranger alguns dos itens que podem ser encontrados nos espaços urbanos. O autor define como elementos de descanso os bancos e os seus derivados. Uma outra classificação do mobiliário urbano é de Remesar (2005), em que o autor opta por fazer uma abordagem mais abrangente e de acordo com o contexto das cidades portuguesas (como referido em Albuquerque, 2016). Assim, o autor insere os elementos urbanos em seis grandes grupos distintos: elementos de estruturação de rua; elementos de redes e sistemas urbanos; elementos de gestão e mobilidade urbana; elementos de conforto urbano; elementos de informação e publicidade; e elementos específicos. Como elementos de conforto urbano entende-se por bancos, mesas, papeleiras, bebedouros, etc.

Ambos os autores anteriormente citados utilizam a função como critério de classificação do mobiliário urbano, tornando-o assim num instrumento técnico e funcional, e não como um simples elemento decorativo. Estes equipamentos têm um carácter importante e fazem parte da estrutura do espaço público. Segundo Cristóvão Pereira, alguns dos potenciais contributos do mobiliário urbano para o espaço público, para a cidade e para o ser humano que o usa, são: “Um meio para reduzir o desgaste dos recursos naturais, ao melhorar o seu rendimento através do maior uso de equipamentos e artefactos partilhados; Um meio de chamar à atenção dos utilizadores e diversificar os usos, revitalizando o espaço público e dar-lhe o protagonismo equivalente ao que outrora teria, sendo um componente central numa cidade melhor; E também um meio para proporcionar um maior contacto, a proximidade e a socialização entre os utilizadores” (Pereira, 2012, p.20). Assim, entende-se que o mobiliário urbano pode ocupar um papel relevante e vantajoso em espaços comuns da cidade. Um contexto de lugar partilhado onde, juntamente com a mobilidade tecnológica, poderá recorrer ao espaço coletivo. O mobiliário urbano poderá atuar como solução para as diversas solicitações da sociedade contemporânea, incluindo as relativas às atividades de trabalho, como procuraremos demonstrar.

### Capítulo 3

## **A SOCIEDADE E O ESPAÇO PÚBLICO**

### **3. A SOCIEDADE E O ESPAÇO PÚBLICO**

#### **3.1. COMPORTAMENTO NO ESPAÇO PÚBLICO URBANO**

Como analisado no capítulo anterior, o espaço público urbano tem uma influência determinante na conduta diária dos cidadãos, que através do seu carácter físico e da sua divisão funcional e social é capaz de influenciar o comportamento humano e o relacionamento das pessoas com o meio. As pessoas são elementos que fazem parte deste espaço físico, capazes de o moldar e alterar, assim como o ambiente é capaz de as influenciar e modificar. Segundo Relph (2007), “Os lugares são fusões de ordem humana e de ordem natural, são centros significativos das nossas experiências imediatas do mundo. São definidos a partir da experiência e da intenção antes de serem paisagens, comunidades e localizações únicas. Os espaços não são abstrações nem conceitos, estão diretamente relacionados com o fenómeno da experiência do mundo vivido e, portanto, estão cheios de significado através da própria atividade e dos objetos reais envolvidos” (p.120).

A relação do comportamento da sociedade com o ambiente físico espacial é algo “situacional”, isto é, as características físicas do espaço não são totalmente determinantes na forma como o espaço é usufruído pelas pessoas, existem outras propriedades que afetam igualmente a sua utilização, bem como o carácter e ação humana, que se insere em contextos físicos e configurações "sociais", "culturais" e "perceptivas" (Carmona, Heath, Oc, & Tiesdell, 2003).

Os espaços públicos urbanos são fontes importantes de identidade individual e coletiva, e são muitas vezes núcleos profundos de existência da vida humana, onde se desencadeiam laços emocionais e psicológicos muito fortes. A noção da qualidade do espaço urbano debruça-se essencialmente na avaliação e apreciação que a sociedade faz sobre ela. Os lugares adquirem simbolismo e identidade através da experiência e atividade que a sociedade exerce sobre eles. O design urbano é em primeira instância uma preocupação visual, psicológica e experimental (Carmona & Tiesdell, 2007).

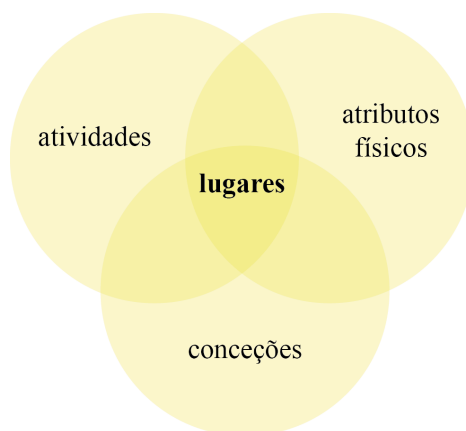
Os lugares são essencialmente centros de significado construídos a partir da experiência vivida. Relph (2007) define a existência de três elementos interrelacionados capazes de definir a identidade de um lugar, intitulados de “aparência física”, “atividades” e “significados ou símbolos” (Carmona & Tiesdell, 2007). Estes são

elementos que diferem o “espaço” de um “lugar”. O conceito de “lugar” acontece unicamente a partir da interação humana com os seus elementos constituintes.

A investigação acerca da qualidade urbana, terá sido primeiramente abordada por Jacobs (1961) a partir do fundamento de que a atividade é capaz de criar e refletir a qualidade no ambiente construído. O design urbano é a conceção de lugares, como Buchanan (1988) enuncia: “O design urbano é essencialmente sobre a criação de lugares, onde os lugares não são apenas um espaço específico, mas todas as atividades e eventos que o tornaram possível” (Montgomery, 1998, p.33).

Assim, é possível verificar que os locais urbanos de sucesso devem aliar a qualidade em três elementos essenciais: espaço físico, experiência sensorial e atividade. Para além de Relph (1976), também o autor Canter (1977), e outros, mais recentemente reinterpretados por Punter (1991), delinearam os elementos essenciais que identificam o critério de lugar e a interdependência que existe entre eles (como referido em Montgomery, 1998).

O gráfico (fig. 3) metafórico de Canter (1977) abrange os vários conceitos acerca da perceção do design urbano enunciados anteriormente, que estão relacionados com os mapas mentais e a "imageabilidade", com os que defendem os atributos físicos de lugar, e com aqueles que enfatizam a importância da atividade como elemento essencial, também referido como "entusiasmo natural" ou como a "base de transações da cidade" (Montgomery, 1998, p.96).



**Fig. 3:** Natureza dos lugares (adaptado de Canter, 1997)



Fig. 4: Componentes dos lugares (adaptado de Punter, 1991)

Punter apresenta de forma detalhada os componentes que fazem parte da conceção de lugar, fazendo referência à forma construída (paisagem, estrutura, permeabilidade) e ao significado ou *imageabilidade* do espaço (legibilidade, associações culturais, funções percebidas e avaliações qualitativas) intrinsecamente ligadas à atividade humana praticada no espaço (fig.4).

Como se tem abordado nesta investigação as funções e a definição de espaço público têm vindo a alterar-se ao longo do tempo, bem como o sua utilização e finalidade. A vida na cidade tem assistido a profundas alterações, e os encontros diretos que ocorriam frequentemente entre as pessoas deixam agora de ser comuns. Vive-se num contexto urbano caracterizado por um clima frenético, onde a industrialização, o comércio e o individualismo são a primazia do espaço público. A relação de proximidade, a presença, a participação e a experiência são agora substituídas também por esta vivência de inquietação.

Assiste-se a uma sociedade contemporânea, intraduzível, numerosa e mutante, onde a preservação da imagem, a estrutura do espaço e a paisagem urbana são conceitos fundamentais, que deverão ser entendidos como um símbolo da memória e da história da cidade. Desta forma, os espaços públicos, definem espaços integradores, capazes de recuperar e conservar a imagem urbana da cidade, de proporcionar a interação entre os

utilizadores e de garantir a valorização social numa sociedade quase virtual, que hoje tão bem se conhece.

A exigência da integração urbana e territorial com características comunicativas fazem parte do atual contexto urbano. A noção de flexibilidade e a ideia de pluralidade definem uma nova realidade. A sociedade vive cada vez mais em sintonia pluralista, onde a liberdade se manifesta na variedade de opções que existem, bem como na informação que é oferecida. A aderência à liberdade de movimento torna a sociedade cada vez mais voraz, obstinada, liberal e informada, o que de certa forma torna indispensável a idealização e criação de lugares que acompanhem e definam este novo tipo e modo de vida (Moor & Rowland, 2006).

“(…) os espaços públicos de qualidade podem ajudar as cidades a criar e manter locais de forte centralidade, qualidade ambiental, competitividade económica e sentido de cidadania” (Brandão, Carrelo, & Águas, 2002, p.189).

“(…) a cidade é hoje considerada, cada vez mais, como um sistema. (...) os espaços públicos urbanos devem ser vistos, não como unidades isoladas e autónomas, mas sim como estruturas contínuas (...)” (Brandão & Remesar, 2003, p.24).

Considera-se por isso, que o espaço público urbano é um elemento essencial para vivência da sociedade, capaz de incutir um espírito de lugar de encontro e de troca de experiências. É cada vez mais necessário que as pessoas se sintam envolvidas, estimuladas e inspiradas no ambiente rotineiro e vivo que é o espaço público.

### **3.2. INTERAÇÃO SOCIAL NA RELAÇÃO COM O ESPAÇO**

A identidade e o significado do espaço urbano ganha força e credibilidade através da experiência vivida e da atividade exercida pela sociedade. As pessoas têm a capacidade de modificar os espaços e torná-los em lugares, através da atribuição de valores e de significados. Esta interação define este sentimento urbano, e contribui para a redescoberta de uma atitude dinâmica na cidade. A qualidade da concepção geral do espaço, a sua forma, dimensionamento e pormenorização acabam por condicionar as atividades ao ar livre, tais como: reuniões, troca de ideias, trabalhos de grupo, etc. Mas se intensificarmos a requalificação e uso do espaço público, criando ambientes apropriados para novos tipos de utilização, estas atividades poderão ser exercidas em pleno e sem restringimentos. Assistimos hoje a uma reconstrução e reabilitação da cidade, em que os percursos pedonais urbanos e os passeios foram alargados e redimensionados de forma a uma maior fluidez na circulação de pessoas.

“A reconstrução dos percursos pedonais urbanos e os passeios (livres dos elementos inoportunos) (...) a questão é como estes se relacionam com o tecido da cidade, constituindo um factor de vivacidade e não de desertificação da cena urbana.” “Deve-se ter em conta que a “questão” do espaço público e de uso público é hoje mais rica e articulada; não se trata de uma questão de mero “espaço”, mas de um espaço com funções segundo fins” (Indovina, 2002, p.123).

Com esta ação, dá-se primazia à interação das pessoas com o espaço. Seria assim importante, para além do alargamento destes espaços, a criação de mais zonas com funções e objetivos já suprarreferidos.

### 3.2.1. USOS, ACTIVIDADES, NECESSIDADES E PERTINÊNCIAS

A concepção do espaço público deve ser estudada e percebida com base no modelo de categorias de necessidades humanas. Desta forma, torna-se necessário compreender o que incentiva as pessoas a usarem determinados lugares, para além das suas particularidades físicas, existem condicionantes e propósitos humanos individuais e sociais que permitem entender certos comportamentos particulares e de grupo numa circunstância específica.

Segundo Gehl (2001, p.117), existem duas vertentes simultâneas e motivacionais para o uso do espaço público, uma delas será por uma “razão plausível e racional”, isto é, as pessoas usam o espaço com o propósito de realizar uma determinada ação ou tarefa específica, por outro lado, usam o espaço de forma quase intuitiva e espontânea com a finalidade de ser um “pretexto para sair, ou uma ocasião para estar em contacto e estimulação”. Gehl (1987) explica que as necessidades básicas das pessoas são facilmente transmitidas na satisfação de ambos os conjuntos de necessidades, sendo elas as “necessidades físicas”, ações concretas e específicas, e as “necessidades psicológicas”, estas têm como suporte a ideia da “necessidade de estimulação”, que resulta através do contacto e da experiência com outras pessoas (Macdonald & Larice, 2007).

O funcionamento e a matéria principal dos espaços ultrapassam as suas características físicas, ou seja, todo o envolvimento e atividade tem especial importância através da forma como as pessoas os utilizam. Jon Lang (1994, cit. Carmona & Tiesdell, 2007), assume e redefine a posição de que o funcionalismo deve ir muito mais além da aparência estética, realçando determinadas funções onde o design urbano se deve sustentar em primeira instância, nomeadamente nas necessidades humanas. Esta lógica, assume que a concepção do projeto do espaço urbano deve partir destas necessidades fundamentais, que Maslow teria estudado anteriormente através da concepção de uma “hierarquia das necessidades humanas básicas”, apresentada com base na “teoria das motivações humanas” (1962, cit. Carmona & Tiesdell, 2007, p.217). Esta hierarquia fundamentada a partir da “teoria da dinâmica holística” define cinco níveis de necessidades básicas, são elas: as necessidades “fisiológicas”, de sobrevivência; as de “segurança”; as de “afiliação” ligadas à relação com os outros; as de “estima” e as de



“auto atualização”, com base na expressividade artística e cultural.

Emboras estas necessidades estejam divididas hierarquicamente, não são nem independentes umas das outras nem são mutuamente exclusivas. Elas são, de facto, interdependentes. Existem outros fatores tão importantes que determinam a utilização do espaço público, como a liberdade de uso e a opção de escolha. É fundamental que exista uma conformidade entre as necessidades pessoais e de satisfação de cada um com a vontade e a possibilidade de decidir.

O prazer de um espaço urbano de uso livre consiste na particularidade da existência de um amplo espaço de encontro e de ligações, segundo Lynch e Carr (1979), existem razões específicas que levam as pessoas a utilizar as áreas públicas de forma liberal e espontânea, o que reflete os aspetos da vida, especialmente a vida urbana, não obstante, o espaço público nunca deixa de ser um espaço partilhado (como referido em Carmona et al., 2003).

Com tudo o que foi dito anteriormente, reforça-se uma vez mais a ideia de que é vital a criação e implementação de espaços no ambiente público que promovam o convívio, a partilha, a interação, a reunião entre as pessoas a um nível transversal.

### 3.2.2. A ERA DA INFORMAÇÃO E A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

Temos plena consciência que esta nova era informacional e tecnológica tem um impacto transformador e imparável na sociedade atual, estando por isso intrinsecamente ligada a toda a mecânica relativa ao trabalho e às relações interpessoais criando um gigantesco processo de interação. Será, pois, necessário criar espaços alternativos que permitam estes novos fluxos e sinergias. As TIC estão a causar profundas alterações, especialmente sociais, o que se reflete no modo como se vive e utiliza a cidade e o seu espaço público.

Assim, a partir da leitura desta realidade, Castells (2003), propõe o conceito de “cidade informacional” a qual “não é uma forma, mas um processo, um processo caracterizado pelo predomínio estrutural do espaço de fluxos (...) a ênfase na interatividade entre os lugares quebra os padrões espaciais de comportamento através de uma rede fluída de intercâmbios que forma a base para o surgimento de um novo tipo de espaço, o espaço de fluxos” (pp.487-488).

O desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação sugere uma nova forma de conceber o espaço público urbano, o que provoca um impacto nas práticas sociais e consequentemente na vivência do espaço, uma vez que “a ideia da construção da cidade é algo desafiante e deve ser constantemente reconcebida” bem como “as redes informáticas tornam-se tão fundamentais para a vida urbana como os sistemas de rua (...) grande parte da ação económica, social, política e cultural desloca-se para o espaço cibernético” (Mitchell, 1995, p.107). O mundo virtual no espaço urbano torna-se uma consequência da espacialização das experiências sociais e subjetivas, composta agora em torno da deslocação, “o espaço de fluxos”, e não da fixação. Segundo Mitchell, somos agora *cybercommunities* de um mundo chamado de *cyberspace*.

Segundo Lemos (2005), a cibercidade é a cidade contemporânea nas quais as infraestruturas de telecomunicações e tecnologias digitais são já uma realidade. Estamos assim perante a evolução de um novo conceito de “cidade digital” que se define a partir das transformações causadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Nesta incluem-se os espaços coletivos de utilização da tecnologia como forma de interação. Os comportamentos sociais são agora definidos em grande parte através da

tecnologia, o que pressupõe novas renovações cognitivas futuras.

Nesta nova realidade onde a relação entre o homem e a tecnologia está cada vez mais interligada, podem ser desencadeados novos comportamentos socioculturais, os quais causam novas transformações no modo em como o espaço público urbano é percebido.

Consequentemente a experiência no espaço público da cidade deverá ser diferente. Sublinha-se uma vez mais a pertinência de criar espaços alternativos no espaço público urbano de forma a corresponderem às necessidades e todas estas questões enumeradas neste ponto.

## Capítulo 4

# **CONTEXTOS E ESPAÇOS DE TRABALHO**

## 4. CONTEXTOS E ESPAÇOS DE TRABALHO

A urbanização global, juntamente com o aumento da mobilidade tecnológica, levanta questões acerca da necessidade de espaços de escritórios tradicionais. A rápida evolução e mutação a nível mundial, assim como um crescente conhecimento sobre a forma como as pessoas trabalham, poderá ter impactos decisivos na gestão e na organização atual do local de trabalho. Vários são os fatores que poderão deixar de fazer sentido para este novo contexto de mudança e de tendências das novas gerações. Com este capítulo pretende-se demonstrar a evolução histórica dos espaços de trabalho de escritório, desde a sua configuração à sua organização, que de certa forma impulsionaram os novos contextos de trabalho dinâmicos e colaborativos, móveis e flexíveis. Esta será a temática que nos interessa abordar, definir e explorar, o espaço de trabalho como itinerante, na medida em que promove a exploração e a comunicação num contexto de espaço diferente do tradicional.

### 4.1. ENQUADRAMENTO E DEFINIÇÕES

O significado de escritório, resulta do latim *scriptoriu*, que tem como definição a “‘Oficina onde se faziam cópias dos trabalhos literários’, remete-nos na língua portuguesa para a duplicidade de entendimento da palavra, seja no sentido de caracterizar um espaço laboral da prática de funções administrativas, ou espaço doméstico em que normalmente se destina a tarefas relacionadas com o trabalho, seja no sentido de se referir ao mobiliário que equipa esses mesmos espaços de atividades administrativas (Dicionário Completo da Língua Portuguesa, 2006). No que concerne às peças de mobiliário, é por vezes também associado à peça “escrivaninha” que permite, quando aberta, poder realizar as atividades de escrita” (Mota, 2015). A escrivaninha como peça de escritório laboral adapta-se ao desenvolvimento de diversas atividades, nomeadamente a “leitura, a escrita, a contabilidade, o cálculo, o projeto ... foram por longos períodos denominadas ‘atividades de gabinete’” (Fonseca, 2004, p.20).

A partir dos anos 70, começam a surgir novas conceções relacionadas com a prática de trabalho de escritório, começando a dar-se importância a uma nova organização e estruturação das empresas tendo como objetivo beneficiar e tornar mais humana a atividade desenvolvida pelos trabalhadores. Surge assim, um novo conceito de ambiente e noção de escritório, relacionado com a nova abordagem aos padrões de

organização do trabalho (Kovács, 2006).

O conceito de espaço de trabalho tem vindo não só a modificar-se de forma progressiva, como também tem ganho nos últimos anos alguma importância. Nos países Europeus avançados, nos finais da década de 90 do século XX, constatou-se que aproximadamente 60% da população trabalhadora, correspondia a trabalho administrativo<sup>6</sup> (Worthington, 2006). Este padrão de trabalho empresarial, é normalmente considerado um trabalho que isenta pouco contacto com o exterior, isto significa que, a grande maioria das pessoas laboram em ambientes fechados.

Segundo Dubé (2017), a atividade de trabalho corresponde a cerca de um terço do tempo diário do cidadão. Durante esse tempo, os trabalhadores de escritório passam de 65% a 75% do horário de trabalho sentados, metade dos quais são períodos de sessão contínua, de acordo com Siddique (2015). Isto significa, que muito do tempo de vida da população mundial é passado no espaço de trabalho, o que tem necessariamente diversos impactos nas pessoas.

O trabalho de escritório mudou substancialmente nas últimas décadas, acompanhando a evolução social da sociedade e a era das novas tecnologias, incorporando novos modelos de ação. Este novo paradigma de trabalho tornou-se mais flexível e informal, mais aberto, permitindo que as pessoas possam trabalhar de forma mais autónoma e desprendida, ao possibilitar trabalhar em praticamente qualquer lugar, “como a tecnologia tornou o trabalho mais flexível, o funcionário do século XXI, fica no escritório, porém não está mais preso à sua mesa, podendo realizar parte das suas tarefas em qualquer espaço. Isso propicia maior liberdade, aumento da comunicação e da troca de informações, mais motivação e conhecimento pessoal” (Mattelart & Matterlart, 1997, p.27). O atual trabalhador de escritório é hoje confrontado com a possibilidade do seu espaço de trabalho ter um caráter mais flexível, isto é, não ser sempre limitado ao mesmo espaço fixo de trabalho (Diani, 1986).

---

<sup>6</sup> Trabalho Administrativo, denominado por “*white-collar work*”.

#### 4.1.1. EVOLUÇÃO DOS MODELOS DE ESCRITÓRIO

Neste ponto, pretende-se demonstrar a evolução do espaço de escritório desde os tempos da Revolução Industrial, de modo a ser possível comparar com os tempos atuais, onde os modelos aqui apresentados já não são tão adaptados à sociedade contemporânea, definida pelo seu dinamismo, curiosidade e sempre ávida de novas mudanças.

Assim, ao recuar-se à época da Revolução Industrial verifica-se que esta provocou um aumento da existência de escritórios organizados, na medida em que se começaram a multiplicar uma quantidade de indústrias, com necessidades de criar espaços para os departamentos administrativos (Fonseca, 2004).



**Fig. 5:** Escritório do modelo Taylorista. Interior Larkin Building, Frank Lloyd Wright, 1904

Seguidamente, o início das primeiras décadas do século XX, foi assim marcado pelo ambiente de escritório americano, fortemente influenciado pelas ideias de Frederick Taylor (fig.5). Taylor detalhou de modo "científico"<sup>7</sup> os processos de trabalho para encontrar soluções maximizantes de eficiência, dividindo o processo numa série de etapas repetitivas, sendo elas relacionadas com a organização, a gestão e a configuração espacial. Este método de trabalho já teria sido aplicado, pela primeira vez, à indústria fabril, tendo sido transposta para o trabalho de escritório, especialmente quando a

<sup>7</sup> "Administração científica", ou "Taylorismo", resulta do trabalho desenvolvido por Frederick Taylor, engenheiro norte-americano, e que consiste no estudo das tarefas laborais no sentido de entender e propor soluções que visem o aumento da eficiência dos trabalhadores em ambientes fabris e consequentemente de escritório. Os conceitos seriam explorados a partir do início do século XX e seriam o despoletar da preocupação sobre a criação de melhores condições nos espaços de trabalho.

"tecnologia da informação"<sup>8</sup> invadiu o ambiente de escritório (Meel, 2000, p.26). Nesta ordem, o arquiteto Frank Lloyd Wright desenhou um dos primeiros edifícios empresariais com base na fisionomia do modelo de escritório "open space", o edifício Larkin in Buffalo em Nova Iorque (Sundstrom & Sundstrom, 1986, p.34).

A transformação do modelo de escritório acontece no início da década de 60, no qual passou a ser visto como um sistema de comunicação, aberto em todas as divisões para facilitar a livre circulação de informações através do modelo *open plan office*<sup>9</sup>, e mais tarde o *office landscape*<sup>10</sup> (fig.6). O layout de grandes áreas abertas com configurações aparentemente aleatórias, pode ser considerado como a primeira inovação no local de trabalho. Este conceito alemão *Bürolandschaft* construiu uma imagem de paisagem do escritório, que capturou o espírito do período, o retrato de uma sociedade cada vez mais aberta e receptiva às "ideias progressivas" (Bedford & Tong, 1997, como referido em Meel, 2000).



Fig. 6: Interior de Osram AG em 1965 © Quickborner Team

“Sem definição de espaços de forma fixa, este modelo “open plan”, facilita a interação das pessoas, assumindo uma perspectiva oposta ao princípio Taylorista de hierarquização dos espaços de trabalho, optando por uma redefinição de espaços mais democrática e flexível, em que a distribuição dos equipamentos e mobiliário acaba por determinar as distintas áreas e espaços de transição. A tendência de eliminar barreiras físicas delimitadoras de espaços nos escritórios, paralelamente com os avanços tecnológicos dos últimos anos, principalmente das tecnologias sem fios, vieram proporcionar maior liberdade de ação nos espaços, com repercussão na ‘noção de sociologia’ (Baudrillard, cit. por Moles, 1972) dos seus produtos e equipamentos,

<sup>8</sup> Como máquinas de escrever, calculadoras e telefones.

<sup>9</sup> Modelo típico dos EUA, em que o Reino Unido adotou como estilo, bem diferente do estilo europeu *cellular office*.

<sup>10</sup> Ou “*Bürolandschaft*” (1956-1971), conceito traduzido para *office landscape* concebido pela empresa alemã QuickBorner Team.



sustentando o aparecimento de novos conceitos de escritório” (Mota, 2015).

Uma das grandes inovações deste modelo “open plan” foi a introdução do mobiliário sistemático e personalizável, *Action Office*<sup>11</sup> (fig.7 e fig.8), de Robert Probst e George Nelson, em 1964, para a Herman Miller, que procurou responder de forma modular à exigência dos trabalhadores por um layout mais flexível e adaptável, entendido como um “kit de partes que respondam às variadas tarefas do trabalho em escritório, reconhecendo os conflitos entre privacidade e comunicação inerente às organizações de escritório” (Worthington, 2006, p.37).



**Fig. 7:** Robert Probst e George Nelson criaram o icónico “Action Office I”, série de mobiliário Herman Miller (1964)



**Fig. 8:** “Action Office II”

O modelo aberto “*Open Space*” foi redefinido para acompanhar conceitos distintos da contemporaneidade em que surgem. Ainda hoje este modelo é vigente e continua a ser aplicado nos tempos atuais. Mais tarde, nos anos 70 (fig.9), o aumento da

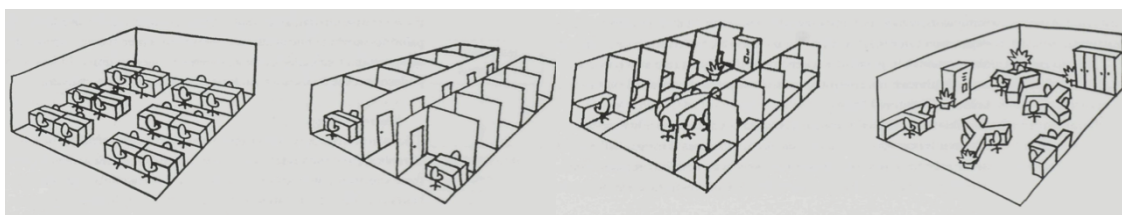
<sup>11</sup> Modelo popular da empresa de mobiliário de escritório Herman Miller, primeiramente o modelo Action Office I, e depois Action Office II.

força de trabalho na Europa e a consequente articulação dos interesses dos utilizadores consideraram o desenvolvimento do escritório como um lugar de compromisso social, denominado de *experimental offices* (Mell, 2000).



**Fig. 9:** Planeamento do escritório alemão por “Quickborner Team”.  
Interior do escritório de Stadtwerke Karlsruhe, 1975-1977.

Esta nova década, a partir dos anos 70 do século XX, é composta por uma rejeição ao modelo *office landscape*. Os compartimentos, as questões de privacidade, de controle acústico, assim como o surgimento de salas de escritórios particulares começaram a ser uma nova abordagem – os *cellular offices*. Mais tarde, este conceito passou a tornar-se menos fechado, os ambientes saudáveis e pessoalmente responsivos tornaram-se cada vez mais importantes – os *combi-offices*, (fig.10), um conceito popular da Suécia nos finais da década de 70, que consistia em células privadas juntamente com o local de espaço comum aberto (Meel, 2000, p.15). Segundo Worthington (1997, p.60) o trabalho individual é cada vez menos frequente. As organizações escandinavas, como o caso da Volvo, por exemplo, foram as inovadoras de uma nova forma de trabalhar na Europa, cada vez mais direccionada para o trabalho em equipa (Worthington, 1997).



**Fig. 10:** Tipologias de Escritório na Europa:  
*open-plan office, cellular office, combi-office, office landscape.* (Meel, 2000)

A expressão revolucionária no local de trabalho teve inícios na década de 90, que introduziu "novas formas de trabalhar", em resposta à percepção de que a tecnologia de informação estaria a mudar não só os processos de construção como também os processos culturais, sociais e tecnológicos (CABE, 2005). O mundo virtual e as ferramentas digitais, reduziram a necessidade de comunicação sincronizada e a colocação dos trabalhadores para a realização de tarefas definidas. Instituiu-se uma nova percepção do escritório, visto cada vez mais como um espaço social e interativo.

“Estes novos conceitos mostram como os escritórios se tornarão lugares de reunião para funcionários "nómadas" equipados com telemóveis e laptops; como o escritório se tornará um ambiente mais diversificado e informal; ou como no futuro próximo, os escritórios podem não ser tão necessários porque podemos trabalhar em qualquer lugar e a qualquer momento” (Mell, 2000, p.10).

O escritório do novo milénio dispõe de novas abordagens e conceitos relacionados com todas estas metamorfoses históricas do espaço de trabalho. A informalidade, a diversidade e a flexibilidade são premissas que dificilmente irão desaparecer da conceção dos novos modos e espaços de trabalho.

Conforme descritos, os conceitos de escritório convencionais e contemporâneos podem ser enumerados de forma geral de acordo com três dimensões: o local do escritório (escritório de teletrabalho *versus* escritório convencional); a disposição do escritório (layout aberto *versus* escritório privado); e o uso do escritório (locais de trabalho fixos *versus* partilhados) (de Croon, Sluiter, Kuijer, & Frings-Dresen, 2005).

## **4.2. NOVOS PARADIGMAS E CONTEXTOS DE TRABALHO**

### **4.2.1. TELETRABALHO: O IMPACTO DAS TIC NAS PRÁTICAS DE TRABALHO**

A introdução da tecnologia de informação e de comunicação, assim como as novas configurações na organização dos processos de trabalho mudaram substancialmente nas últimas décadas. A mudança do ambiente do trabalhador de escritório é exemplificada pelo crescente número de organizações, que se deslocam de escritórios convencionais – com locais de trabalho fixos – para escritórios mais abertos e transparentes – com locais de trabalho compartilhados (Vos e Van der Voordt, 2002 cit. por de Croon et al., 2005).

Assiste-se a um crescente número de organizações que permitem que os trabalhadores do escritório trabalhem em casa como um teletrabalhador (Standen et al., 1999 referido por Croon, et al., 2005). Desenvolveu-se uma metamorfose corporativa dos edifícios e infraestruturas para uma nova direção, as pessoas e as redes.

Um estudo feito em 2001, concluiu que cerca de 2.2 milhões da população do Reino Unido (7,4% da força de trabalho) trabalhava através de casa, pelo menos um dia por semana, e utilizava o telefone e o computador como ferramentas de trabalho (Worthington, 2006, p.2). O número de pessoas que trabalham em casa, tanto no Reino Unido como em outros países, tem aumentado. À medida que a mobilidade da tecnologia do escritório se desenvolveu, o trabalho distribuído tornou-se uma realidade cada vez mais comum.

Neste ponto de vista, encontra-se na cidade um centro de interação, segundo Gillen (2005), importante para os relacionamentos da sociedade, principalmente para os trabalhadores nómadas e viajantes, pois oferece uma grande diversidade de locais de encontro, neste mundo cada vez mais disseminado, multiculturalista e virtual. A escolha do local de trabalho em qualquer parte da cidade é muito mais vasta do que simplesmente uma diversidade de locais de propriedade privada<sup>12</sup>, que são frequentemente usados como ambientes temporários de trabalho. A casa, o escritório, a rua, o hotel e o aeroporto passaram a ser unidades operativas, onde trabalhamos através dos novos meios de comunicação. A disponibilidade de tecnologia móvel significa que

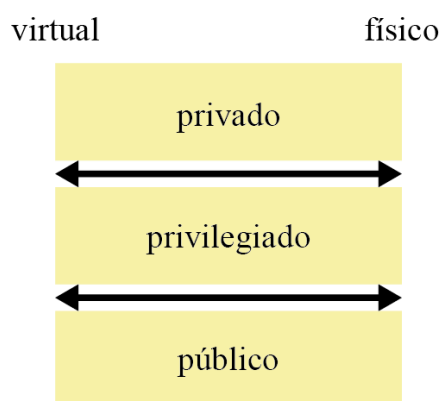
---

<sup>12</sup> Entende-se como locais de propriedade privada: hotéis, lounges de aeroportos, cafés, etc.

as pessoas agora têm a capacidade de trabalhar praticamente em qualquer lugar.

Neste seguimento, e reconhecendo o impacto que a informação e as tecnologias de comunicação tiveram no processo de trabalho da maioria dos indivíduos e organizações, será cada vez mais importante para as cidades responderem a esta exigência. Segundo o modelo SANE<sup>13</sup>, que analisa a continuidade entre espaços públicos e privados, produz-se novas soluções de integração do espaço de trabalho (Worthington, 2006, p.131). Com base neste modelo, o local de trabalho é dividido por três categorias conceptuais de acordo com o grau de privacidade e acessibilidade. Cada um destes lugares é composto por uma série de diferentes tipos de configurações de trabalho, formando o carácter do espaço.

Denomina-se assim três categorias de espaço, sendo elas as privadas, as privilegiadas e as públicas, relacionadas com as vertentes virtuais ou físicas (fig.11). "O espaço público é predominantemente adequado para a interação informal por períodos de tempo relativamente curtos. O espaço privilegiado promove a equipa de projeto colaborativo e espaços de reunião, além de proporcionar um espaço para o trabalho individual e concentrado. O espaço privado também contém configurações de trabalho individuais e colaborativas, mas com maior ênfase na privacidade e confidencialidade, com limites de espaço definidos e seguros" (Harrison, 2002, pp.254-255).



**Fig. 11:** Três categorias do espaço por SANE (adaptado de DEGW, 2001)

<sup>13</sup> SANE (*Sustainable Accomodation for the New Economy*), projeto fundado pela Comissão Europeia desenvolvido pela empresa DEGW em 2001.

Estas três categoriais de espaço, segundo o modelo SANE, referem-se ao escritório e aos seus tipos de locais: os públicos e informais, que são sobretudo os espaços de lazer; os espaços privilegiados, de reunião e trabalho; e os espaços privados, de índole mais individual e confidencial (Gillen, 2005).

O carácter do espaço, neste caso do espaço da cidade, e numa perspetiva de definição de conceitos do espaço público urbano, Pereira (2012), refere-se ao espaço coletivo, como um “conjunto relativo aos usos e à vida coletiva”; ao espaço público, “que constitui a propriedade pública, cujo acesso é, por natureza, livre, ou seja, para todos, sem condicionamentos dependentes do proveito para privados. É o que sucede com as ruas, as avenidas, os jardins, as praças, etc”; aos espaços privados de uso coletivo “que, têm um propósito relativo ao seu proprietário, normalmente um proveito. É o caso dos “shoppings” ou centros comerciais, em que o acesso dos seus utilizadores é condicionado, por exemplo, ao consumo” (p.124), ou neste caso os cafés, que muitas vezes são utilizados para outros fins, como o de encontro social, mas que são inevitavelmente vinculados a um consumo, ou seja, a um gasto mínimo. Isto poderá perturbar certas necessidades que poderão ocorrer, relacionadas com o usufruto do espaço público, neste caso específico, de convívio com outros.

O que será pertinente e interessante abordar nestes dois tipos de contextos de espaço, será o cruzamento entre eles, ao convergirem para definir os vários tipos de espaços, sendo um exemplo de tipologias o modelo SANE. Ao interligarmos um dos espaços que integra o modelo SANE, nomeadamente o espaço público, e segundo o carácter do espaço público urbano por Pereira (2012), é possível identificar um espaço caracterizado pelo uso informal e coletivo, livre de acesso, como o caso dos espaços públicos com mobiliário urbano adequado a esse uso, ou como a rede Wi-Fi, disponível na cidade e de acesso a todos. Quanto ao espaço privilegiado, segundo o modelo SANE, será sobretudo relacionado com espaços de comunidade, de interesse comum, mas com acesso limitado, isto é, em termos físicos, como o caso dos cafés, caracterizado por ser um espaço privado de uso coletivo, como enunciado por Pereira (2012). Por fim, o espaço privado, identificado pelo modelo SANE, abrange os espaços privados de acesso controlado, ou seja, o espaço de casa e de escritório, de uso individual. Este tipo de espaço poderá confluir com o espaço coletivo de Pereira (2012).

#### 4.2.2. NOMADISMO E MOBILIDADE DO POSTO DE TRABALHO

Emergiram e desenvolveram-se novas formas de trabalho, ao longo dos últimos anos, particularmente no setor de serviços e educação, e, de forma mais genérica, no que se refere ao “trabalho de informação”<sup>14</sup>. Uma das características principais de tais formas de trabalho, e particularmente do trabalho de informação, é o potencial (e muitas vezes a necessidade) de práticas nômadas, uma vez que os trabalhadores lidam principalmente com algo que pode ser representado digitalmente e facilmente acessível em diferentes locais (Ciolfi & Carvalho, 2014). A virtualização do papel e dos suportes e meios de registo e comunicação nas atividades de trabalho são características que identificam este tipo de “trabalho de informação”.

Tem sido desenvolvido um crescente interesse por parte dos trabalhadores, no que diz respeito ao “nomadismo moderno” envolvidos em atividades de trabalho em diferentes locais, fortalecido na disponibilidade dos recursos necessários para a sua realização (de Carvalho et al., 2011 como referido em Ciolfi & de Carvalho, 2014). Cerca de 25% dos trabalhadores Europeus definem-se como trabalhadores nômadas, isto é, são trabalhadores independentes<sup>15</sup> que utilizam essencialmente as TIC<sup>16</sup> para a conceção da sua laboração (Industry, 2016).

Su & Mark (2008) definem *nomadicity* como uma forma extrema de trabalho móvel, de constante movimento, normalmente dependente de viagens de longas distâncias. Com o livre arbítrio de poderem trabalhar onde quer que se encontrem, apenas vinculados aos seus recursos e ferramentas de trabalho, de forma a poderem estabelecer locais de trabalho temporários. Rossitto & Ekhlund (2007) caracterizam o conceito como uma condição de trabalho que implica: a) ausência de um local de trabalho fixo onde as atividades de trabalho possam ser realizadas e b) a experiência de um sistema complexo de descontinuidades ambientais, temporais e tecnológicas.

Segundo Bean & Eisenberg (2006) a “nomadicidade” é uma “nova forma de trabalho radical” que se baseia na mobilidade dos trabalhadores, tanto na sua empresa como fora dela, ao dispensar o papel como ferramenta de trabalho (ou seja, dependente

<sup>14</sup> Trabalho de informação, denominado por Ciolfi & de Carvalho (2014) por “information work”.

<sup>15</sup> Esses trabalhadores principalmente nômadas, trabalham em casa (trabalho a distância), nas instalações de seus clientes, nos seus carros (viajantes comerciais) ou em espaços co-working. A proporção de trabalhadores móveis é, obviamente, maior para os trabalhadores independentes do que para os funcionários.

<sup>16</sup> TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação.

do uso de recursos digitais para o trabalho) e em plataformas tecnológicas integradas. Kleinrock (1996), como referido em Ciolfi & de Carvalho (2014), concetualiza esta abordagem em termos de acesso a recursos tecnológicos em qualquer lugar e a qualquer hora.

Como é evidente nas definições acima mencionadas, o termo *nomadicity*<sup>17</sup> é frequentemente associado com a mobilidade e o trabalho. Assim, "nomadicidade" e "mobilidade", bem como as suas formas adjetivas, por exemplo o "trabalho nómada" e o "trabalho móvel", são termos frequentemente usados em permutação (Rossitto 2009).<sup>18</sup> Todas estas terminologias estão de alguma forma associadas ao mesmo significado: desenvolver atividades de trabalho em vários locais além do local de trabalho "oficial" e fixo (por exemplo, o escritório) com a ajuda de tecnologias para mobilizar recursos de trabalho (de Carvalho, 2013).

Outra razão para distinguir esses dois termos está vinculada às suas implicações analíticas e metodológicas (Rossitto 2009). Uma forma possível de diferenciar as duas noções é considerar a mobilidade como o movimento físico das pessoas entre os locais (Sørensen et al., 2005, como referido em Ciolfi & de Carvalho 2014). Assim, o trabalho móvel refere-se, por exemplo, a cargos que necessitam da deslocação para outros locais como parte da realização das atribuições de trabalho, ou seja, não param em nenhum lugar para realizar as suas tarefas, o seu trabalho é realizado à medida que se deslocam para diferentes sítios. Por outro lado, a nomadicidade refere-se a algo que ultrapassa o simples movimento e deslocação (Bogdan et al., 2006 como referido em Ciolfi & de Carvalho 2014): abrange toda a mobilidade de recursos que permitem aos trabalhadores configurar os seus locais de trabalho em diferentes locais e realizar as suas atividades profissionais.

Para além de alguns cargos que exigem que as pessoas se desloquem para diferentes locais e realizem as suas tarefas de trabalho, ou seja, trabalho com múltiplas localizações (Humphry, 2013), também existem certos tipos de trabalhos que não são estritamente nómadas, mas que permitem que as pessoas se envolvam em atividades de

---

<sup>17</sup> O termo "nomadicity" foi criado primeiramente em 1996 pelo cientista informático Leonard Kleinrock, que promove o trabalho "em qualquer lugar, em qualquer momento". Esta expressão marcou um novo paradigma na organização do processo de trabalho contemporâneo.

<sup>18</sup> Além desses termos, expressões como "trabalho flexível", "trabalho fluido" e "teletrabalho móvel" (entre outros) também podem ser encontrados em vários artigos e monografias. (Kleinrock 1996; Perry et al., 2001; Kakiyama et al., 2002; Bødker et al., 2003; Hislop e Axtell 2007; Meerwarth 2008).



trabalho em diferentes locais, ou seja, o trabalho flexível, e existem diferentes motivações que levam as pessoas a articular as práticas de trabalho em diferentes locais (Liegl, 2014).

Isto significa que, o trabalhador nómada, é como um conceito, que pode ser associado a um conjunto de forças motivacionais que vão desde: a escolha (por exemplo, quando se decide ir a algum lugar para trabalhar porque o local ofereceria conforto), através da oportunidade (quando se decide trabalhar num local de forma imprevista, pois os recursos, tais como tempo/equipa se mostraram disponíveis), obrigação (por exemplo, quando é necessário a deslocação para um local específico, pois só é possível realizar o trabalho nesse local). Esta associação foi explorada de forma detalhada pelo autor de Carvalho (2013), ao sugerir que a nomadicidade não depende de uma única categoria de trabalho, mas com um processo emergente e dinâmico que leva à realização do trabalho em vários locais.

A perceção física do local de trabalho tem vindo a tornar-se numa tendência, cada vez mais diluída, tendo em conta a reestruturação de empresas e organizações – em grande parte devido à tecnologia de informação – está a introduzir uma transformação fundamental: a individualização do trabalho no processo de trabalho.

Todo este ponto é relevante e valida uma vez mais a ideia central desta temática, da criação de espaços públicos que sejam adaptados às novas mudanças sociais e de trabalho, para estas pessoas que exercem funções nómadas e flexíveis, e que podem trabalhar em qualquer local.

### 4.2.3. TRABALHO COLABORATIVO

Com a evolução da tecnologia começaram a haver transformações no comportamento profissional, sendo que cada vez mais existe uma maior colaboração e desempenho entre os trabalhadores. O trabalho individual diminuiu aproximadamente 20% nos dias de hoje (Lang, 2014).

O trabalho centra-se assim na colaboração e na preferência dos trabalhadores que estão a reavaliar a importância da comunicação presencial. Segundo a empresa de mobiliário SteelCase (2009), que apresenta uma pesquisa formalizada acerca da importância da colaboração nos espaços de trabalho, assume que a presença física é um fator essencial para o trabalho colaborativo. Cada vez mais as pessoas trabalham em equipa e partilham a informação digital. Num mundo onde a comunicação e a colaboração são essenciais para a viabilidade de uma empresa, a preocupação do local de trabalho deverá ser a de conectar as pessoas, as informações, as culturas, assim como as ferramentas de trabalho. Segundo a SteelCase o tamanho ideal de uma equipa de trabalho é até seis pessoas. A colaboração em pares e em pequenas equipas promove frequentemente a troca de ideias de forma menos formal, tornando a resolução dos problemas mais eficazes.

A pesquisa da empresa SteelCase visa compreender os aspetos espaciais, informativos e sociais deste método colaborativo – ou seja, onde e como acontece e quantas pessoas estão envolvidas. Deste modo, quatro formas comuns de colaboração foram identificadas: trabalhar em pares, trabalhar em pequenos grupos, reuniões formais e interações improvisadas/informais (fig.12).



Fig. 12: Quatro formas de Colaboração por SteelCase

De acordo com um estudo feito pela SteelCase (2010), “82% dos trabalhadores administrativos sentem necessidade de se associar com outros colaboradores para a realização do seu trabalho”. Mesmo quando trabalham isoladamente, as pessoas estão constantemente envolvidas, desde a troca de e-mails, aos telefonemas para coletar informações ou opiniões.

Esta nova forma de trabalho, é muitas vezes uma fonte proveitosa de novas e melhores ideias, em ambiente como os corredores, as escadas ou até mesmo em cafés. Sendo que as pessoas trabalham cada vez mais em contextos informais, é vantajoso que existam locais propícios para esse tipo de ambiente. Segundo uma investigação da SteelCase, 70% dos trabalhadores referem que desperdiçam até 15 minutos a procurar um espaço para se reunirem, sendo que 24% desperdiçam até meia hora (SteelCase, 2010).

#### 4.2.4. FREELANCER

Charles Handy prevê um novo tipo de trabalho, o *Portfolio Working* (Handy, 1990 como referido em Jenks & Dempsey, 2005), um trabalho de mobilidade, onde as pessoas poderão trabalhar cada vez mais de forma independente, ou como *freelancer*, para uma variedade de organizações. O trabalho de freelancer associa-se a um tipo de trabalho temporário, ou pelo menos restringido a um determinado tempo e a uma determinada organização.

O freelancer é um consultor independente onde o local doméstico pode ser o principal local de trabalho (Kazi, Yusoff, Khan, & Kazi, 2014). No entanto, para a maioria dos trabalhadores do conhecimento, o espaço de casa muitas vezes é um local de trabalho secundário, usado maioritariamente para alturas que seja necessária mais concentração. O trabalho de um freelancer pode requerer em certas ocasiões um trabalho mais coletivo e menos individualista, ou até situações em que seja necessário reunir com um eventual cliente e, portanto, o espaço de casa torna-se um local pouco apropriado. (Worthington, 2006, pp. 136).

Este tipo de trabalhadores móveis são uma população que as cidades vão querer manter e fornecer de forma adequada, porque proporcionarão diversidade e rendimento, importantes para o desenvolvimento das cidades.

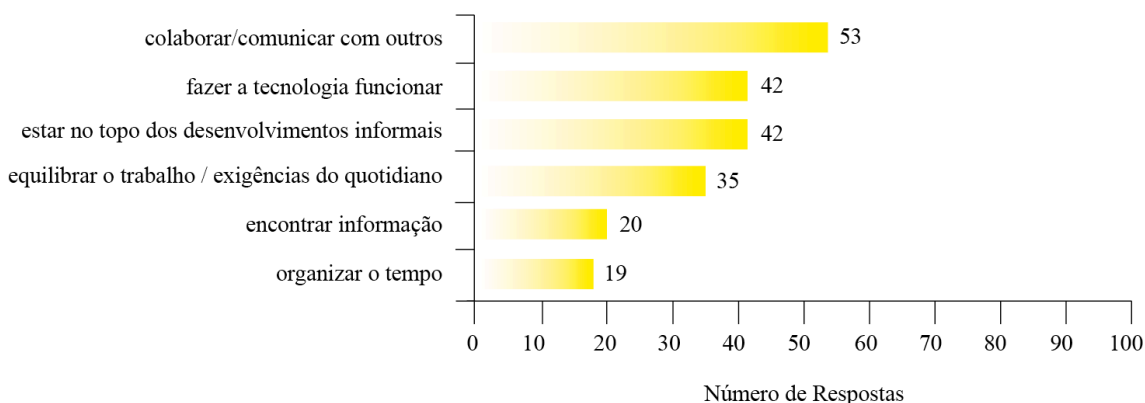
Com isto, as cidades deverão facultar um suporte sólido para receber este tipo de trabalhador móvel, com lugares e/ou equipamentos próprios e adequados, como pontos acessíveis de rede Wi-Fi, de acordo com a tendência da sociedade contemporânea cada vez mais transitória e virtual (Gillen, 2005, cit. por Jenks & Dempsey, 2005) e segundo o conceito das cidades digitais, conforme já referido (Cf. Cap.3.2.2.). O trabalho remoto, seja em casa ou em espaços privados (cafés/clubes) contribui para a sustentabilidade e melhora a qualidade de vida dos indivíduos, ao reduzir o tempo de deslocação (evitar longos trajetos) assim como ao reduzir o consumo de energia (Worthington, 2006, p.134).

No entanto, segundo a conclusão da investigação da IBM<sup>19</sup> (2005), à medida que o número de trabalhadores móveis aumenta, o número de problemas associados ao isolamento também aumenta. Este gráfico (fig.13), demonstra a necessidade de comunicação e colaboração que existe para os indivíduos que trabalham de forma remota.

A cidade tem neste momento, e cada vez mais, um papel do lugar físico tão importante à luz destas atividades emergentes já referidas como: os trabalhadores independentes, os freelancers, o trabalho colaborativo associado às empresas, a mobilidade do posto de trabalho, os trabalhadores nómadas.

Todas estas funções, como analisado, têm muitas vezes dificuldade em encontrar locais para reuniões de curta duração, sublinhando-se assim a pertinência na criação de espaços apropriados para receber este tipo de pessoas.

**Qual é o maior desafio que enfrenta como trabalhador móvel (*mobile worker*) ?**



**Fig. 13:** Gráfico de análise de respostas dadas à pergunta "Como trabalhador móvel qual é o maior desafio que enfrenta?". Adaptado de IBM, 2005

<sup>19</sup> O IBM Business Consulting Services, através do IBM Institute for Business Value, desenvolve informações estratégicas baseadas em factos para executivos de negócios séniores em torno de questões críticas específicas da indústria. Este relatório executivo é baseado num estudo aprofundado da equipa de investigação do Instituto.

#### 4.2.5. COWORKING

O espaço de *coworking* é definido como um escritório ou ambiente de trabalho partilhado por pessoas que trabalham por conta própria ou trabalham para empresas diferentes. A maioria dos espaços cobra taxas de filiação mensais por mesas e/ou outros tipos de espaços e equipamentos de escritório. A maioria dos utilizadores coparticipam num objetivo de criar ambientes que promovam conexões e criatividade (Wagner & Watch, 2017). Um dos últimos conceitos emergentes no que se refere a escritório designa-se de *coworking*. Este conceito baseia-se maioritariamente no modelo “*Open Plan*”, já explicado anteriormente, de configuração ampla e aberta, sem segmentação.

O *coworking*, surgiu nos anos 70 do século XX uma vez que as pessoas que trabalham em escritório sentem muitas vezes dificuldade em ter os seus próprios espaços de trabalho e para certas reuniões fazem-no em cafés ou utilizam as casas próprias como local de trabalho, como enuncia Heckler (2012):

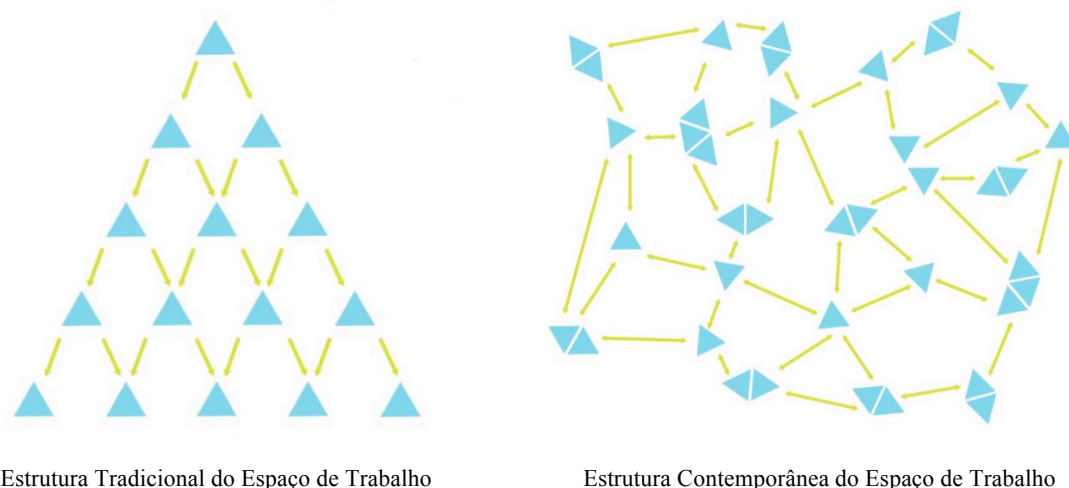
“Consequentemente, no início dos anos 2000, diversas cafeterias norte americanas transformaram-se em “escritórios” de muitos trabalhadores. A flexibilidade em relação ao trabalho e a mobilidade comunicativa possibilitaram a estas pessoas a incrível facilidade de trabalharem juntas, mesmo estando em locais separados. A principal dificuldade destes trabalhadores foi encontrar um local ideal para desenvolver suas atividades, já que eles poderiam fazê-lo aonde desejassem. Foi assim que surgiram os primeiros Hubs e escritórios de *coworking* ainda no país norte americano. Os Hubs, escritórios virtuais e escritórios de *coworking*, surgem nos últimos anos com o objetivo de saciar esta crescente demanda. O modelo de negócio proposto por estes ambientes é baseado no compartilhamento de um mesmo espaço, por pessoas variadas entre si, que dividem a experiência de trabalharem juntas, mesmo que suas atividades não estejam relacionadas” (cit. por Mota, 2015).

Este conceito de *coworking*<sup>20</sup> surge como alternativa aos ambientes de trabalho corporativos tradicionais e tornou-se na maior tendência na cultura de negócio do século XXI, expandindo-se para novas configurações e modelos, este é um espaço que envolve

---

<sup>20</sup> Coworking é um conceito que emergiu nos EUA em meados da 1ª década do século XXI, genericamente consistindo na partilha de espaços de trabalho e no fomento de cooperações entre os demais utilizadores do espaço, possuindo estes funções e atividades diferenciadas. Desde então o conceito de partilha e cooperação inerente a este princípio tem-se alargado aos restantes países. Em Portugal são já evidentes variados casos de espaços de cowork a funcionar em todo o território nacional entre outros.

um ambiente de trabalho partilhado e cooperativo que permite que pessoas de diferentes origens trabalhem juntas num espaço comum (fig.14)



**Fig. 14:** Estrutura do Espaço de Trabalho (retirado de Liew & Mees, 2016)

A cultura empresarial moderna veio influenciar o design do espaço de trabalho. A cultura de “*WorkCafê*” de (SteelCase Inc., 2016)<sup>21</sup>, ou segundo Oldenburg (1999), intimamente relacionado com o conceito terceiros lugares<sup>22</sup>, assim como o *coworking*, foram os conceitos impulsionadores do design de escritório contemporâneo. As tarefas no trabalho são diversificadas e desafiadoras, o número de *coworking spaces* em todo o mundo aumentou em quase 700% desde 2011. Globalmente, cerca de meio milhão de pessoas trabalham em mais de 7,8 mil espaços de trabalho compartilhados, um número que deverá subir para 37 mil nos próximos dois anos. A rápida expansão do trabalho cooperativo transcendeu as suas origens como uma alternativa ao espaço tradicional de trabalho, originalmente favorecida pelas tecnologias, *start-up* e *freelance community*. Atualmente, uma larga série de negócios<sup>23</sup> formam um ecossistema crescente que reconhece o valor da flexibilidade, da comunidade e dos recursos partilhados (Knoll, 2016). O espaço de *coworking* poderá depender da premissa de que o trabalho deixa de

<sup>21</sup> Um *WorkCafê* é um espaço dinâmico que liga pessoas com colegas, seu trabalho e sua organização. Transforma o espaço tradicional da cafeteria corporativa em destinos para o intercâmbio, a colaboração, a concentração e a inovação.

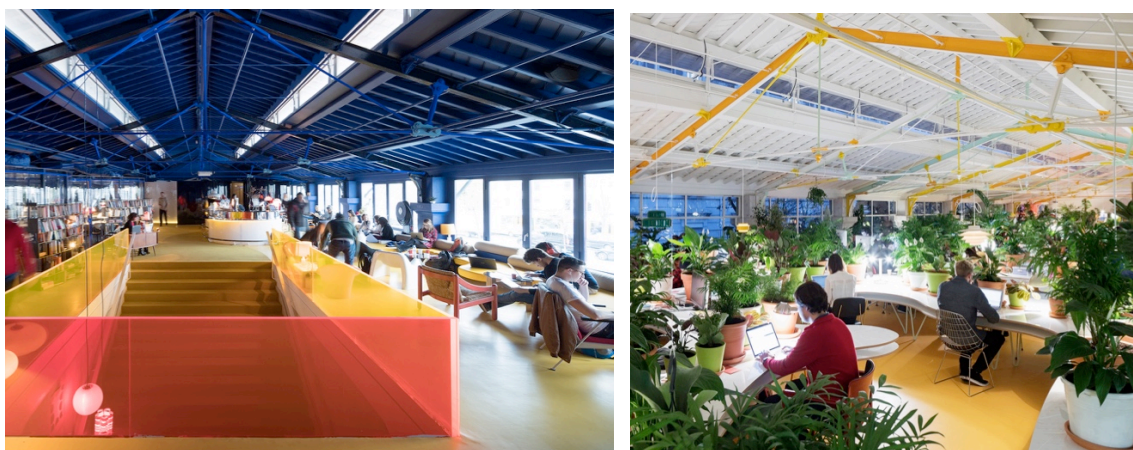
<sup>22</sup> *Third Place* ou Terceiro Lugar, é um conceito popularizado pelo sociólogo Ray Oldenburg, que define o espaço público e a vida pública em três domínios de experiência: o doméstico, o laboral e o social. O conceito de terceiro lugar de Oldenburg floresce cada vez mais em locais de reunião e encontro social, como o caso dos espaços privados, como cafês e livrarias, sendo eles os “terceiros lugares”.

<sup>23</sup> Que vão desde a tecnologia, às empresas de serviços profissionais e até às empresas de produtos de consumo.

ser um espaço limitado ao edifício empresarial, graças às novas tecnologias de informação, onde em muitos casos já não existe a necessidade de estar presencialmente no escritório.

O limite do local de trabalho tradicional é cada vez menos determinado, e cada vez mais conectado a redes, com base em relações entre trabalhadores vinculados de forma remota. Os espaços de *coworking* têm vindo a desenvolver-se, como parte do crescimento de oportunidades das TIC, que mudaram a definição tradicional do que é o local de trabalho. A grande vantagem destes espaços será de facto a possibilidade de diversificação dos contactos. Esta nova realidade, é bem exemplificada com a conceção do espaço *Second Home* (fig.15), recentemente recriado em Lisboa, que segundo o cofundador Rohan Silva este é um espaço que promove a criação acelerada e que se insere no que considera “(...) os espaços de trabalho do futuro [que] serão cada vez mais verdes, humanos e holísticos” (Belanciano, 2016). A ligação com a natureza é, pois, vista como um dos focos principais no futuro do trabalho.

Apresentou-se aqui o conceito de *coworking*, importante para perceber a nova dinâmica a nível de espaço partilhado, no entanto, é preciso considerar que para ter acesso a estes locais terá que se pagar uma filiação mensal e no caso do projeto que se apresentará no espaço público será de livre utilização e indicado para todas as pessoas de diversas áreas que pretendam reunir-se.



**Fig. 15:** The Second Home, Espaço de Coworking, Lisboa, 2017



## 4.3. MOBILIÁRIO DE TRABALHO

### 4.3.1. NOVAS PROPOSTAS

O desenvolvimento do mobiliário de escritório tem sofrido ao longo do tempo exigências para um novo tipo de trabalho, mais móvel, como se verifica no período do século XX, na década de 60, onde surgem nos ambientes de escritório o sistema de divisórias móveis e modulares, capazes de se adaptar e de redefinir espaços, consoante as necessidades do trabalhador. A recusa do layout permanente e fixo é notoriamente uma das características principais dos novos espaços de trabalho, como o caso dos modelos “*open space*”<sup>24</sup>, introduzidos no início deste capítulo. Isto traduz-se espacialmente na redução de áreas de trabalho particularmente dedicadas para esse fim. Esta tendência, ainda mais apoiada por uma maior ênfase em espaços colaborativos e compartilháveis, teve um impacto profundo no espaço.

O exemplo do projeto *Float* (fig.16) da empresa irlandesa *Perch*, assume diferentes distribuições no espaço, conforme a apropriação por parte do(s) utilizador(es). Este modelo enfatiza a necessidade que os trabalhadores têm de interagir, de reunir de forma descontraída e informal dentro das empresas, para trocar ideias e informações. O equipamento ao ser amovível proporciona adaptabilidade, dando ao utilizador alguma autonomia, ao poder optar por trabalhar de forma individual ou, caso pretenda, de se juntar com outros. A forma traduz algum apoio ergonómico, ao poder apoiar a lombar tanto na posição frontal como lateral. A dimensão da mesa, apesar do conceito pontual, poderá não equacionar a dimensão favorável da superfície de apoio requerida pelo utilizador.



**Fig. 16:** Float – Grey Fox, Perch, Thomas Montegory

<sup>24</sup> Este modelo de espaços abertos, ou “*Open Space*”, ainda vigente nos tempos atuais, foi posteriormente redefinido segundo conceitos distintos que vieram a acompanhar as exigências da contemporaneidade em que emergem.

Ronan e Erwan Bouroullec desenvolveram um sistema modular, com o nome de “*WorkBay*” (fig.17). Este modelo redefine o ambiente de trabalho, do ponto de vista construtivo, ao rejeitar a típica estrutura rígida de layout de escritórios. O sistema simples e multifuncional oferece a liberdade de estruturar o ambiente ideal para a tarefa em questão. As configurações de *Workbays* dividem-se em três categorias: *Workbays Focus* para um trabalho individual, *Workbays Meet* para criar áreas de comunicação e *Workbays Space*, para zonas funcionais. Estes módulos são capazes de criar áreas distintas personalizáveis às necessidades dos trabalhadores, criando um ambiente à parte do ambiente geral do escritório para realizar atividades específicas. Estas estações reduzem o ruído e ajudam a isolar os sons perturbadores no ambiente circundante, podendo servir naturalmente como cabines telefónicas, salas de reuniões, salas de videoconferência, zonas de leitura, pontos tranquilos para uma pausa para café. Perante os modos de trabalho que se manifestam em espaços fechados de escritório, este é um modelo que oferece diversidade. A flexibilidade e adaptabilidade é um componente muito importante para a execução do mobiliário de escritório.



Fig. 17: Workbays - Ronan & Erwan Bouroullec, Vitra, 2012



**Fig. 18:** HUBitat – XXI Triennale, Fantoni 2016

Atenta a este paradigma do escritório moderno, e para reforçar a melhor relação de trabalho entre as pessoas, a Fantoni, lançou um novo conceito, idealizado por Matteo Ragni, um equipamento contemporâneo de trabalho. Trata-se do sistema hub, intitulado de *HUB-itat* (fig.18)<sup>25</sup>, que visa proporcionar uma atividade de trabalho mais rápida, flexível e eficiente. Este conceito surge do desejo de recuperar a convivência, o fator comunidade dentro do local de trabalho (Ragni, 2016). Hub, ou plataforma giratória – que é o que a expressão significa –, é uma espécie de *workstation* flexível, podendo ser ampliada devido ao seu sistema modular. A sua configuração quadrada (160x160cm) adapta-se a qualquer espaço, em vez dos layouts rígidos dos escritórios convencionais. Esta conceção de espaço converge de forma simples com a ideia do projeto a desenvolver. Promover a colaboração e o trabalho conjunto é uma das principais premissas para a execução do mesmo.

Os espaços de trabalho podem desta forma, tender para a sua transformação para ambientes híbridos, em constante alteração, tendo de se adaptar a cada trabalhador, assim como aos novos desafios. A globalização neste novo século evoluiu para uma nova maturação, uma nova forma de vida, menos sedentária e cada vez mais instável e momentânea que está a provocar uma alteração profunda nos nossos processos e instrumentos de hoje (Ladeiro, 2015). A convergência de tendências espaciais, sociais e informacionais estão a criar exigências por espaços de trabalho que suportem novos padrões de colaboração (SteelCase, 2010).

<sup>25</sup> Um sistema de escritório sem paredes, projetado por Matteo Ragni para a marca Fantoni. Foi selecionado para a exposição "Design After Design" da XXI Trienal de Milão.



Segundo o conceito de *Agile work* ou *Activity Based Working* (ABW) – em que o trabalhador é livre de escolher a configuração de trabalho que melhor se enquadra ao seu propósito – várias empresas de mobiliário, como é o caso da *Connect* (fig.19) ou a *Bene*, criaram um sistema de mobiliário modular que permite criar um ambiente onde os vários tipos/modelos e necessidades individuais ou colaborativas do trabalho coabitam num mesmo espaço.



**Fig. 19:** Hive, Mobiliário Modular, Connection

O modelo *Toguna* (fig.20) da marca *Bene*, é um espaço semiaberto, uma espécie de “casulo” que articula o contexto de trabalho mais privado e particular, adaptando-se tanto a situações de reunião como também a um trabalho mais individualista. A estrutura circular é convidativa a um trabalho que envolva discussão, troca de informações entre os colegas.



**Fig. 20:** Toguna, Bene

No caso da cidade de Lisboa, foi concebido recentemente um projeto de reabilitação arquitetónica e urbanística (fig.21). O edifício icónico denominado de Caleidoscópio, promove agora um Centro Académico para os estudantes. Um local de reunião, de estudo e de encontro que envolve este conceito de proximidade conjunta.



**Fig. 21:** Caleidoscópio, Campo Grande, Lisboa, 2016

O ambiente deste espaço traduz o silêncio quase absoluto, que reflete a concentração que o trabalho aqui efetuado exige. Este espaço não fomenta a interação dos estudantes, pois apenas existe uma zona ampla de estudo, sem barreiras, onde tem que se manter o silêncio. Neste caso, poderia ser oportuna a existência de um eventual ambiente alternativo, que complementasse este espaço de estudo, numa perspetiva de trabalho de equipa, mais informal e descontraída.

Capítulo 5

**O TRABALHO NO EXTERIOR**

## 5. O TRABALHO NO EXTERIOR

### 5.1. A INTERLIGAÇÃO DO ESPAÇO DE TRABALHO COM O ESPAÇO PÚBLICO

O espaço público assume um vínculo recetor cada vez mais importante para as novas abordagens sociais, especificamente relacionado com o modo em como a sociedade se relaciona com o trabalho. Como analisado anteriormente, evidencia-se que o mundo virtual está vinculado à realidade contemporânea. E assim as atividades de trabalho disseminaram-se cada vez mais em diversos locais de acesso público com pontos de rede Wi-Fi, como cafés, ginásios, hotéis e centros comerciais. A cidade representa de facto um papel central para a nova sociedade dispersa, capaz de oferecer uma grande variedade de locais de reunião e de encontro. Com a responsabilidade de atuar como um *"point pulse"* físico (Mitchell, 1999 referido em Jenks & Dempsey, 2005, p.345) num mundo cada vez mais virtual, “A escolha do ambiente de trabalho na cidade é muito mais ampla do que simplesmente uma variedade de locais de propriedade privada: espaços públicos como hotéis, lounges do aeroporto e cafés são frequentemente usados como ambientes de trabalho temporários” (p.342).

O espaço público é então cada vez mais um local oportuno para os estudantes e os trabalhadores que tencionam reunir-se de forma mais casual. No entanto, conforme nos é possível constatar enquanto utilizadores e até como afirmam alguns autores, estes locais apresentam um ambiente e mobiliário frequentemente pouco adequado para este tipo de interação, “Os ambientes compartilhados podem ser cooperativos, financiados pela cidade ou com fins lucrativos - mas os locais públicos que esses trabalhadores costumam usar como espaços de trabalho não foram projetados para esse propósito. (...) os cafés raramente oferecem muito mais do que uma escapatória de um escritório em casa.” (Stephen, 2006, p.246). Ao evitarem os espaços de acesso pago, conforme mencionado atrás (Cf. Cap.4.2.1.), as pessoas acabam por se juntar em espaços de carácter provisório, pouco apropriados para trabalhar e se reunirem.

## 5.2. VANTAGENS DO LOCAL DE TRABALHO NO ESPAÇO PÚBLICO

Ao longo dos últimos 60 anos<sup>26</sup>, investigações genéricas demonstraram uma transformação notável num contexto socio-histórico, relativamente à emigração da população para áreas urbanas (The Guardian, 2009). Segundo a previsão da ONU, em 2030, 60% da população viverá em ambientes urbanos (B. Browning & Cooper, 2015).

Atualmente, mais de metade da população mundial vive em áreas urbanas, isto significa que cada vez mais existirá um afastamento de ambientes naturais, o que traz diversos impactos no bem-estar da sociedade. Um estudo recente analisa os fatores que estimulam ou impedem os trabalhadores da cidade de saírem do escritório e terem contacto com o ambiente exterior durante o dia útil. Este estudo conclui que os trabalhadores do escritório se consideram demasiado ocupados para sair, esquecendo-se facilmente dessa necessidade. No entanto, a observação de outras pessoas no ambiente ao ar livre é um fator que os incentiva a sair (Hitchings, 2010 como referido em Lottrup, Stigsdotter, Meilby, & Corazon, 2012).

A diversificação do uso do espaço público relaciona-se de forma profunda com este ambiente de espaço de trabalho, capaz de promover a interação e a sociabilização relacionada com novos usos do espaço público aberto. O espaço público surge como um grande potencial alternativo aos espaços de trabalho fechados, capaz de tornar o ambiente de trabalho num local de reunião entre os cidadãos, descontraído e flexível.

---

<sup>26</sup> Entre 1950 e 2010, mais de 40% da população reside em áreas urbanas em comparação com áreas não urbanas.



### 5.2.1. UM ESPAÇO PÚBLICO DE TRABALHO INFORMAL

No seguimento das ideias já apresentadas anteriormente, pretende-se com este ponto reforçar a criação de espaço público de trabalho, tendo este uma vertente menos formal, uma vez que transportamos as pessoas que habitualmente se movimentam no espaço de escritório fechado para um espaço público aberto.

Embora a pretensão desta dissertação não tenha como objetivo um estudo de carácter sociológico, não é de todo descabido analisar este novo conceito de espaço alternativo segundo esta perspetiva, ou seja, estes espaços poderão também servir para a eliminação de um grande isolamento social e com a existência de lugares assim, será possível dinamizar a união entre bairros, a união da própria cidade e da própria sociedade.

O sociólogo Ray Oldenburg (1999) defende a criação de espaços a que ele intitula de “terceiros lugares”<sup>27</sup> que poderão solucionar questões de isolamento e stress que existem na vida quotidiana da sociedade atual, também fruto como já referido da evolução das tecnologias que revertem para um individualismo.

Poderá ser interessante analisar estes espaços numa perspetiva sociológica, mas o que se pretende nesta investigação, é de facto, tornar possível que nestes locais se interaja num contexto com colegas de trabalho, num ambiente diferente e menos formal, e que poderá ser até mais apelativo em determinadas situações do que no próprio local de trabalho.

Tem-se noção que apesar de vivermos num século onde o trabalho desempenha uma parte ativa e importante na vida dos cidadãos, existirão sempre muitas atividades profissionais que requerem um trabalho monótono e rotineiro, e que provavelmente estas pessoas que têm de exercer estas funções necessárias à sociedade, não estarão direcionadas à utilização destes espaços. Tem-se noção também que serão espaços destinados a um tipo de trabalho, provavelmente mais dinâmico, um local de discussão

---

<sup>27</sup> O estudo do sociólogo Ray Oldenburg intitula de “terceiros lugares”, os locais que proporcionam o conforto, o bem-estar e a sociabilização. Este é um conceito que foi explorado para descrever este tipo de espaços. Oldenburg caracteriza-os como locais de convívio, marcados por fatores sociológicos, em contraste com o ambiente doméstico/casa (primeiro lugar), ou com o de trabalho ou escola (segundo lugar). Estes são os três domínios de experiência onde a vida quotidiana encontra o seu equilíbrio: “doméstico”, “trabalho” e “social”.

de ideias, que poderá ser feito em qualquer local, ao ter como apoio os recursos tecnológicos se necessário.

A flexibilidade que hoje existe em aceder à internet é algo que traz para o desenvolvimento do espaço público urbano novas abordagens. Como visto anteriormente, os espaços públicos representam a atividade humana e por essa mesma razão deverão ser adaptados às suas necessidades. As praças interiores e exteriores, bem como os jardins públicos são potenciais locais de desenvolvimento desta nova extensão do local de trabalho, capazes de fornecer espaços informais para redes e reuniões espontâneas (Day, Pect, & Risom, 2013).

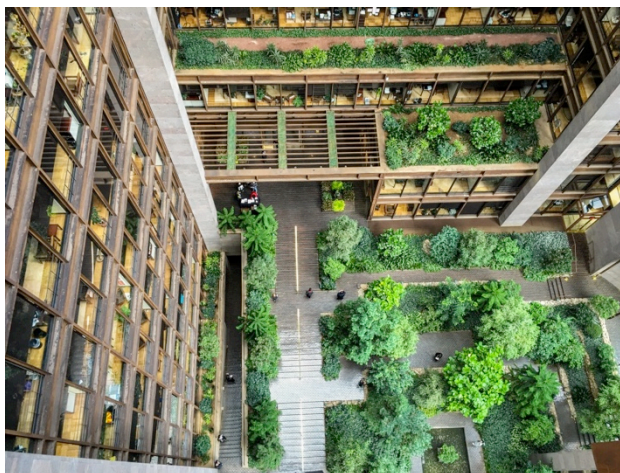
A escolha de locais como as praças interiores e exteriores, bem como os jardins públicos, faz-se na medida em que sejam locais mais agradáveis, talvez com maior silêncio e fora do circuito mais urbano e ruidoso da cidade. Será sempre mais fácil enquadrar este mobiliário urbano neste tipo de locais amplos, pois ainda não está sobrecarregado com outros usos como as ciclovias, os estacionamento, e o fluxo de passagem de pessoas.

Ao longo dos tempos, quase todas as atividades que costumavam acontecer em casa (como trabalhar, educar, casamento, nascimento) mudaram-se para espaços especialmente intencionados para esse efeito. Relativamente às atividades públicas que aconteciam nas praças centrais (compras, desportos, encontros) também foram deslocadas para outros espaços especiais (estádios, hotéis e centros de conferências, parques e pátios). Neste sentido, a vida pública não desapareceu, foi sim reconstituída e atualizada (Marcus & Francis, 1998). Por esta ordem de ação e adaptação da sociedade, conclui-se que o trabalho realizado em escritório tende a procurar cada vez mais um espaço alternativo, que tem vindo a ser oferecido através da criação e conceção de novos espaços públicos.

Investigou-se que o conceito de praça assumiu uma nova variante, passando do exterior para o interior. A partir dos anos 50, começa a surgir a necessidade de espaços ao ar livre. Assim os átrios internos privados (fig.22 e fig.23) começam a ganhar solidez como característica padrão dos novos prédios de escritórios corporativos, especialmente em Nova Iorque<sup>28</sup> (Marcus & Francis, 1998).



**Fig. 22:** Portman's Hyatt Hotel



**Fig. 23:** Fundação Ford

Esta é uma realidade que acontece nos dias de hoje e que é pertinente, na medida em que nos apresenta uma nova possibilidade de espaço de encontro/reunião/trabalho, mas que não se enquadra diretamente no propósito desta dissertação. Tem fatores coincidentes como o uso de elementos exteriores, como vegetação e natureza, mas que

<sup>28</sup> Este tipo de espaços/átrios internos é típico da cultura Americana, apesar de não estar diretamente relacionada com a Europeia será importante abordar para a presente investigação, sendo que estes demonstram uma necessidade subjacente ao conceito de espaço de trabalho no exterior.

estão situados no designado “espaço comum”<sup>29</sup> (Marcus & Francis, 1998, p.4).

O século XXI avançou em direção a uma “nova economia” baseada no conhecimento (Harrison, Wheeler, & Whitehead, 2004), os espaços de escritórios convencionais tornam-se pouco cativantes nos dias de hoje e as pessoas deixam de carecer da localização do posto de trabalho para recorrer a ferramentas e recursos partilhados (Townsend et. al, 2008 como referido em Foth et. al, 2011). A cidade contemporânea deverá criar novas soluções para a sociedade criativa, os espaços públicos deverão ser impulsionadores nesta nova forma de trabalhar.

---

<sup>29</sup> O “espaço comum” é caracterizado pelo uso de um grupo específico de pessoas num espaço com um propósito característico. O que importa abordar neste conceito, são as áreas entre os edifícios que proporcionam uma interação entre as pessoas para a descontração, o diálogo, a vida social, o trabalho ou estudo. Estes não são lugares que pertençam tecnicamente ao espaço público, no entanto, contribuem para um bom-senso da vida pública.

### 5.3. DESIGN BIOFÍLICO

A Biofilia<sup>30</sup>, conceito popularizado por Edward O. Wilson em 1984, descreve a relação inata entre o homem e a natureza, além de salientar a necessidade que temos de permanecer em contato com ela. Várias investigações asseguram a preferência humana pelo ambiente natural, ao invés do construído<sup>31</sup>. Segundo o autor Wilson (1984) a *Hipótese da Biofilia* sugere que existe uma empírica relação entre os seres humanos e os sistemas vivos, enraizada no mundo natural, “A Biofilia é a afiliação emocional inata dos seres humanos a outros organismos vivos. A vida ao nosso redor excede em complexidade e beleza qualquer outra coisa que a humanidade possa encontrar”.

O design biofílico é uma prática dessa necessidade inerente ao ser humano, que atua para restabelecer algum do contacto com a natureza no ambiente construído, mesmo não sendo na sua plena forma natural (Campbell & Wiesen, 2011). As pessoas estão cada vez mais impossibilitadas de beneficiar dos sistemas e processos naturais (Kellert, Heerwagen, & Mador, 2008). O contato com a natureza é uma necessidade humana básica e não uma amenidade cultural, nem uma preferência individual, mas uma necessidade primária universal (Campbell & Wiesen, 2011).

“O conceito de biofilia compromete que os seres humanos possuem uma necessidade biológica de conexão com a natureza tanto a nível físico, como mental e social e essa conexão afeta o nosso bem-estar pessoal, produtividade e relações sociais” (Sheeps Meadow, 2004, cit. Heerwagen, Loftness, & Painter, 2012).

O aparecimento de temas/formas naturais em estruturas e lugares históricos sugere que o design biofílico não é um fenómeno novo; em vez disso, como campo de ciência aplicada, é a codificação da história, intuição humana e ciências neurais mostrando que as conexões com a natureza são vitais para manter uma existência saudável e vibrante como uma espécie urbana (W. Browning, Ryan, & Clancy, 2014).

De acordo com Stephen R. Kellert (2008), o design biofílico reparte-se em duas dimensões básicas, a “dimensão orgânica e naturalista” – definida como as formas do

<sup>30</sup> O termo "biofilia" foi primeiro intitulado pelo psicólogo social Eric Fromm (The Heart of Man, 1964).

<sup>31</sup> Por exemplo, quando solicitadas a descrever a cidade ideal, as pessoas escolhem características não-urbanas com mais frequência, principalmente a vegetação.

ambiente construído que traduz diretamente, indiretamente ou simbolicamente<sup>32</sup> a afinidade humana inerente pela natureza – e a “dimensão local ou vernácula” – definida como edifícios e paisagens que se ligam à cultura e à ecologia de uma localidade ou área geográfica –, que por sua vez se relacionam com seis elementos, são eles: as características ambientais; as formas naturais; os padrões e processos naturais; a luz e espaço; os relacionamentos alicerçados em lugares e as relações humanas-naturais evoluídas. Por sua vez, são atribuídos a estes seis elementos mais de 70 atributos físicos, desde a materialidade, a referências espaciais, físicas, etc.

A rápida urbanização do mundo moderno resultou em cidades que são caracterizadas por uma predominância de estruturas feitas pelo homem, o que tem sido um dos motivos substanciais do aumento do interesse pela biofilia.

O design biofílico é um campo de intervenção emergente que se centra na ligação das pessoas com a natureza. Como vimos, o espaço pode afetar diretamente os indivíduos, incluindo na relação com outros indivíduos, na maneira como eles desempenham, sentem e interagem uns com os outros, por essa razão, projetar espaços confortáveis, inspiradores e produtivos passou a ser imperativo no mundo contemporâneo.

---

<sup>32</sup> A experiência direta refere-se a um contato relativamente não estruturado com características autossustentadas do meio natural, como luz do dia, plantas, animais, habitats naturais e ecossistemas. A experiência indireta envolve o contato com a natureza que exige entrada humana contínua para sobreviver, como uma planta em vaso, fonte de água ou aquário. A experiência simbólica ou indireta não envolve contato real com a natureza real, mas sim a representação do mundo natural através da imagem, vídeo, metáfora, etc.

### 5.3.1. A NATUREZA: UM EFEITO RESTAURADOR

Ao integrar elementos naturais no ambiente edificado não só reflete os benefícios estéticos do mundo exterior, como desenvolve um ambiente produtivo para os indivíduos que procuram a interação com outros. No ambiente contemporâneo atual e construído, as pessoas estão isoladas da experiência benéfica que é o contacto com os sistemas e processos naturais. Assim, ao reproduzir esses ambientes naturais no local de trabalho, é possível criar espaços de trabalho inspirados em experiências emocionais positivas.

De acordo com o psicólogo ambiental Kaplan (1995), a natureza envolve de forma dominante a mente num “fascínio involuntário”, o que efetivamente ajuda a restabelecer a atenção direcionada e a concentração. Segundo o autor, as pessoas concentram-se melhor após a convivência com elementos da natureza.

O distanciamento do meio natural é evidente neste meio cada vez mais edificado, lotado e urbano. Segundo Kaplan (1995), e a “teoria de atenção restaurativa” ou ART<sup>33</sup>, a natureza atua como um elemento renovador, com a capacidade de melhorar a concentração, assim como cria benefícios psicológicos e físicos, em situações onde a fadiga e o stress se manifestam (Kaplan, 1995). Diversos estudos demonstram que os espaços verdes e as plantas proporcionam resultados saudáveis a nível psicossocial no espaço de trabalho, segundo três efeitos (Nieuwenhuis, Knight, Postmes, & Haslam, 2014). O primeiro revela-se no facto de que as plantas, como organismos vivos, exercem uma influência saudável sobre o ambiente, ao diminuir a quantidade de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), melhoram a qualidade do ar.<sup>34</sup> O segundo efeito centra-se na explicação evolutiva de que um ambiente verde e plantado reflete o mundo natural e, portanto, apoia a fisiologia humana. Segundo os proponentes da ART os ambientes naturais restauram a capacidade das pessoas para a “atenção dirigida”, enquanto que os ambientes construídos tendem a consumir essa capacidade (Kaplan, 1995). O terceiro efeito distancia-se das respostas fisiológicas e aproxima-se das consequências relacionais e gerenciais do enriquecimento. A ideia principal é que o enriquecimento do

<sup>33</sup> *Attention Restoration Theory (ART)*, ou Teoria da Restauração da Atenção, defende que o contacto físico ou visual com a natureza desenvolve propensões para a melhoria na concentração. Teoria de Stephen e Rachel Kaplan (R. Kaplan & Kaplan, 1989; S. Kaplan, 1995)

<sup>34</sup> Demonstrado em laboratórios (Orwell, Wood, Tarran, Torpy, & Burchett, 2004; Tarran, Orwell, Burchett, Wood, & Torpy, 2002; Wood, Orwell, Tarran, Torpy, & Burchett, 2002), assim como em espaços de escritório com ventilação e ar condicionado (Tarran, Torpy e Burchett, 2007; Wood et al., 2006).

espaço de trabalho (com plantas ou por outros meios) melhora o bem-estar dos trabalhadores e o “conforto ambiental” (Vischer, 2005, cit. por Nieuwenhuis et al., 2014).

Há evidências, fora do local de trabalho, de que o contacto com plantas e configurações naturais (em oposição às configurações urbanas) pode melhorar o humor positivo e reduzir o humor negativo (Hartig, Evans, Jamner, Davis e Garling, 2003; Ulrich, 1979; Ulrich et al., 1991 cit. por Nieuwenhuis, et. al, 2014). Para além do humor, existem indicações de que o stress fisiológico, ou a ansiedade (medido pela frequência cardíaca, pressão sanguínea e/ou condutância<sup>35</sup> da pele) é usualmente menor após o contacto com plantas e natureza em comparação com as configurações urbanas (Hartig et al., 2003; Laumann Gärling, & Stormark, 2003, Ulrich & Simons, 1986, Ulrich et al., 1991 cit. por Nieuwenhuis, et. al, 2014). A “hipótese de restauração da natureza” defende que as paisagens naturais tendem a ser terapêuticas em comparação com o panorama urbano (Ulrich, 1979 cit. por Ulrich, 1986). A ideia experimental que enfatizou as cidades de beneficiarem emocionalmente do contacto com a natureza originou a conceção de parques municipais e projetos florestais urbanos (Olmsted, 1865; Driver et al., 1978 cit. por Ulrich, 1986).

Os funcionários que laboram em ambientes com elementos naturais – essencialmente luz solar e elementos verdes (plantas) – detiveram um aumento de 13% em conforto e bem-estar, de 8% em produtividade e de 15% em criatividade (B. Browning & Cooper, 2015).<sup>36</sup>

Assim, é possível concluir que os elementos naturais atuam como um fator preponderante na restauração psicológica. O contacto com a natureza estimula a sensação de distanciamento das rotinas diárias que impõem exigências na atenção dirigida. Os ambientes naturais proporcionam interações esteticamente agradáveis, encorajando processos de exploração e de sensação, atraindo e mantendo a atenção sem esforço, até certo ponto de forma involuntária (Berg, 2007).

O contacto com natureza no local de trabalho é benéfico para a saúde e bem-

---

<sup>35</sup> Em física, condutância térmica de contato é o estudo da condução térmica entre corpos sólidos em contato. O coeficiente de contato térmico, é uma propriedade que indica a condutividade térmica, entre dois corpos em contato.

<sup>36</sup> De acordo com um relatório de 3600 trabalhadores em oito países da Europa, Médio Oriente e África (EMEA), encomendado por módulos especialistas em pavimentos Interface.



estar do trabalhador, à medida que o contacto com elementos naturais no espaço de trabalho aumenta, o indicador de stress e saúde mental diminui. Reconhece-se ainda que a existência de um *"booster break"*<sup>37</sup> ao ar livre, por exemplo, seria mais importante do que conter no espaço de trabalho uma planta ou um elemento irreal do exterior (imagem, vídeo, etc) (Largo-Wight, Chen, Dodd, & Weiler, 2011).

“Um crescente número de pesquisas em contextos ambientais externos, como espaços públicos urbanos, ambientes residenciais, escolas e hospitais, demonstra que a visão e contacto físico com ambientes verdes ao ar livre melhoraram a saúde e reduzem o stress (Hartig et al., 2003 Bjork et al., 2008, Ottosson e Grahn, 2008; Stigsdotter et al., 2010, van den Berg et al., 2010). Os ambientes naturais podem afetar a saúde humana, incentivando a atividade física (Hug et al., 2009; Coombes et al., 2010), o contato social (Kuo e Sullivan, 2001; Sullivan et al., 2004) e ainda a restauração intelectual (Hartig et al., 1991; Tennessen e Cimprich, 1995; Kaplan, 2001; van den Berg et al., 2007). As explicações teóricas para este impacto positivo dos ambientes naturais na saúde humana e no bem-estar são principalmente cognitivas ou evolutivas” (Lottrup et al., 2012).

O contacto com o exterior e com o ambiente natural tornam-se num fator fundamental para as cidades de grande movimento, ao ter um papel crucial no bem-estar do ser humano num meio cada vez mais lotado.

---

<sup>37</sup> Um tempo de pausa.

### 5.3.2. O IMPACTO DA BIOFILIA NOS ESPAÇOS DE TRABALHO

Como vimos no Capítulo 4., a necessidade de introduzir elementos naturais em espaços de trabalho não é um tema recente, já na década de 50, o movimento alemão Bürolandschaft<sup>38</sup> (fig.24) procurou enriquecer o espaço de escritório com o uso de plantas e divisórias interiores, oferecendo uma melhoria ambiental e privada (Duffy & Hutton, 1998; Vischer, 2005 cit. por Nieuwenhuis, et.al 2014).

A intenção deste movimento regia-se pelo modelo “*open space*”, produzindo um ambiente não hierárquico que incentivou as relações interpessoais, assim como a comunicação e a flexibilidade entre os trabalhadores. Ao criar um ambiente de trabalho mais eficiente, as plantas reconstituíram um ambiente de trabalho mais colaborativo e humano (Sundstrom & Sundstrom, 1986 cit. por Nieuwenhuis, et.al 2014).



**Fig. 24:** Modelo de escritório Bürolandschaft, (Sundstrom & Sundstrom, 1986)

Segundo B. Browning & Cooper (2015) os trabalhadores na Europa aumentam os níveis de bem-estar e de produtividade em 13% em ambientes que contêm elementos naturais. Longe de ser superficial ou ornamental, a natureza é um fator integral na criação de locais de trabalho vitalizadoras. No entanto, apesar dos benefícios que a luz solar e o ambiente natural podem oferecer, verificou-se que 30% dos trabalhadores<sup>39</sup>

<sup>38</sup> Bürolandschaft: conceito de um novo layout do espaço de trabalho da década de 50, iniciado por Eberhard e Wolfgang Schnelle, em oposição à formatação rígida, promovia a flexibilidade e a construção orgânica do espaço de trabalho.

<sup>39</sup> 47% dos trabalhadores não possuem luz solar nos espaços de trabalho e 58% não convivem com plantas.

não laboram em ambientes que facultam essa sensação de luz e espaço (Cooper, 2014).

À medida que o trabalho moderno evolui para exigir mais criatividade e conexão, os projetistas recorrem à biofilia como o princípio de que os seres humanos têm um desejo inato de interagir e de se relacionar com a natureza. O caso da empresa Google (fig.25), tornou o espaço de trabalho num ambiente verde, no qual recria essa imagem do exterior de forma a que os colaboradores se sintam mais motivados e por sua vez mais cooperativos. A organização e o processo de trabalho podem ser conciliados de forma equilibrada através do design biofílico, já que podem contribuir para a construção do bem-estar emocional, cognitivo e físico, incluindo a produtividade, a felicidade e a diminuição do stress. Mais recentemente, a nova sede da Amazon em Seattle (fig.26), procurou conceber em ampla escala o ambiente biofílico, ao promover o contacto direto com a natureza numa envolvência repleta de luz e transparência, como se reproduzisse o espaço exterior na sua verdadeira forma.



**Fig. 25:** Google Campus Dublin / Camenzind Evolution + Henry J. Lyons Architects



**Fig. 26:** The Spheres - Escritório Amazon em Seattle, EUA (2017)



#### 5.4. ALGUNS CASOS DE ESTUDO: O MOBILIÁRIO DESTINADO A CONVÍVIO E/OU TRABALHO

A pertinência de cruzar o espaço de trabalho com o espaço público tem vindo a ser um assunto abordado por alguns estudiosos<sup>40</sup>, que questionam sobre a razão pela qual a atividade de trabalho, de reunião, de estudo apenas prevalece hoje em espaços interiores de edifícios. Esta questão foi inspirada por tendências emergentes, que têm vindo a criar novas oportunidades para a localização do trabalho de conhecimento em espaços abertos como a cidade e o espaço público.

Esta temática despoletou o interesse de alguns projetistas de criar ambientes colaborativos e de reunião no espaço público aberto, mesmo não sendo um tema de implementação muito desenvolvido é algo que tem suscitado alguma curiosidade por ao fazer parte do planeamento urbano das cidades.

O caso do escritório *Studio in the Woods* de 2007 (fig.27), foi concebido pela necessidade de “trabalhar debaixo das árvores”, pelo que o fator transparência é um importante invólucro para o significado do projeto, ao servir como barreira “invisível”, esta transparência cria um efeito envolvente e privativo com o meio ambiente exterior natural.



**Fig. 27:** Studio in the Woods – Madrid, Selgas-Cano Arquitectos, 2007

<sup>40</sup> Anthony Townsend (et. al) criaram um projeto pioneiro na cidade de Nova York, em 2009, foi um dos primeiros a experimentar formalmente formas de ativar múltiplos espaços públicos urbanos como locais de trabalho. FORLANO, Laura. *Breakout! Escape from the office*, 2009.

Assim como Jonathan Olivares<sup>41</sup>, que introduziu o conceito de trabalhar ao ar livre através de um projeto hipotético e expositivo *The Outdoor Office*<sup>42</sup> (2012), que sintetiza a sua investigação de três anos, em torno das possibilidades e desafios do trabalho no exterior (fig.28).



**Fig. 28:** : “The Outdoor Office” – Jonathan Olivares, 2012

O projeto foi desenvolvido com o objetivo de entender a possibilidade de criar novos tipos de espaços de escritório ao ar livre. “À medida que os hábitos de trabalho mudam e os dispositivos móveis, incorporados a nós como anexos, nos permitem a liberdade de trabalhar fora dos escritórios tradicionais, cada vez mais se procuram espaços alternativos que possibilitem atividades produtivas ao ar livre. Isso, por sua vez, exige novos tipos de mobiliário de exterior e elementos arquitetónicos” (Petrilla, 2012).

O carácter do projeto foi também desenvolvido procurando maior sustentabilidade, ao reduzir a frequência presencial na empresa, o que diminui o consumo de energia. Segundo Jonathan explica que a visão 360° é propositadamente suprimida, pois auxilia não só a concentração como também proporciona um resguardo acústico. Para além destes fatores, a sombra também é um elemento extremamente importante, uma vez que as ferramentas de trabalho – laptops, papel branco, computador, etc. – refletem a luz solar, o que dificulta a sua utilização. Idealmente, o espaço de trabalho ao ar livre deve ser posicionado num local naturalmente sombreado.

<sup>41</sup> Designer Industrial, Investigador. Autor do livro “*A Taxonomy of Office Chairs*” (2011).

<sup>42</sup> O *Outdoor Office* sintetiza o resultado das descobertas de Jonathan Olivares (2012), a partir de imagens inspiradas de filmes, televisão e escritórios existentes e projetos conceituais para modelos que ele desenvolveu para novos tipos de escritórios e sistemas de móveis, que são ferramentas inventivas para estudar e trabalhar em público e espaços privados.

Assim, a privacidade, o controlo acústico e a sombra, são elementos a considerar para a implementação do projeto (Petrilla, 2012).

O projeto *HAUS*, de Alexander Lotersztain, é composto por três módulos, concebidos para a Trienal de Desenho em Brisbane, Austrália. Com o objetivo de criar um ambiente de interação social, estes módulos são especialmente dedicados para a reunião. Cada elemento pode ser utilizado individualmente ou juntamente com outros. Com o objetivo de gerar espaços de comunicação, pode ser articulado com o espaço segundo a sua disposição para diversas situações de utilização. Estes elementos autónomos podem ser instalados em diversos tipos de locais, interiores e exteriores, o que determinará também os seus usos e dinâmicas relacionais (fig.29).



**Fig. 29: “HAUS” - Alexander Lotersztain, 2010**

O *Solitaire* (fig.30) é um projeto também concebido por Lotersztain, que combina duas funcionalidades, ao servir de assento e de mesa de apoio em simultâneo em apenas uma única peça. Concebido especialmente para o leitor, o escritor, o trabalhador, é um produto que promove o trabalho mais individual, ainda assim poderá ser utilizado juntamente com outros módulos, o que gerará uma outra vertente do equipamento, mais colaborativa.





**Fig. 30:** Solitaire – Alexander Lotersztain

Os dispositivos móveis inteligentes possibilitam estas novas abordagens, também num contexto de espaço público, ao ter hoje a capacidade de proporcionar qualquer localização urbana como um potencial local de trabalho. Novos tipos de organizações como as empresariais e as de negócio, entre outras, geram uma maior exigência de trabalho colaborativo em ambientes criativos. Reconhecendo essas tendências e a profunda relação histórica entre o trabalho e a rua que dominaram antes do *boom* da construção de escritórios do século XX, vários autores desenvolveram um conjunto de ferramentas e processos para apoiar grupos de trabalho de conhecimento em espaços públicos urbanos (Forlano, 2009).

O projeto *ConnectTable* (fig.31) é um posto de energia solar que possui um sistema de recarregamento para os dispositivos móveis. Este projeto pressupõe a sua implementação em espaços como universidades, zonas empresariais, praças e parques públicos. A sua configuração robusta, mas simples tem como principal intuito a de incentivar as pessoas a conviver de forma espontânea e descontraída. É, no entanto, um mobiliário pouco agradável visualmente, sendo que poderá “pesar” em demasia o espaço amplo e por vezes vazio que define, em parte, o espaço público urbano.



Fig. 31: ConnecTable Café e ConnecTable Hub— ConnecTable

O caso do projeto *Tree x Office*<sup>43</sup> (fig.32), é um projeto temporário, *pop-up*, na cidade de Londres que promove o conceito de *coworking* num espaço público verde. O objetivo deste conceito foi reagir à necessidade que as gerações de novos trabalhadores, assim como as empresas, têm de se reunir de forma descontraída num espaço diferente do espaço de trabalho fechado. Este é um espaço que conjectura uma utilização coletiva assim como colaborativa, no entanto, poderá ser usado também de forma individual. O mobiliário utilizado proporciona alguma flexibilidade, como o banco, que ao poder ser movido revela um carácter adaptável às necessidades, no entanto, a sua configuração e ergonomia não pressupõem uma utilização de longa duração devido, por exemplo, à falta de apoio lombar. O fator transparência, assim como o projeto arquitetónico *Studio in the Woods*, é um elemento importante no projeto, ao criar uma barreira circundante e visual, que denota alguma segurança para os utilizadores.

À medida que o conceito de escritório partilhado e flexível ganha força em diversas indústrias e cidades, a existência de um espaço de trabalho no espaço público torna-se um assunto pertinente neste contexto, reutilizando-o com mais uma funcionalidade, a de aproximar pessoas num contexto de trabalho e reunião.

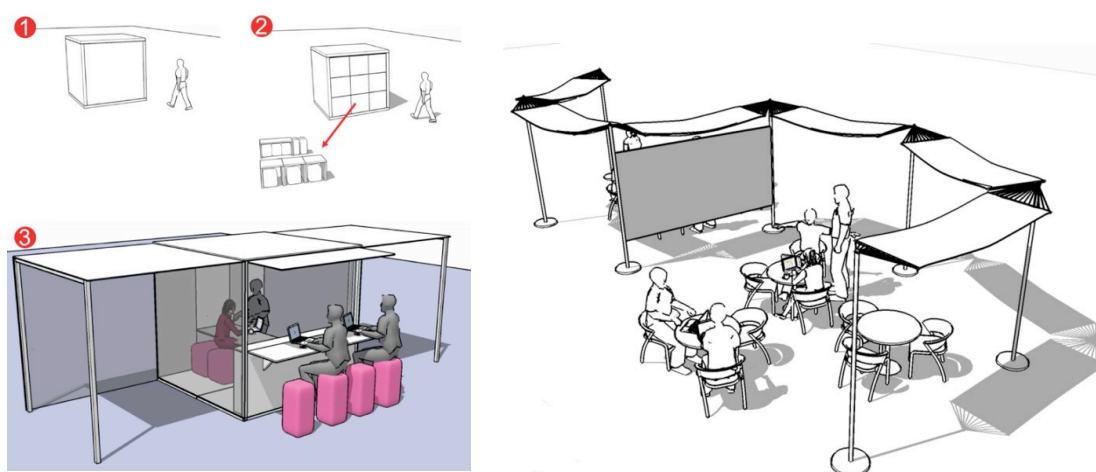
<sup>43</sup> O espaço está construído para receber até oito pessoas, com 25m<sup>2</sup>, equipado com alimentação Wi-Fi. Foi criado pela artista e engenheira Natalie Jeremijenko, conhecida por projetos experimentais referentes ao meio ambiente e à tecnologia, juntamente com Shuster + Moseley, bem como o engenheiro Tim Lucas de Price e Myers. Este espaço pode ser alugado para arrecadar fundos para trabalhos de construção de caridade de regeneração ambiental nos parques e espaços abertos de Hackney.





**Fig. 32:** Tree x Office, TateHarmer – Londres, 2015

A experiência *Breakout*<sup>44</sup> (fig.33) sugere futuras questões de pesquisa sobre como o design urbano, a arquitetura e a teoria organizacional, as quais poderiam responder e gerar essa reintegração do conhecimento e do espaço público. Destacam-se três áreas-chave para uma eventual investigação futura: catalisar a colaboração na cidade aberta, projetar o local de trabalho móvel e repensar a interface entre os locais de trabalho e os espaços públicos (Forlano, 2009).



**Fig. 33:** Breakout! New York, 2008-2009

<sup>44</sup> Inspirado nos espaços de escritórios partilhados do movimento coworking, Breakout! cria locais alternativos para o trabalho colaborativo fora dos prédios de escritórios tradicionais, injetando versões leves da infra-estrutura de escritório essencial para espaços públicos urbanos. O financiamento para este projeto foi fornecido pelo programa de Arquitetura de Nova York.

Ao utilizar o *coworking* como modelo, e aplicando versões leves da infraestrutura de escritório essencial nos espaços públicos urbanos, *Breakout* explora novos contextos produtivos para trabalhar fora dos prédios de escritórios tradicionais (Townsend et.al, 2008, cit. por Foth, 2011). A colaboração é entendida como uma ferramenta para a eficácia organizacional numa escala cada vez maior de contextos de trabalho – como organizações de serviços e políticas para grupos científicos de pesquisa e desenvolvimento (Kraus, 1980; Beyerlein et al., 2003 cit. por Heerwagen et. Al, 2004). Esta iniciativa de projeto resultou numa experimentação tecnológica, com o objetivo de criar um espaço configurado como público aberto para o trabalhador móvel, tendo como principal intuito de promover a descoberta, a colaboração e a inovação.

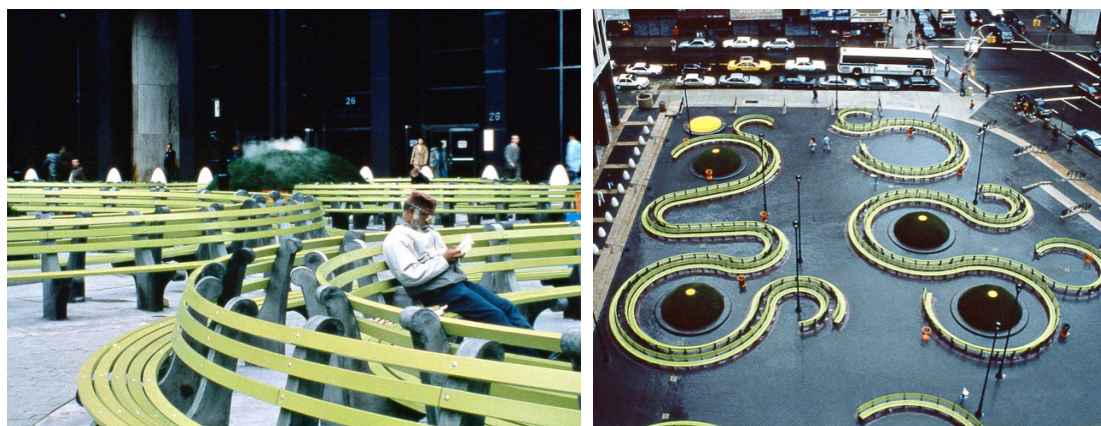
À medida que uma grande variedade de trabalho se move para fora de instituições tradicionais, seja devido a pressões económicas, iniciativas individuais ou formas emergentes de organização, é vital que os administradores, os designers e tecnológicos também comecem a planear e a apoiar essas atividades (Foth, 2001, p.455).

O projeto icónico do sofá *Cloverleaf* (fig.34), de Verner Panton, foi recentemente recriado uma versão de exterior. A sua forma orgânica e sinuosa, assim como os dois projetos anteriores, oferece ângulos mais abertos ou mais fechados criando uma possibilidade de uso ajustável à necessidade do utilizador. A configuração modular do projeto *Cloverleaf* oferece uma variedade de formatos, o que viabiliza a adaptação em qualquer espaço.



Fig. 34: Verner Panton, Cloverleaf Outdoor, 1969

Esta configuração recria o mesmo conceito projetado por Martha Schwartz (fig.35), com a revitalização da praça Jacob Javits em Nova Iorque. A praça, no seu contexto circundante, oferece inúmeras oportunidades de assentos para as pessoas que queiram almoçar ou apenas ver outras pessoas. As cadeiras duplas dos bancos traseiros voltam para frente e para trás e permitem uma variedade de posições – os círculos íntimos para grupos e as curvas externas para os que desejam estar mais sozinhos ou afastados. A forma complexa e ondulante define certos espaços, mais privados ou mais coletivos, mais sombreados ou mais solarengos, dando sempre a possibilidade de escolha ao utilizador.



**Fig. 35:** Martha Schwartz, New York, EUA, 1997

Um outro exemplo é o caso de um projeto urbano de uma Universidade no Japão, o projeto *Rissoho* (fig.36) reflete a sinergia de partilha e descontração deste tipo de atmosfera. As linhas ondulantes criam um sistema de mesa contínua capaz de juntar vários estudantes, onde os bancos facilmente móveis criam alguma agilidade ao espaço. A grande vantagem deste tipo de mobiliário é o agrupamento de uma grande quantidade gente, sendo possível ser adaptado consoante a necessidade dos utilizadores.





**Fig. 36:** Rissoho, Universidade Kumagaya Campas, Japão, Studio on Site, 2010

O projeto seguinte é constituído por uma coleção de bancos, que foram realizados pelo designer Alfredo Haberli em parceria com a BD Barcelona Design. *El Poeta* e *El Banquero*, dois dos bancos que fazem parte da coletânea, com mais de uma funcionalidade, ao servir de mesa e de banco simultaneamente. Estes equipamentos são compostos por uma estrutura em tubo de aço e coberta com uma chapa de aço perfurada, de acabamento pintada.

*El Poeta* (fig.37) é um banco destinado também a pessoas que gostam de ler ou estudar ao ar livre, utilizando a parte de mesa como apoio, e onde é possível sentarem-se mais do que duas pessoas. Este é um exemplo multifuncional que reconhece a necessidade de que o espaço de trabalho poderá ocupar o espaço público urbano de forma linear e coerente. Este é um exemplo que incentiva à oportunidade de adaptabilidade por parte do utilizador, ao conseguir movê-lo consoante a pertinência, inclusive de juntá-lo para criar uma utilização mais colaborativa.



**Fig. 37:** El Poeta. Empresa: BD Barcelona design, 2005

O projeto *On Repeat* (fig.38) foi criado pela empresa de arquitetura Universal Design Studio e The Office Group – conhecedores de ambientes de *coworking* e espaços partilhados. A conceção de um espaço público destinado a incentivar as pessoas a serem mais produtivas e criativas foi o foco principal deste projeto. Com o intuito de servir como um retiro da vida agitada do escritório, para sair do espaço de trabalho habitual, onde os aparelhos eletrónicos são excluídos. Este projeto de carácter efêmero pressupõe a exploração da repetição como um método para estimular o pensamento criativo, através da exposição de elementos em papel, que pressupõem a concretização da sua montagem. As atividades que exploram o poder de frequência e repetição induzem um estado de espírito conhecido como “consciência aberta”, através de tarefas manuais, que dominam este conceito. Este é um projeto que concetualiza a ideia de “refúgio” e de descoberta num espaço incomum, mesmo sendo dentro da cidade. A sua estrutura trespassada confere uma visualização do espaço exterior fora do habitual.



**Fig. 38:** On Repeat, Pavilhão, 2017, Londres

Capítulo 6

**PROPOSTA DE PROJETO**

## 6. PROPOSTA DE PROJETO

Conforme observado pelo inquérito elaborado, o contacto com o exterior, principalmente com elementos naturais, é um fator importante para a prática de trabalho. Como verificado no Cf. Cap. 5, relativo ao design biofílico, este tem um impacto determinante tanto a nível produto como criativo, e segundo a teoria de Kaplan, esse contacto tem um efeito restaurador. O projeto deverá ser implementado em zonas planas, de fácil acesso, que sejam sombreadas por árvores, nomeadamente em zonas de jardim.

A ideia impulsionadora para esta investigação surge numa perspetiva académica, com a necessidade da existência de um espaço adequado e alternativo aos espaços de trabalho comuns, como por exemplo: a biblioteca, os cafés, e outros ambientes não adaptados para este tipo de função. Propõe-se, sobretudo, a criação de espaços opcionais para a realização do trabalho – trabalho este que poderá englobar as: reuniões, os “*meetings*”, os trabalhos de grupo ou até mesmo o trabalho individual.

Para apoiar o desenvolvimento desta ideia e deste projeto foi necessária a investigação acerca da orgânica e evolução do escritório, ao longo dos tempos, principalmente desde a Revolução Industrial, que lhe deu origem. Paralelamente, com a evolução de uma sociedade nova em emergência, o trabalho de escritório tornou-se um importante elemento de toda esta mecânica.

Nesta fase, o escritório e o espaço de trabalho – com os princípios Tayloristas mencionados anteriormente – tinham como principal objetivo a “produção”, onde tudo estava hierarquicamente organizado, sem que houvesse um pensamento cuidado acerca das necessidades dos trabalhadores. Pouca era a preocupação direcionada à execução de mobiliário e à sua ergonomia, aspetos tão importantes e discutidos atualmente, e que foram fundamentais no desenvolvimento da proposta de projeto.

Como vimos anteriormente (Cf. Cap. 4.1.1.), o modelo inicialmente estipulado de organização de escritório começa a não corresponder às necessidades da evolução da sociedade e da tecnologia, que a partir dos anos 50, exige que a comunicação seja mais fluída, surgindo assim a ideia de layout “*open plan*”. Os novos conceitos que emergiram, demonstram que os escritórios poderão adotar uma interação mais informal

e flexível, o que tornará possível trabalhar em praticamente qualquer lugar e em qualquer momento com o apoio de uma tecnologia em constante e permanente evolução.

Os novos conceitos de flexibilidade, que foram tomando forma a partir da década de 70 (Kovács, 2006; Schuermann, 2014), contribuíram para a evolução de novos padrões laborais, maioritariamente no trabalho em escritórios e em espaços de *coworking* (Heckler, 2012, cit. por Mota, 2015). Esta flexibilidade/mobilidade está presente no modo em como surgiram novos tipos de trabalho, nomeadamente os *freelancers* e os trabalhadores nómadas. A informalidade é uma das características destes novos espaços, que não estão condicionados nem pela rigidez laboral, nem pela rigidez geográfica, nem a horários fixos, permitindo-lhes assim, uma maior liberdade.

Esta nova era rege-se por princípios de maior partilha, participação e conexões que se estabelecem entre os utilizadores dos espaços de *coworking* (Heckler, 2012 cit. por Mota, 2015). A noção de colaboração e de comunidade na prática de trabalho é uma realidade cada vez mais acentuada, sendo que é perfeitamente lógico que se implementem novas abordagens alternativas de espaços. Estes espaços de *coworking* são habitualmente sujeitos a um valor de fidelização mensal, o que não vem completamente ao encontro da ideia fulcral desta investigação.

A cidade, o espaço público assim como o mobiliário urbano, atuam como elementos imprescindíveis para a vivência da sociedade, promotores de relações. O espaço coletivo tem sido ao longo do tempo um importante elemento de reunião, onde se desenvolviam as atividades relativas ao trabalho. É por isso pertinente e necessário responder à nova forma contemporânea de trabalhar, às novas necessidades de trabalho, intimamente relacionadas com o apoio das TIC e com as novas dinâmicas e práticas de trabalho. Chegada a esta confluência de ideias pretende-se dar resposta à pergunta inicial “de que forma o espaço público urbano poderá propor novas utilizações para as atuais práticas e metodologias de trabalho?”.



## 6.1. OBJETIVOS

O objetivo principal desta investigação recai na revitalização do conceito de espaço público urbano através de equipamentos inovadores que contribuam para a criação do ambiente de trabalho/escritório. Pretende-se com esta sustentação intervir de forma objetiva proporcionando aos utilizadores uma relação de proximidade e contacto com o mobiliário urbano, capaz de intensificar e diversificar os usos do mobiliário urbano atual. Como analisado anteriormente, e visto a diminuta matéria relativa a espaços de trabalho em locais públicos urbanos, é notória a falta de equipamentos especialmente dedicados para a realização de trabalho no espaço público, pelo menos na cidade de Lisboa.

Para isso definem-se os objetivos principais que delineiam este projeto:

- 1) Criar áreas destinadas a trabalhos de grupo e/ou individuais (criar áreas mais privadas e/ou mais coletivas).
- 2) Utilização de materiais resistentes à intempérie, de fácil manutenção, materiais que proporcionem conforto e segurança.
- 3) Ter um modelo de equipamento que possua formas ergonómicas destinadas ao trabalho.
- 4) Proteger os bens/pertences (mochila, computador, etc).
- 5) Criar um equipamento harmonioso com a envolvente exterior e natural.
- 6) Diversificar as utilizações do espaço público ao criar uma alternativa aos espaços fechados de trabalho.

## 6.2. INQUÉRITO REALIZADO

A elaboração do inquérito realizado, pretendeu demonstrar os possíveis e potenciais utilizadores do conceito detalhado nesta investigação, direcionando os inquiridos para um possível equipamento de trabalho no espaço público. Pretendeu-se confrontar e validar certas questões gerais do projeto podendo assim definir alguns dos princípios práticos para a execução do mesmo. Nesse sentido, a iniciativa pretende por um lado, verificar a pertinência da proposta de um espaço público exterior destinado às práticas de trabalho, numa perspetiva dinamizadora de intensificar e diversificar a utilização do mobiliário e do espaço público urbano como argumento determinante no desenvolvimento de novas soluções.

Com o objetivo principal de compreender a pertinência concetual do projeto, foi realizado um inquérito, do qual se obteve 119 respostas, que auxiliaram na validação e na justificação desta investigação, assim como na conceção de projeto de novos espaços de trabalho.

A população alvo para a realização do inquérito foi transversal às várias faixas etárias, isto é, o questionário elaborado foi direcionado para qualquer cidadão, não restringindo a utilização do equipamento a um determinado grupo ou indivíduo específico. Apesar da funcionalidade do projeto estar direcionado para um uso relacionado com a prática de trabalho, poderá ser utilizado por qualquer indivíduo ou grupo que se queira reunir para debater algum tema. Ao pertencer ao espaço público, este equipamento será utilizado e dinamizado por quem o pretender usar com os objetivos desenvolvidos, já apresentados ao longo da minha argumentação.

As perguntas elaboradas, definem alguns aspetos importantes, que deram seguimento à conceção do projeto. A partir dos resultados obtidos, demonstrou-se que é comum trabalhar-se fora do espaço doméstico com a pergunta “é habitual trabalhar/estudar fora de casa?”, onde cerca de 75% dos inquiridos responderam que “sim”. Quanto à preferência dos locais para realizar este tipo de atividade (trabalho, reunião e estudo) foram mencionados o espaço de casa (24,4%), a biblioteca (24,4%), o café/esplanada (17,6%), o espaço de escritório (21,8%) e o jardim/exterior (7,6%). O recurso à tecnologia para desenvolver a atividade de trabalho/estudo demonstrou-se imprescindível para os inquiridos, sendo que 95% responderam que “sim” à pergunta

“A utilização tecnológica (computador, telemóvel, etc) é imprescindível para a sua atividade de estudo/trabalho?”.

O trabalho colaborativo, demonstrou ser uma questão variável consoante o tipo de trabalho envolvido, a pergunta “Gosta de trabalhar/estudar num local com mais pessoas em seu redor, isto é, em comunidade?” teve como respostas “sim” com 50,4% e que “não” com 40,3%, sendo que as restantes respostas foram obtidas de forma personalizável, das quais se pôde concluir que: a realização do trabalho em comunidade depende do número de pessoas envolvidas; do tipo de trabalho em questão, isto é, do grau de concentração. Se o tipo de trabalho for de um grau de concentração exigente, o espaço público aberto poderá não ser uma alternativa, no entanto os trabalhos que necessitem de comunicação e troca de informações poderão validar o espaço público urbano aberto como uma variante interessante para definir este tipo de encontro entre as pessoas, como refere um dos inquiridos: “Sou completamente diferente no que toca a estudar e trabalhar. Para estudar prefiro estar em casa porque é onde me concentro melhor e não tenho ninguém que me distraia. Já em relação a trabalhar tenho imensas fases diferentes. Quando estou na fase de idealização, conceção de conceito acho fundamental termos pessoas com quem partilhar as nossas ideias e discutir essas mesmas, uma vez essa fase concluída considero importante, novamente, estar num espaço mais sossegado e tranquilo para poder fazer as coisas com o maior detalhe e atenção.” Compreende-se que o tipo de trabalho realizado será um fator importante para o sucesso do equipamento proposto.

No seguimento, propôs-se a hipótese da existência de um espaço apropriado para a realização de um trabalho/estudo colaborativo, em harmonia com o ambiente exterior. Colocou-se assim a seguinte pergunta: “Se existisse um local próprio de trabalho/estudo ao ar livre, onde pudesse conviver e conversar com outras pessoas, deslocar-se-ia até lá?”, onde 48,7% dos inquiridos responderam que “sim”; 10,1% responderam que “não” e 41,2% responderam “talvez”. Isto poderá evidenciar uma potencial utilização por parte dos inquiridos, que apesar de estar influenciada pelo tipo de trabalho desenvolvido, será um local que irão ponderar utilizar.

Depois de analisar a possibilidade da prática de trabalho no espaço público aberto, pretendeu-se demonstrar a importância do contacto com elementos naturais, com

a seguinte pergunta “Considera a presença de elementos naturais (plantas, árvores, luz solar) um benefício para o seu bem-estar enquanto estuda/trabalha?”, onde 88,2% dos inquiridos respondeu que “sim”; 10,1% respondeu “talvez” e 1,7% respondeu que “não”.

Com esta análise aferiu-se que os elementos naturais (plantas, árvores, luz solar) são um importante fator de satisfação enquanto se executa uma atividade relativa ao trabalho/estudo. Assim, propôs-se a realização do trabalho em duas tipologias diferentes do espaço público aberto, com a seguinte questão “Se existisse um espaço/equipamento público destinado a trabalhadores/estudantes. Quais dos seguintes locais/tipologias escolheria para trabalhar, estudar ou reunir com a sua equipa em tempos de lazer?”, na qual os inquiridos tinham como opção de resposta o “jardim” e a “praça”. O jardim teve 82,4% das respostas, e a praça 12,6%, sendo que as restantes respostas foram dadas de forma personalizável, mencionando também “algo fechado”, o “bar-café”, “jardim em zonas cobertas/fechadas”, entre outras.

O mobiliário urbano será o elemento primordial para desenvolver esta atividade assim questionou-se, “Que tipo de mobiliário urbano escolheria para esta utilização?”, sendo que as hipóteses de resposta são “flexível” ou “fixo”. Os inquiridos responderam com 83,2% ao mobiliário “flexível”, e 16% responderam “fixo”. Isto significa que a flexibilidade, ou pelo menos a opção de escolha será um fator importante a considerar no projeto.

Para finalizar, solicitou-se aos inquiridos que indicassem num grau de utilização entre 1 a 5 – em que o grau 1 corresponde a uma utilização diminuta e o grau 5 corresponde a uma utilização frequente: “Para finalizar, indique de 1 a 5, a importância de utilização que daria a cada uma das seguintes opções, nesse tipo de espaço: Caso existam outras, por favor refira-as.”, nas quais as opções foram “trabalhar”, “reuniões/meeting” ou “estudar”. Constatou-se com a avaliação destas três hipóteses que o estudo e o trabalho são o tipo de utilização mais utilizado. O grau de importância atribuído pelos inquiridos foi: “para trabalhar”, 42,9% respondeu com 4; “para reuniões/meeting”, 37,8% respondeu com 3 e “para estudar”, 38,7% respondeu com 4.

Em suma, o inquérito realizado definiu a importância da existência de um espaço ou equipamento destinado ao trabalho/estudo/reunião. É percebido que o espaço

de casa terá sempre um papel conveniente e cómodo, por ser o espaço que recolhe os requisitos ‘mínimos’ para este tipo de atividade. No entanto, entende-se que o tipo de trabalho realizado, que tem que ver com a concentração e exigência envolvida definirá em grande parte o tipo de espaço. A utilização do equipamento proposto no espaço público será pois para um trabalho informal e dinâmico por sua vez descontraído.

### 6.3. REQUISITOS GERAIS

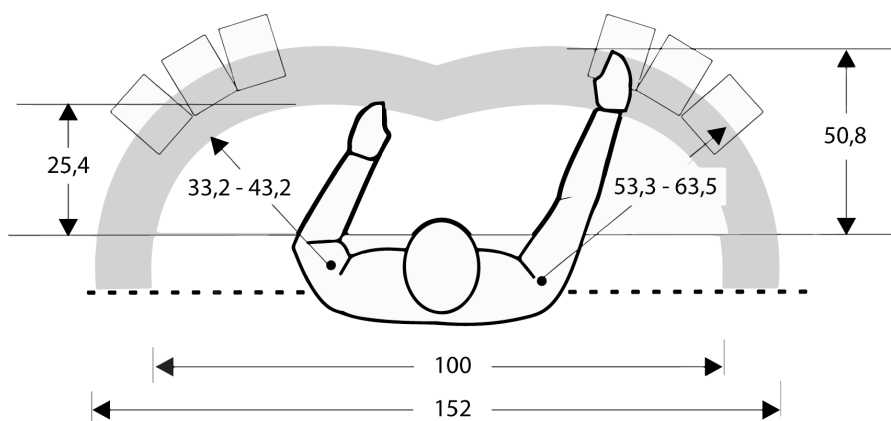
O projeto que proponho conceber, apesar de ser um espaço onde as pessoas vão poder estar a reunir, a trabalhar e a socializar, não irá ter a vertente de pagamento de um valor, pois vai ser implementado num espaço público aberto, que todos poderão frequentar livremente. Da ideia de *coworking*, pretendo extrair o conceito de interação, de reunião, de convívio, de partilha, de troca de ideias, do tipo de mobiliário coletivo, assim como o modelo de espaço “open”, etc. Serão assim várias as vantagens que as pessoas terão ao frequentar este espaço: o contacto direto com a natureza, a possibilidade de reunir livremente e sem qualquer tipo de condicionante, quer de tempo ou financeiro, isto por estar implementado em locais centrais e públicos da cidade. Este espaço será concebido e destinado quer para trabalho de grupo quer para um trabalho mais individual, comprometendo-se com a existência de um plano de estudo ergonómico, onde as pessoas se sentirão confortáveis para pequenas reuniões/*meetings*.

Estes espaços deverão ser implementados em zonas de jardim, que sejam planas, sombreadas, com um mobiliário urbano adaptável a diversas necessidades, tanto de grupos como por indivíduos. A sua utilização apesar de ser no exterior terá um período longo, dado que as condições climáticas são vantajosas no nosso país, neste caso, no centro de Lisboa, mesmo no Inverno poderá ser possível a sua utilização de forma quase habitual, tal como os jardins públicos.

O equipamento deverá considerar aspetos gerais como a segurança (proteção de bens), privacidade (barreira visual e/ou de som), a funcionalidade (trabalhos de grupo e/ou individuais; autonomia de energia), assim como a envolvimento com o espaço (harmonia). A abertura e a transparência serão elementos primordiais para a concretização do projeto, pois deverá estar em completa harmonia com a envolvente.

A sua forma deverá ter também em atenção aspetos ergonómicos, determinantes para o bom uso do equipamento. A postura, o recosto assim como o apoio lombar deverão ser elementos fundamentais para o conforto do equipamento, já que se destina à prática de trabalho, o que implica uma importante análise. Os elementos que constituem este projeto foram pensados tendo em conta as medidas standard, tais como: a altura do assento em relação à superfície de trabalho (18cm); a altura do chão ao assento (45cm); a altura do encosto mínima (31cm); a altura média do tampo de uma secretária (75cm); os pés do utilizador deverão estar apoiados no chão e os joelhos deverão formar um ângulo de aproximadamente 90°; o encosto lombar deverá formar um ângulo com mais de 90° (Cohen, Gjessing, Fine, Bernard, & McGlothlin, 1997).

As necessidades de utilização por parte do utilizador passam sobretudo pelo apoio às ferramentas de trabalho necessárias e mais frequentes (computador, laptop, telemóveis, papel, canetas), assim a existência de uma superfície de apoio (fig.39) será crucial para esta atividade, assim como a existência de eletricidade, para a utilização de tomadas para carregar os computadores/laptops, entre outros.



**Fig. 39:** Medidas recomendadas da área de trabalho em cm (adaptada de Cohen et.al, 1997)

Relativamente ao comprimento da mesa, não será uma medida uniforme visto que se pretende a reunião informal de grupos não estando por isso dentro do padrão standard. As interações desenvolvidas neste tipo de espaço estão relacionadas com o número de pessoas envolvidas, podendo ser de uso individual ou coletivo, com áreas mais privadas ou mais amplas, devendo facultar estas duas opções.

## • INTERAÇÕES

As interações entre as pessoas foram analisadas com base no estudo do projeto já estudado (Cf. Cap.4.3.1.) *Float*. Estudaram-se vários ângulos de contacto assim como várias posições e formas de comunicação e troca de ideias e diálogos (fig.40).

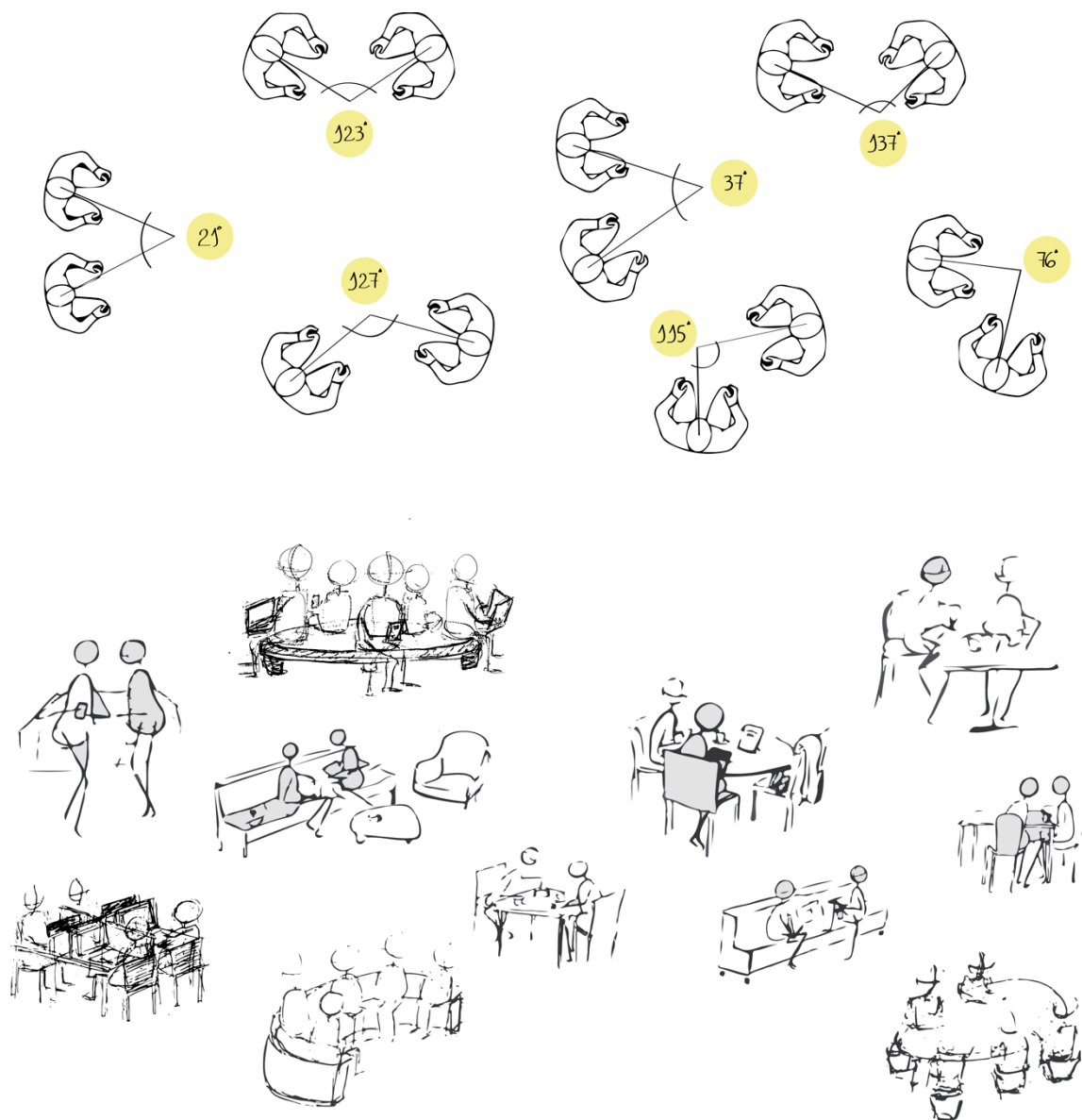


Fig. 40: Interações (adaptada de Grey Fox, 2016)

- **POSTURA**

Analisaram-se também algumas posturas gerais dos indivíduos em posição sentada (fig.41).

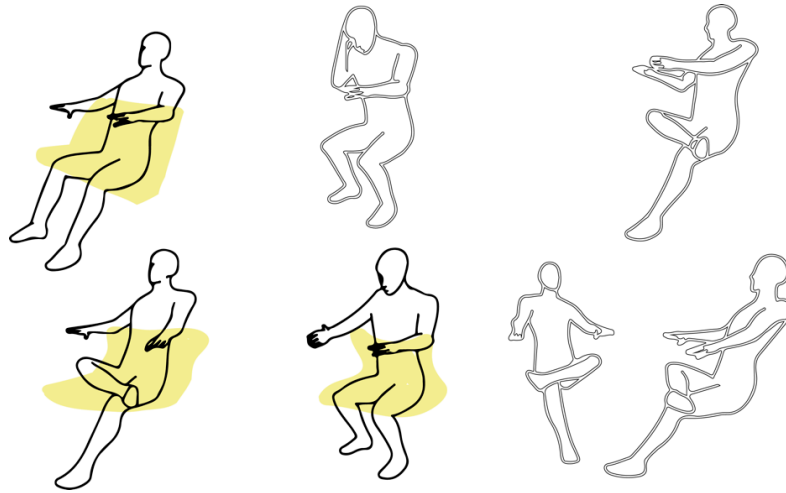


Fig. 41: Postura (adaptada de Grey Fox, 2016)

- **NÚMERO DE PESSOAS**

O número de pessoas envolvidas também foi um fator importante para a concretização e dimensão do projeto proposto (fig.42). Propõe-se a utilização por grupos grandes, pelo menos até seis pessoas (como mencionado pela empresa de mobiliário SteelCase), mas também, num âmbito mais individual, apesar de não ser a ideia fulcral do equipamento.

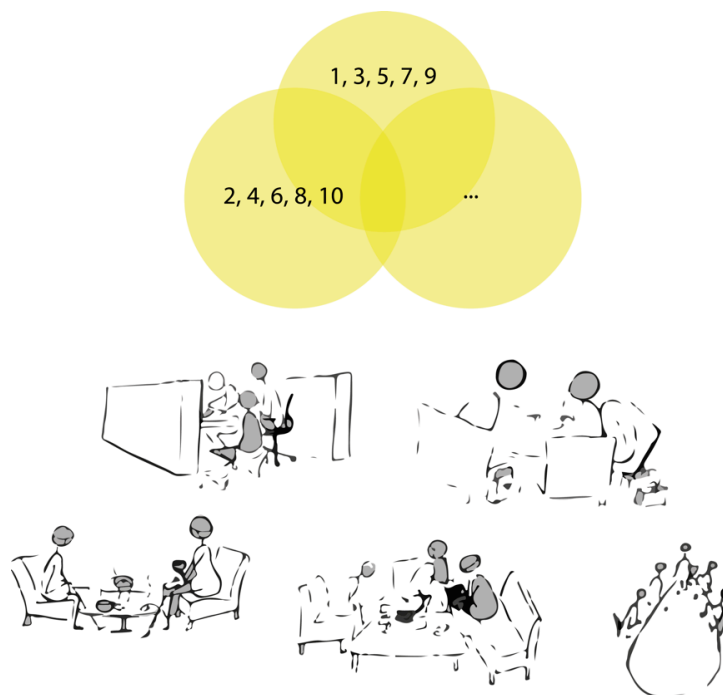


Fig. 42: Número de Pessoas (adaptada de Grey Fox, 2016)



### 6.3.1. ESTUDO DO ESPAÇO DE IMPLEMENTAÇÃO

O espaço escolhido para implementação do projeto foi o jardim do Campo Grande<sup>45</sup>, o maior espaço verde do centro de Lisboa. Este jardim é considerado por muitos utilizadores como um “oásis” no meio da cidade, um espaço emblemático e histórico, que reconhece o encontro e o convívio presencial de muitos cidadãos. Este jardim público promove o contacto com a natureza, aberto a qualquer pessoa, é um espaço pacífico e tranquilizante (fig.43).



**Fig. 43:** Zona do Campo Grande, Caleidoscópio, Lisboa (retirado de Jornal Público por Miguel Manso)

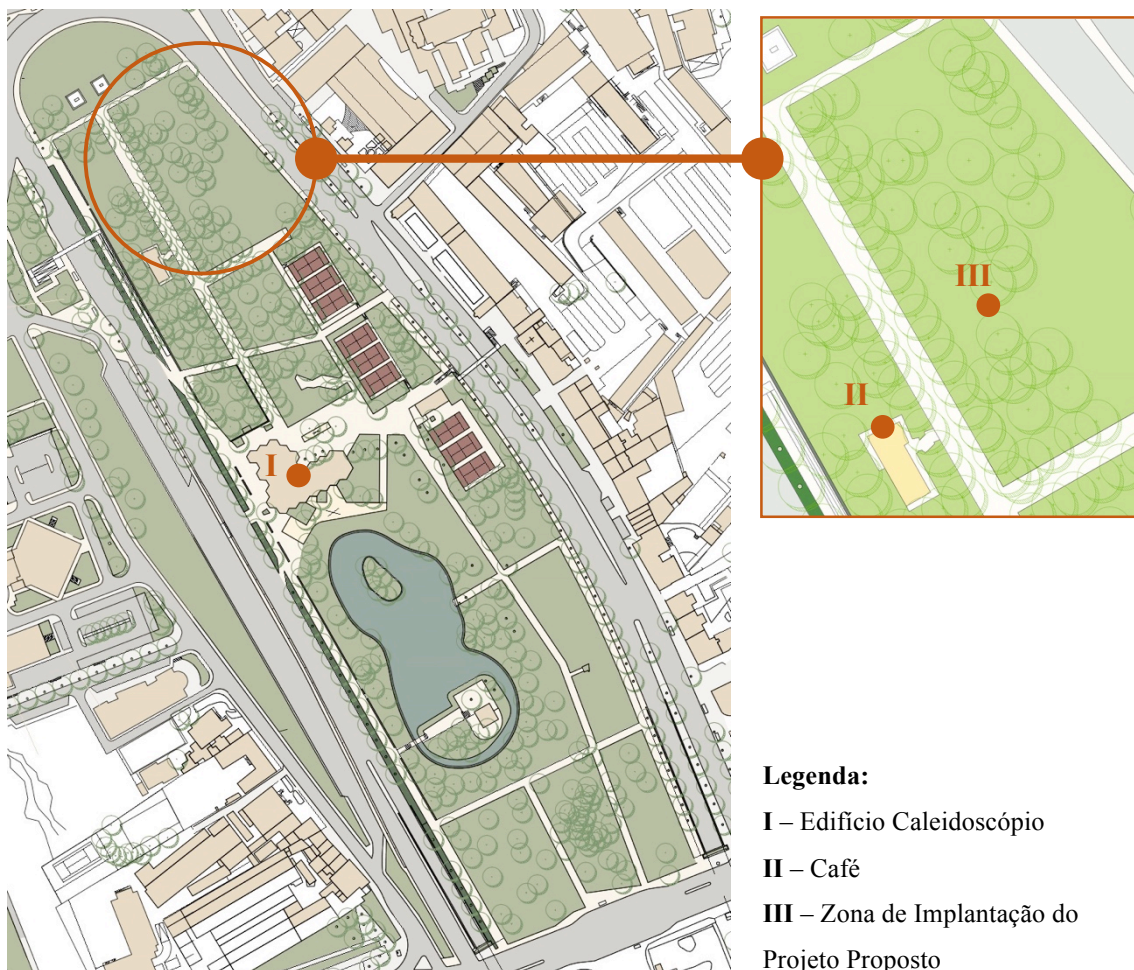
Atualmente, a CML e a Universidade de Lisboa (UL) são parceiras na reabilitação urbana do jardim do Campo Grande. Recentemente, a UL participou na reabertura do edifício Caleidoscópio, antigo cinema e centro comercial, agora transformado numa sala de estudo universitário. É hoje um local frequentado por muitos estudantes, que segundo Fernando Medina, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, representa um elemento "importante para a cidade, bem como para os que cá vivem e estudam" (CML, 2017).

A apropriação do antigo Edifício Caleidoscópio, com o projeto do arquiteto Pedro Oliveira, inclui todas as condicionantes e particularidades de um programa de uso flexível e mutante, para manifestar a potência de uma versão oculta para este edifício: um edifício-jardim. A criação de um acesso ao Jardim do Campo Grande com a nova

<sup>45</sup> Este espaço já existia no séc. XVI, altura em que era conhecido como Campo de Alvalade. O início da plantação do Campo de Alvalade, inspirado no estilo de Passeio Romântico, remonta ao séc. XIX, tendo-se realizado aqui as primeiras corridas de cavalos em 1816 (CML, 2018).

cobertura entre o edifício e o lago é a construção que estabelece o critério fundamental para esta nova versão do edifício: transparência e fluidez (Mendes, 2016).

A clareza e fluidez do novo edifício reflete a paisagem exterior do jardim que o envolve, uma visão panorâmica, com amplitude e profundidade. Um jardim público que reúne pela sua própria forma, inúmeras atividades próprias dos jardins públicos, como atividades relacionadas com lazer (passear, tirar fotografias), ou com trabalho (estudar, trabalhar, ler) ou com atividades de vida pública (falar, conversar, reunir). Estas atividades têm o privilégio de estarem envolvidas com a paisagem verde de natureza, repleta de árvores que proporcionam zonas de sombreamento.



**Fig. 44:** Planta do Campo Grande - Caleidoscópio (adaptada de CML, 2017)



A zona de implantação escolhida usufrui da diretriz principal do projeto, um espaço verde, plano, num dos pontos centrais da cidade, com uma envolvente habitacional, de escritórios e também universitário (fig.44 e fig.45).



**Fig. 45:** Zona de Implantação, Campo Grande (fotografia da autora)

#### **6.4. MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA**

O projeto do mobiliário urbano desenvolvido foi designado como *Reunião Urbana*. Este nome deriva das novas práticas de trabalho, relacionadas com a informalidade, com a mobilidade do posto de trabalho cada vez mais acentuada nos dias de hoje, onde a reunião e o encontro entre as pessoas é uma “artéria” dos novos conceitos de trabalho, relacionados com “*Meetings*”. Este espaço terá uma vertente mais permanente e específica, ao contrário do que acontece nos locais já referidos de carácter pouco funcional e fugaz, pois não são apropriados para este tipo de atividade.

Este convívio, de encontro e reunião num contexto urbano surge da necessidade de aproximação e contacto, sendo um equipamento destinado a ser aplicado em espaços

verdes envolventes em jardins, os quais são locais propícios à contemplação, pensamento e observação da vegetação, elementos que promovem, como já visto, a produtividade e a criatividade.

O projeto é definido por dois elementos principais: a Mesa (Anexo I) e a Cadeira (Anexo II). A mesa é dividida por quatro módulos com formas irregulares que perfazem um total de aproximadamente 10m de comprimento. Quanto à cadeira proposta, trata-se de uma cadeira de uso individual desenhada com formas adaptáveis às linhas do corpo, com um eixo giratório que permite adquirir vários ângulos. A mesa é composta também por um isolador acústico e visual, em aço inox e acrílico de vidro vazado, este terá como principal função a de definir zonas mais privativas para os utilizadores que queiram sentir-se mais isolados. Este isolador tipo “biombo” é colocado em zonas específicas da mesa – Módulo 1 e Extremidade 4 (da tabela de componentes) –, precisamente em ângulos mais fechados, que será aparafusado por baixo do tampo da mesa. De forma a complementar esta funcionalidade isoladora visual são aplicadas tiras de acrílico entre os varões de aço inox, que servirão como isoladores de som, tendo em conta as suas propriedades acústicas e resistência à intempérie.

A partir destes elementos principais são adicionados os restantes complementos estruturais para a conceção do equipamento como: os pés da mesa, a base giratória da cadeira – estes irão ser afixados ao chão através de aparafusamento à sapata de betão subterrânea –, as tomadas e a sua respetiva alimentação.

Em relação à alimentação, existirá uma puxada de energia subterrânea que passará pelos pés da mesa, onde por sua vez passarão os fios elétricos até ao interior do tampo da mesa. Esta instalação ocorre assim do seguinte modo: o equipamento virá montado de fábrica, incluindo a sua eletrificação; quando implantado é então ligado à rede do local, pelo que já estará colocado o ponto de energia no lugar específico de colocação. Para tal os pés da mesa irão ter uma porta com cadeado de modo a permitir o fácil acesso e eventual manutenção. As tomadas irão ser colocadas por baixo do tampo da mesa, envolvidas numa caixa fechada e isolada com uma tampa individual para cada tomada. Para que a utilização das mesmas seja mais intuitiva – visto que estas terão de estar por baixo da mesa devido à sua exposição – irá ser desenhado no tampo em baixo relevo um símbolo com o desenho de uma ficha, que poderá ficar eventualmente

iluminada devido às propriedades do material corian. Para além desta característica, este desenho no tampo tem como principal funcionalidade a de servir como uma superfície digital, ao poder ser ativada através do cartão eletrónico (por exemplo o cartão Lisboa Viva).

A área da mesa irá ser composta por quatro módulos distintos, com um ângulo comum entre eles para o encaixe e aparafusamento. Estes módulos poderão compor-se de diversas formas consoante a necessidade, pertinência estética e dimensão. Estes módulos têm um tampo em corian de 7cm de altura, de forma a poder passar por ele alguns cabos elétricos para a alimentação.

A cadeira proposta é composta por o assento em corian (que terá de ser termo moldado à forma do corpo), uma base com um eixo giratório (este eixo é perfurado no seu eixo central, onde passará um tubo transversal que ligará à base e será soldado ao seu perfil).

- **MATERIAIS PROPOSTOS**

Para a realização do projeto, foi necessário recorrer à escolha do material, que propusesse e fosse de encontro aos requisitos necessários do mobiliário urbano. Assim os materiais propostos, são o material Corian, o Acrílico e o Aço Inoxidável. Estes são materiais que retêm muitas das características próprias necessárias para a elaboração do projeto em questão.

O Corian (nome comercial), é um material estrutural e de revestimento homogéneo sólido, não poroso, composto por  $\approx 1/3$  de resina acrílica (também conhecido como polimetil metacrilato ou PMMA) e  $\approx 2/3$  de minerais naturais. Estes minerais são compostos de trihidrato de alumínio (ATH) derivado de bauxita, um minério a partir do qual o alumínio é extraído (DuPont, Corian).

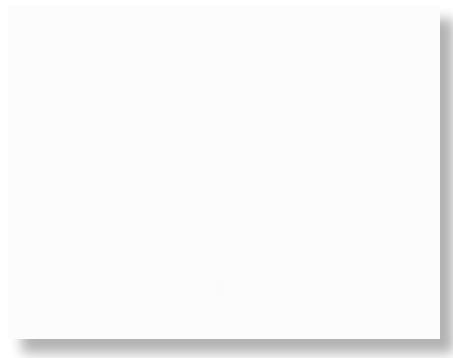
O Corian é usado como material escultórico nas áreas da arquitetura e design em diversas áreas de aplicação, desde comercial, a residencial, a espaços públicos, etc. De superfície sólida, detém características convenientes para aplicação no exterior, como: versatilidade, funcionalidade e durabilidade no âmbito do projeto. Produzido em folhas e formas, é um material que pode ser moldado com ferramentas de madeira

convencionais. As folhas DuPont™ Corian® podem ser termo formadas em moldes de madeira ou de metal a temperaturas controladas para criar vários objetos 2D e 3D, assim como gravação.

A estabilidade da cor é muitas vezes uma preocupação primordial ao avaliar um material para uso externo, no entanto, existem outros fatores de desempenho que também devem ser considerados.

Todas as cores do Corian obtêm baixa absorção de humidade e resistência a manchas, poluentes ambientais, detergentes, bem como condições de congelamento/descongelamento. As cores Corian poderão sofrer alteração de cor, no entanto esta mudança é mais evidente em cores saturadas, cromáticas e escuras e menos evidentes em brancos e tons terra.

Por essa razão a cor selecionada para a realização deste projeto foi, segundo a paleta DuPont, a cor Glacier White (fig.46):



**Fig. 46:** Cor Glacier White, material Corian (adaptada de DuPont)

A sua flexibilidade, facilidade de fabricação, aparência e durabilidade tornam o Corian um material versátil. As superfícies são não porosas, não tóxicas de aparência suave e translúcidas (manifesta-se mais em cores claras de espessura mais fina)<sup>46</sup>. São facilmente restauráveis, em caso de vandalismo<sup>47</sup>, ou danos ambientais, o Corian é facilmente restabelecido, podendo ser lixado e/ou limpo no local, sem necessária substituição do material. Todos estes fatores de desempenho fazem do Corian uma excelente escolha para aplicações exteriores (DuPont, Corian).

<sup>46</sup> A superfície sólida Corian® atende as diretrizes de emissões para compostos orgânicos voláteis (COV), poluentes atmosféricos perigosos (HAPs) e obteve certidão GREENGUARD GOLD (DuPont).

<sup>47</sup> Mesmo os graffitiis podem ser removidos através da lavagem de pressão padrão com produtos de limpeza à base de bicarbonato de sódio.



O Corian irá ser utilizado no tampo da mesa, assim como no assento da cadeira. Como material estrutural destes dois elementos irá ser utilizado o aço inoxidável, devido às suas propriedades. O aço inoxidável é uma liga metálica que contém, entre outros elementos, cromo, níquel e molibdénio os quais conferem grande resistência à corrosão. Para complementar estes dois materiais, foi selecionado o acrílico extrudido como isolador acústico, ao estar colocado na zona mais privada da mesa.

- **EQUIPAMENTO PROPOSTO**

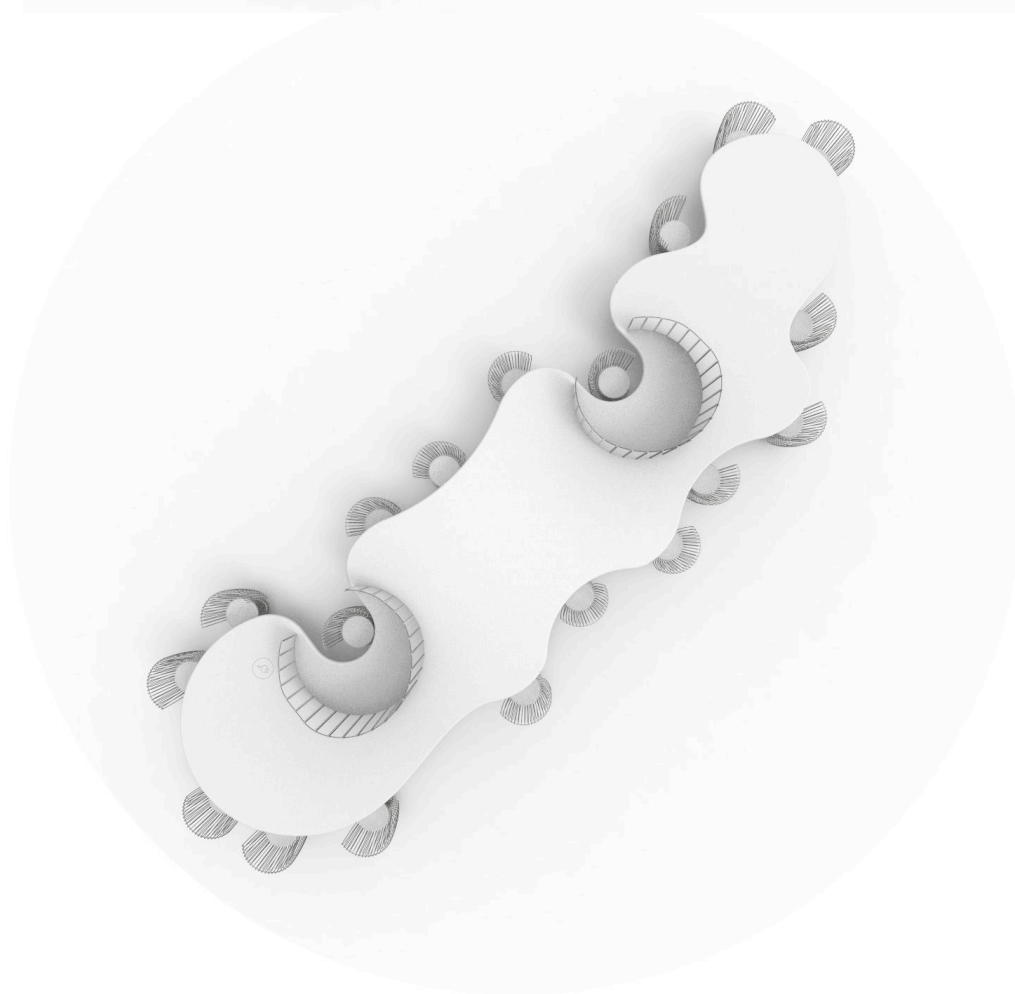
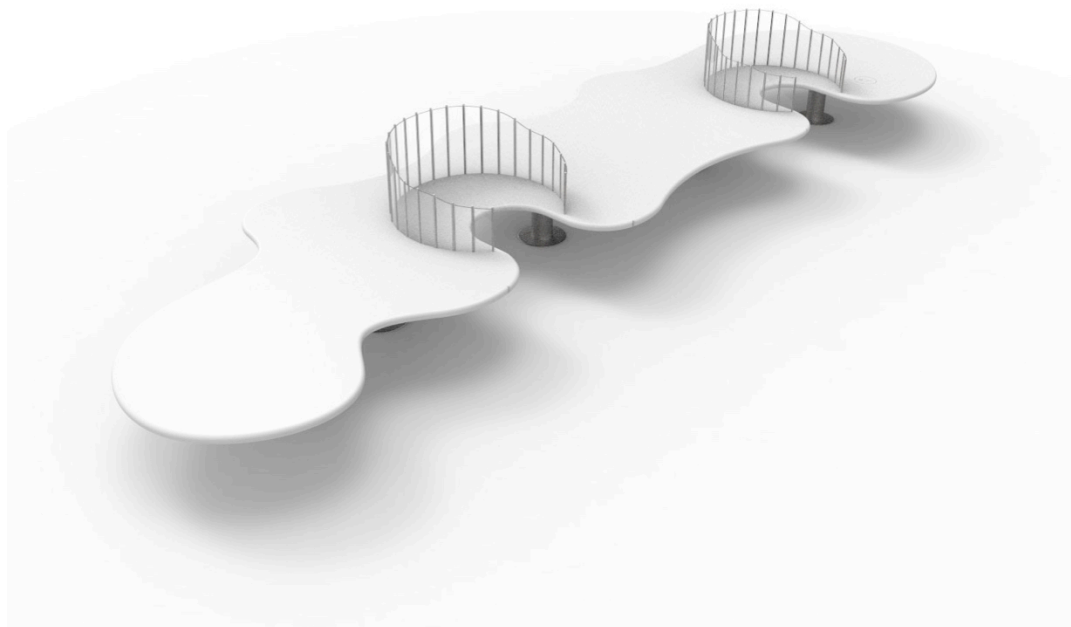


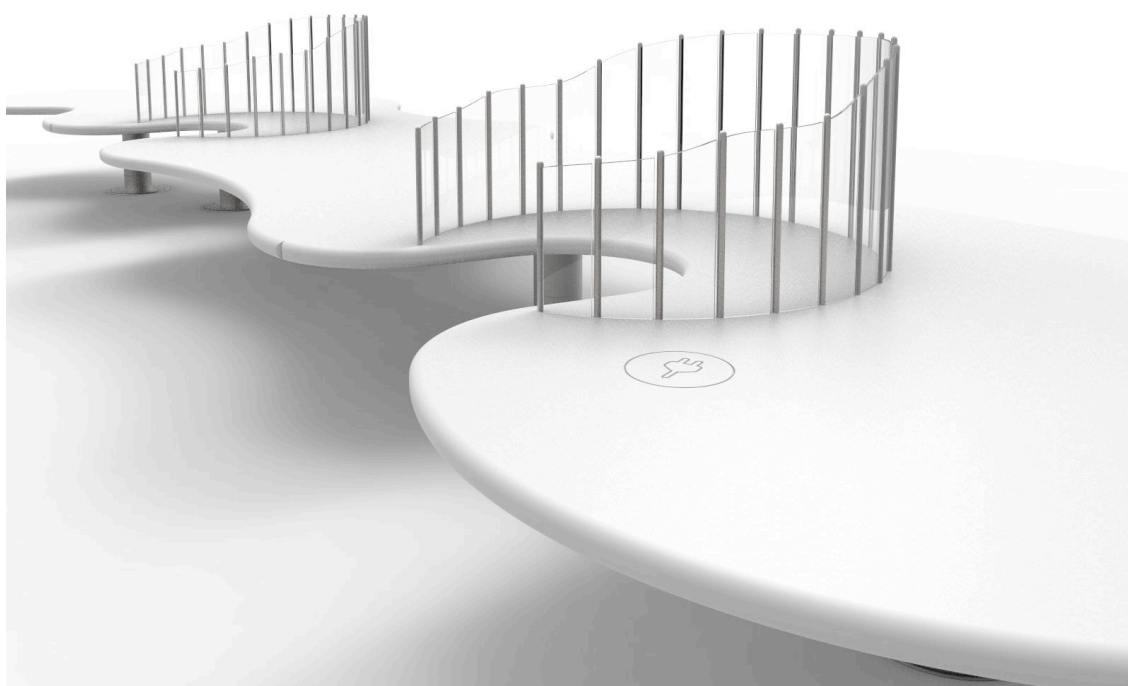




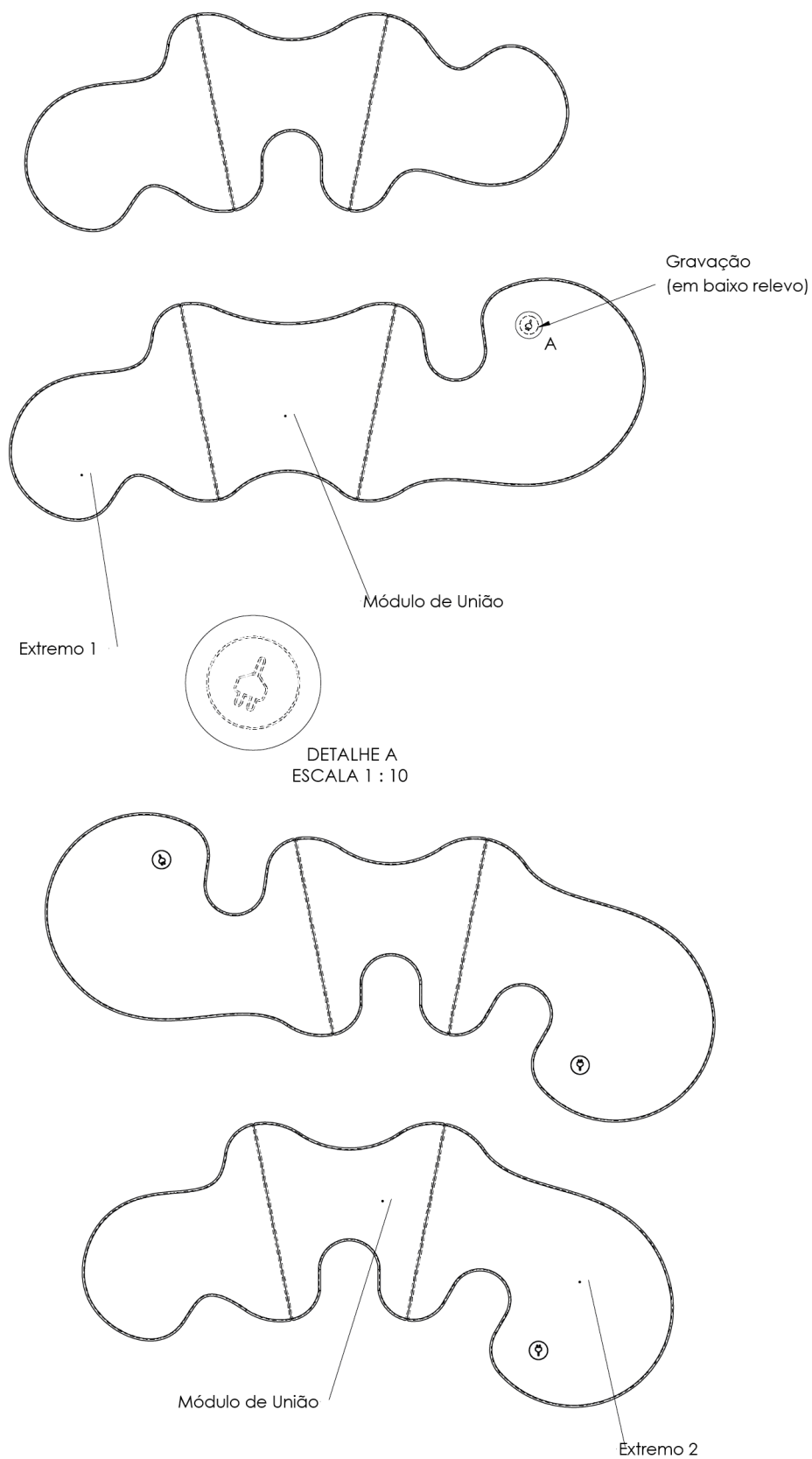


## 1. A MESA





## • OS MÓDULOS E ALGUMAS CONFIGURAÇÕES DO TAMPO



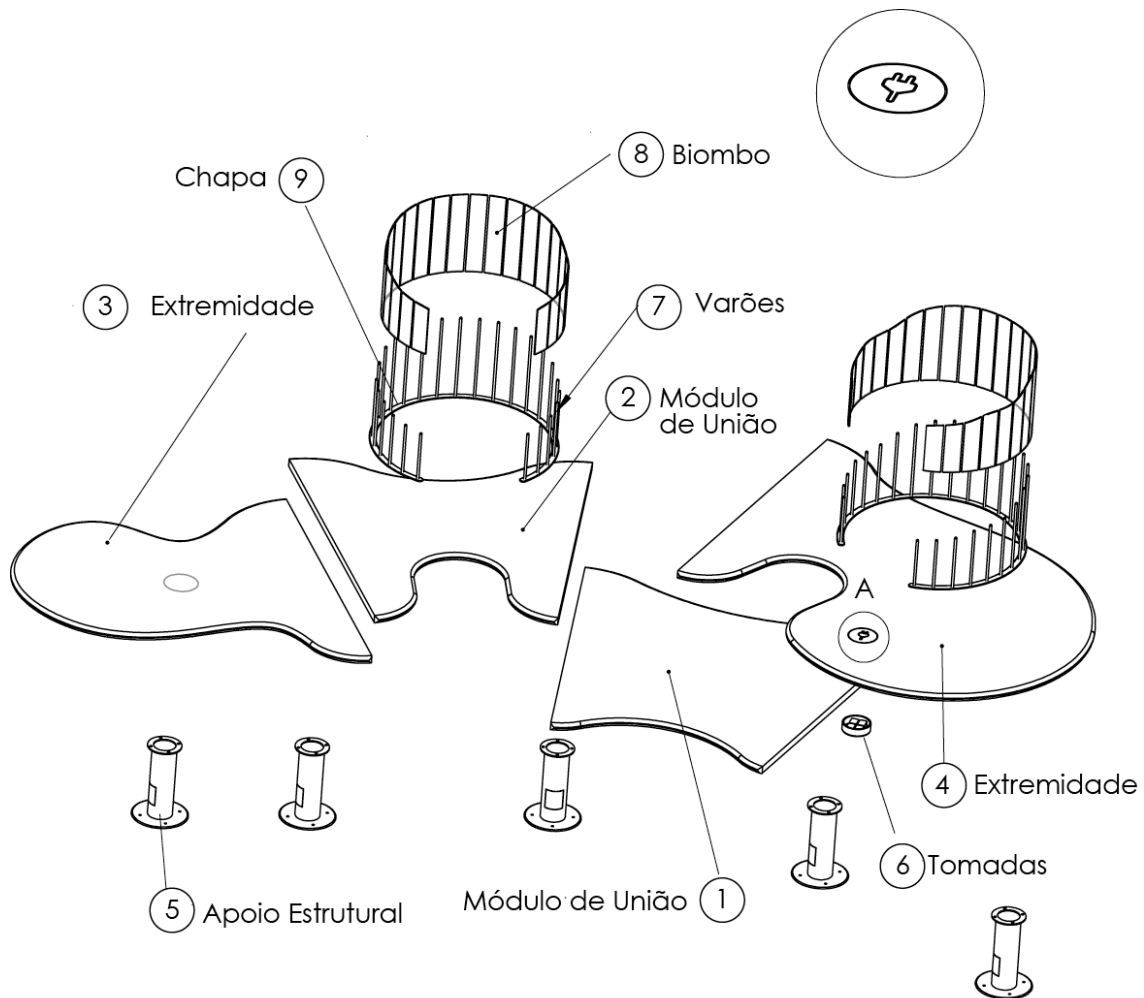
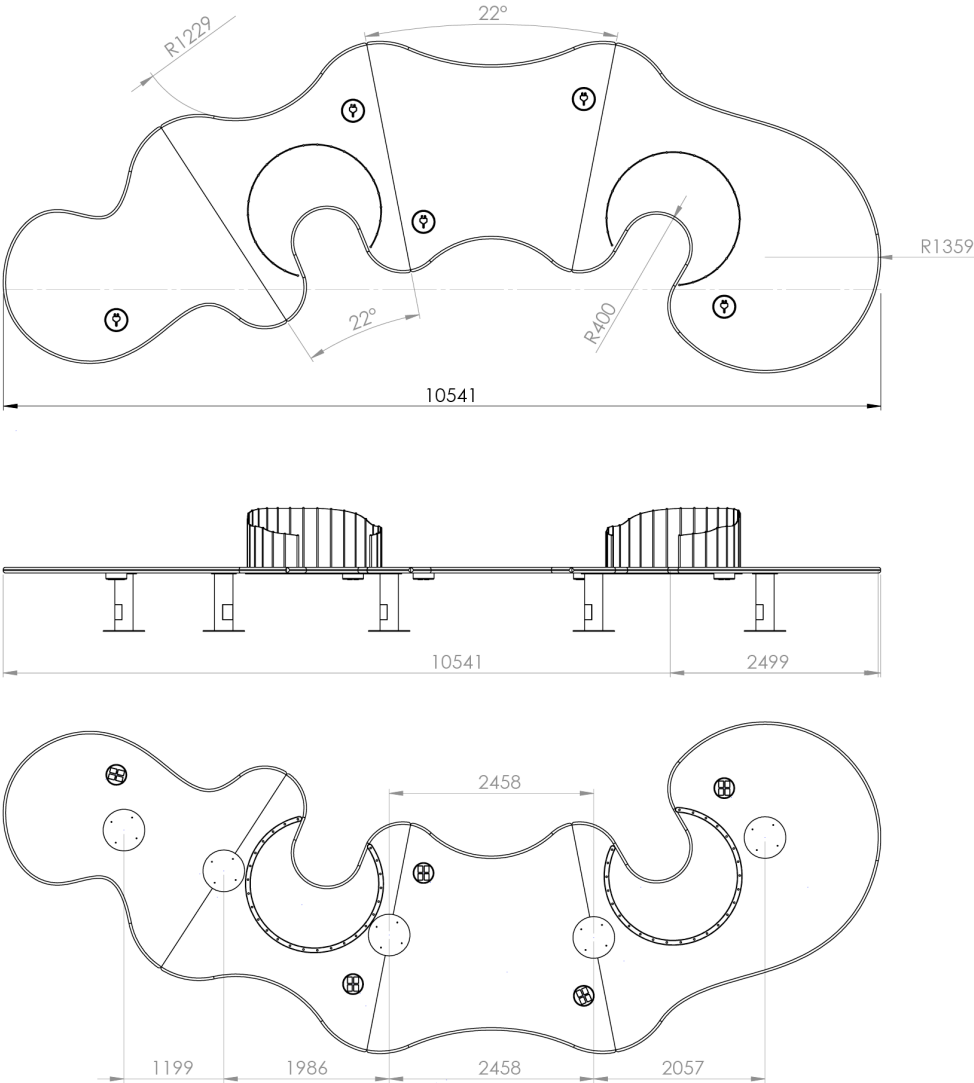


TABELA DE COMPONENTES

Conjunto / Comp.		Descrição	QT.	Material	Conformação	Acabamento
Sub.1 Tampo	C1	módulo união	1	corian	termo moldado	cor glacier white
	C2	módulo união	1	corian	termo moldado	cor glacier white
	C3	extremo	1	corian	termo moldado	cor glacier white
	C4	extremo	1	corian	termo moldado	cor glacier white
Sub.2 Estrutura	C5	apoio / pé	5	aço inox	extrudido	galvanizado
	C6	tomadas	1	corian	termo moldado corte CNC	cor glacier white
Sub.3 Isolador	C7	varões	25	aço inox	vazado	galvanizado
	C8	biombo	1	acrílico vazado	extrudido	transparente
	C9	chapa	1	aço inox	laminado	galvanizado

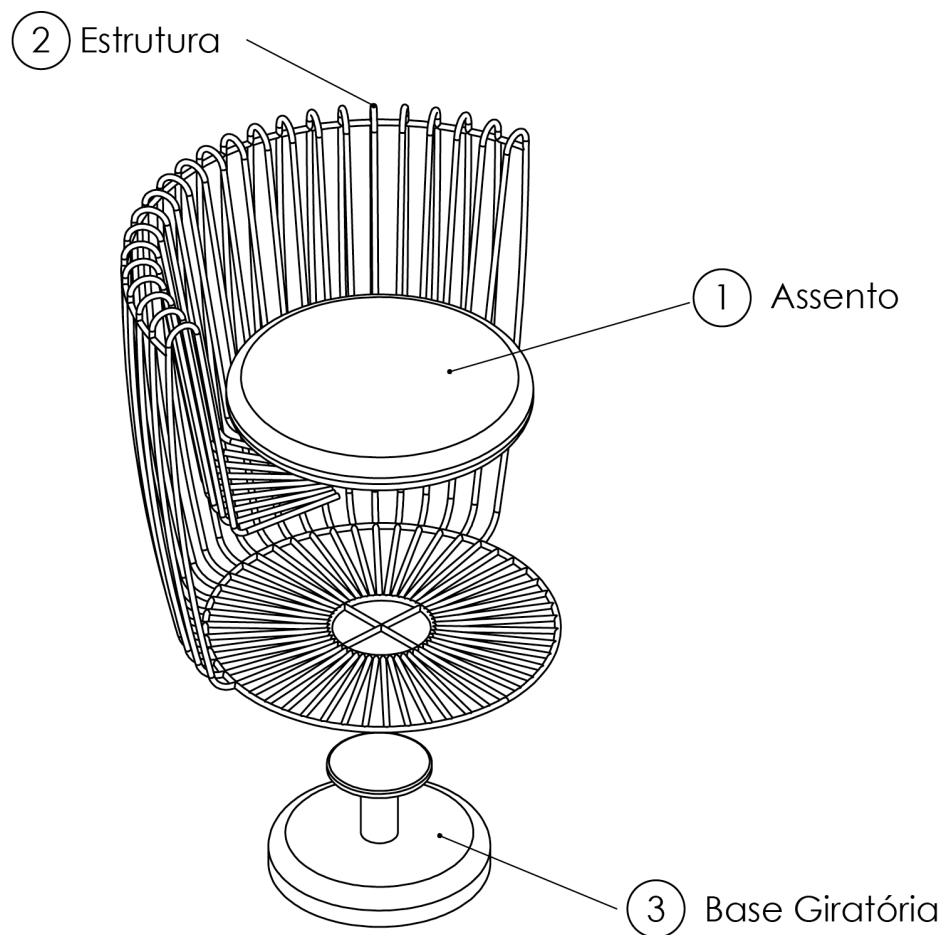
• DIMENSÕES GERAIS DA MESA COMPLETA



Beatriz Costa	FBAUL
Mesa Completa	1:50 mm
Design de Equipamento Trabalho de Projeto	

## 2. A CADEIRA

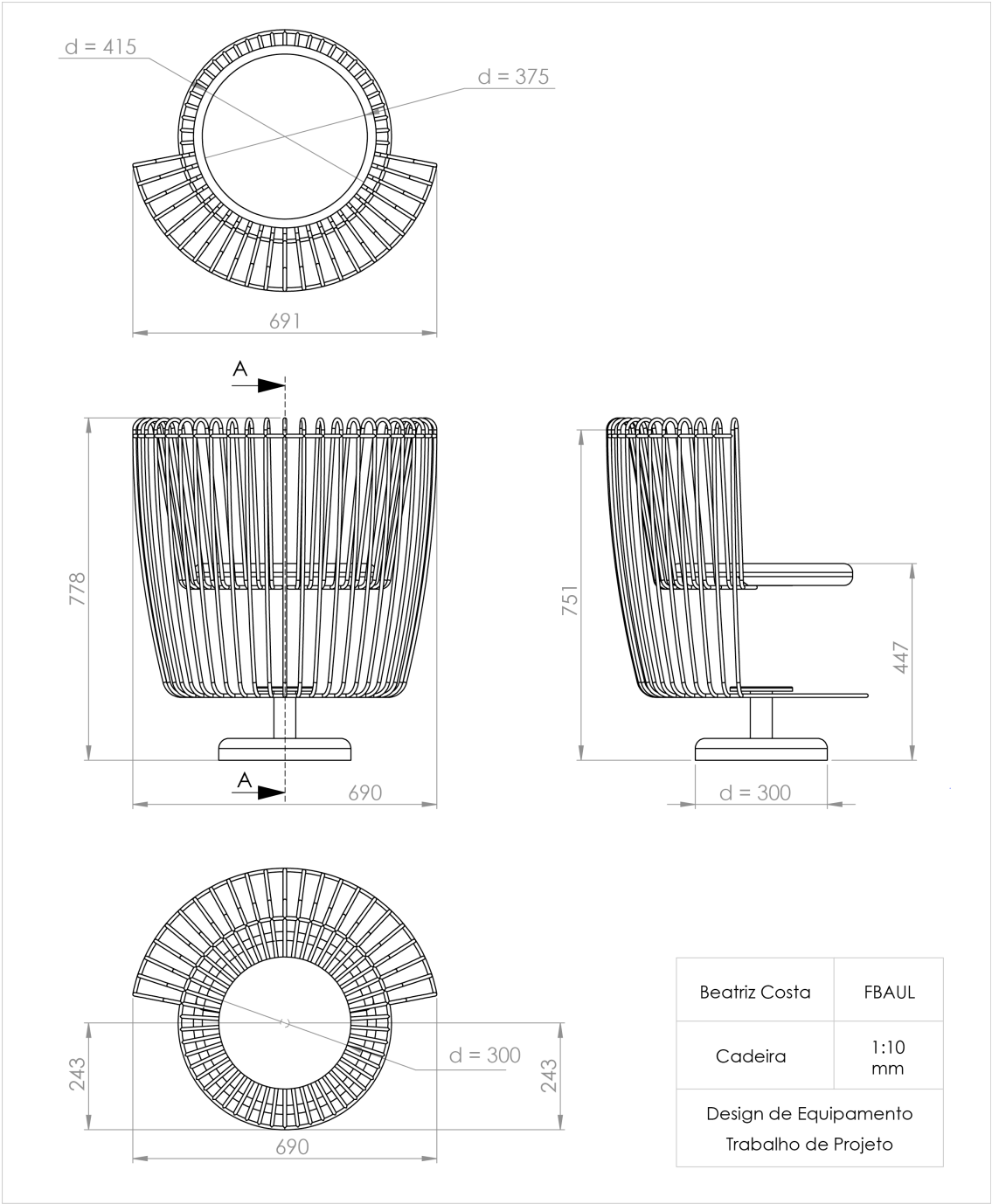




**TABELA DE COMPONENTES**

Componentes	Descrição	QT.	Material	Conformação	Acabamento
<b>C1</b>	assento	1	corian	termo moldado	cor glacier white
<b>C2</b>	estrutura	1	aço inox	dobrado	galvanizado
<b>C3</b>	eixo giratório	1	aço inox	extrudido	galvanizado

• DIMENSÕES GERAIS DA CADEIRA





## 9. CONCLUSÃO

Uma das ideias notórias e quase sempre central nos vários autores analisados é a valorização dos espaços de fluxos sob os espaços de permanência nas construções de ambientes urbanos, ao não possuírem um carácter permanente nem fixo, mas sim que possam ir ao encontro dos indivíduos, de forma a criar espaços vívidos de movimento e articulação de várias interações.

Atualmente vive-se num meio cada vez mais urbanizado, envolvido em grandes cidades, numa sociedade fortemente dinâmica e de intensos intercâmbios culturais. É cada vez mais importante a conceção de espaços públicos que funcionem como uma plataforma de interação, comunicação e criatividade e que permitam harmonizar as pessoas com o ambiente exterior de uma forma fluída, prática e pragmática, sem as pressionar ou causar constrangimentos quer de tempo quer financeiros.

Também as TIC desenvolveram e dinamizaram novos fluxos de interação entre as pessoas e as empresas. Esta evolução da tecnologia desenvolveu o mundo atual de uma forma tal que permite a evolução do trabalho para uma vertente mais nómada e livre, contribuindo para que as pessoas possam estar, reunir, partilhar em qualquer lugar sem barreiras, usufruindo de maior fluidez e flexibilidade, características que os tempos modernos imprimem a esta nova sociedade cibernética. É importante por isso conciliar esta “fervura” das novas tecnologias com o contacto físico entre as pessoas, que nunca deixará de existir e será sempre importante conviver nos mais variados lugares.

É nesta cadeia de raciocínio que as tendências emergentes sobre as novas práticas e modelos de trabalho são cada vez mais interativas e comunicativas, sem estarem permanentemente ligadas a um espaço restrito e fixo. Concluiu-se que as configurações dos novos espaços de trabalho tendem para ser cada vez mais “open”, amplos e dinâmicos. É importante entender que existe uma nova forma de “trabalho”, na sua possibilidade de localização, de poder ser feito num panorama bilateral e quase universal. Não só nas novas tendências de práticas de trabalho como também na organização estrutural das empresas este fenómeno é visível. Novas propensões emancipam uma vontade crescente de promover as relações interpessoais no espaço de

trabalho.

No seguimento da nova política de reurbanização da cidade de Lisboa, este projeto poderá ter interesse ao nível da Câmara Municipal de Lisboa, dado que se tem assistido a uma requalificação da cidade, na criação de novos espaços verdes, com uma crescente preocupação na qualidade de vida das pessoas e na sua cada vez maior proximidade com a natureza.

Considera-se que seria a ocasião ideal para implementar espaços como o que é proposto, tanto em jardins, como nas proximidades de zonas de escritórios no centro da cidade, ou de outros locais pertinentes como os ambientes de estudo universitário e escolares.

Estes espaços promovem diversos benefícios que estão diretamente relacionados com a teoria da Biofilia, uma tendência adaptada também aos interiores dos escritórios. Vários são os novos casos de ambientes interiores que tentam reproduzir o efeito e os benefícios inerentes do contacto com a natureza, com os ambientes verdes. A produtividade e a criatividade são fatores que estão diretamente relacionados com esta proximidade. Como analisado através dos inquéritos realizados, este contato nunca deixa de ser um fator importante na prática e realização de trabalho, estudo, que envolva exigência a nível de concentração.

É percebido que a prática de trabalho no espaço público se desenvolverá em torno de um ambiente descontraído e informal, que propicie o convívio entre as pessoas, onde haja um mínimo de contacto. Este será um local alternativo aos espaços fechados de trabalho, estudo e até mesmo como fuga a espaços inapropriados que normalmente são utilizados para desenvolver estas atividades.

O equipamento proposto irá contrapor esta realidade ao justificar esta necessidade com a criação de um mobiliário urbano, destinado ao estudo e ao trabalho. Definido por uma linguagem ondulante e orgânica num espaço verde da cidade de Lisboa, que contraste com o mobiliário reto que define o espaço em questão, mas que liga as formas naturais e fluídas da natureza e da própria mecânica e estrutura do trabalho contemporâneo.

A sua utilização é própria para todos os cidadãos que queiram reunir-se com outros, trocar ideias, trabalhar e estudar, para as empresas, para os estudantes, num panorama amplo e descoberto.

O projeto desenvolvido nesta investigação procurou interligar vários conceitos distintos que definissem a utilidade da existência de um espaço de trabalho no espaço público. A demonstração dessa análise definiu alguns dos requisitos gerais a cumprir para esta prática.

Deste modo, é possível concluir que a presente investigação assim como a sua projeção prática foram de encontro aos objetivos e requisitos pretendidos ao considerar para o projeto aspetos gerais como a segurança (proteção de bens), privacidade (barreira visual e/ou de som), a funcionalidade (trabalhos de grupo e/ou individuais; autonomia de energia), assim como a envolvimento com o espaço (harmonia). A necessidade de existir vários ângulos de interação entre as pessoas foi uma das características do projeto, respondendo ao requisito da criação de um espaço destinado ao trabalho de grupo e/ou individual; os materiais utilizados foram selecionados de forma a satisfazer também o requisito da utilização de materiais resistentes à intempérie, que proporcionem conforto, segurança e fácil manutenção. Também através dos materiais escolhidos obteve-se uma forma ondulante que foi de encontro com o espaço em questão, definindo um ambiente harmonioso. O inquérito realizado auxiliou na definição de utilização do equipamento proposto, visto que se constatou através da avaliação dos inquiridos que o estudo e o trabalho seriam as ações mais desenvolvidas.

Assume-se desta forma, que os objetivos e requisitos foram cumpridos ao diversificar as utilizações do espaço público com a proposta de um equipamento com uma utilização mais específica, em alternativa aos espaços fechados de trabalho.

Este é um conceito que se prevê ser desenvolvido de forma mais ampla nas cidades, devido a cada vez mais ser dada importância às áreas centrais urbanas, com a construção de grandes passeios. A interligação da natureza com o ambiente construído será também uma premissa assente nos novos contextos de urbanismo, de arquitetura e design, pelos seus benefícios e contrapartidas nos ambientes.

## 10. BIBLIOGRAFIA

- Albuquerque, R. T. (2016). *Design de Mobiliário Urbano para Espaços Verdes*. Faculdade de Belas-Artes de Lisboa.
- Alves, H. J. M. I. R. (2014). *Pensar a cidade para as pessoas - A potencialidade do espaço público enquanto promotor de relações sociais*. Universidade Lusíada do Porto.
- Borja, J., & Muxi, Z. (2001). *L'Espai públic : ciutat i ciutadania / Jordi Borja , Zaida Muxi*.
- Brandão, P. (2008). A identidade dos lugares e a sua representação colectiva.
- Browning, B., & Cooper, C. (2015). *The Global Impact of Biophilic Design in the Workplace. Human Spaces*. Retrieved from <http://humanspaces.com/resources/reports/>
- Browning, W., Ryan, C., & Clancy, J. (2014). 14 Patterns of Biophilic Design. *Terrapin Bright Green, LLC*, 1–60.
- CABE. (2005). *The impact of office design on business performance. The Impact of Office Design on Business Performance*. Retrieved from <http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20110118111511/http://www.cabe.org.uk/files/impact-office-design-full-research.pdf>
- Campbell, L., & Wiesen, A. (2011). *Restorative Commons: Creating Health and Well-being through Urban Landscape. Ecological Restoration* (Vol. 30). <https://doi.org/10.3368/er.30.3.244>
- Carmona, M., Heath, T., Oc, T., & Tiesdell, S. (2003). *Public places - urban spaces: the dimensions of urban design*. (A. Press, Ed.).
- Carmona, M., & Tiesdell, S. (2007). *Urban Design Reader*. (Architectural Press, Ed.). Oxford: Elsevier GmbH. [https://doi.org/10.1007/SpringerReference\\_12454](https://doi.org/10.1007/SpringerReference_12454)
- Ciolfi, L., & Carvalho, F. P. De. (2014). Work Practices, Nomadicity and the Mediatonal Role of Technology. *CSCW*, 23(2), 1–26.
- Cohen, A., Gjessing, C., Fine, L., Bernard, B., & McGlothlin, J. (1997). Elements of

- Ergonomics Programs - A Primer Based on Workplace Evaluations of Musculoskeletal Disorders. *A Primer Based on Workplace Evaluations of Musculoskeletal Disorders*, 146. Retrieved from <http://www.cdc.gov/niosh/docs/97-117/pdfs/97-117.pdf>
- Coimbra, A. M. (2015). Transfigurações do espaço público na era digital, 99–106.
- Cooper, C. (2014). *Biophilic Design in the Workplace*.  
<https://doi.org/10.1080/09613218.2011.556008>
- Daroda, R. F. (2012). *As novas tecnologias e o espaço público da cidade contemporânea*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Faculdade de Arquitetura.
- de Croon, E. M., Sluiter, J. K., Kuijer, P. P. F. M., & Frings-Dresen, M. H. W. (2005). The effect of office concepts on worker health and performance: A systematic review of the literature. *Ergonomics*, 48(2), 119–134.  
<https://doi.org/10.1080/00140130512331319409>
- Diani, M. (1986). The Social Design of Office Automation. *The MIT Press*, 3(2), 73–82. <https://doi.org/10.2307/1511486>
- Fonseca, J. F. (2004). *A contribuição da ergonomia ambiental na composição cromática dos ambientes construídos de locais de trabalho de escritório*. Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Humphry, J. (2013). Officing: Mediating time and the professional self in the support of nomadic work. *Computer Supported Cooperative Work: CSCW: An International Journal*, 23(2), 185–204. <https://doi.org/10.1007/s10606-013-9197-3>
- IBM Business Consulting Services. (2005). *The mobile working experience - A European perspective*.
- Indovina, F. (2002). O Espaço Público: Tópicos sobre a sua Mudança. *Cidades, Comunidades E Territórios*, (5), 119–123.
- Industry, E. & R. (2016). *The future of work: White paper*. Bruxelas. Retrieved from <http://changingworld.work/wp-content/uploads/2016/09/WEC-The-Future-of-Work-What-role-for->

PrES.pdf?utm\_content=buffer98c2b&utm\_medium=social&utm\_source=linkedin.com&utm\_campaign=buffer

Jacobs, J. (1961). *The Great and Life of Great American Cities*. (R. H. of Canada, Ed.). New York.

Jenks, M., & Dempsey, N. (2005). *Future Forms and Design for Sustainable Cities*. Oxford.

Kazi, A. G., Yusoff, R., Khan, A., & Kazi, S. (2014). Sains Humanika The Freelancer : A Conceptual Review. *Sains Humanika*, 3, 1–7.

Knoll. (2016). The Rise of Co-working : The Rise of Co-working : Movement, A Growing Workplace. *Corporate Real Estate Journal*, 5(4).

Kovács, I. Z. (2006). Novas formas de organização do trabalho e autonomia no trabalho. *Sociologia, Problemas E Práticas*, 52, 41–65.

Lang, J. (2014). *Workplace Strategy*.

Largo-Wight, E., Chen, W. W., Dodd, V., & Weiler, R. (2011). Healthy Workplaces : The Effects of Nature Contact at Work on Employee Stress and Health. *Public Health Reports*, 126, 124–131. <https://doi.org/10.2307/41639273>

Lottrup, L., Stigsdotter, U. K., Meilby, H., & Corazon, S. S. (2012). Associations between use, activities and characteristics of the outdoor environment at workplaces. *Urban Forestry and Urban Greening*, 11(2), 159–168. <https://doi.org/10.1016/j.ufug.2011.12.006>

Mattelart, A., & Matterlart, M. (1997). *História das Teorias da Comunicação*. (C. das Letras, Ed.).

Meel, J. Van. (2000). *The European Office*. Roterdão: 010 Publishers.

Mitchell, D. (1995). The End of Public Space? People's Park, Definitions of the Publi , and Democracy. *Annals of the Association of American Geographers*, 85(1), 108–133.

Montgomery, J. (1998). Making a city: urbanity, vitality and urban design. *Journal of Urban Design*, 3(1), 93–116. <https://doi.org/10.1080/13574809808724418>

- Moor, M., & Rowland, J. (2006). *Urban Design Futures*. Routledge.
- Mota, L. M. G. da C. F. (2015). *Design como fator de humanização no desenvolvimento de produtos : Posto de trabalho para ambiente em cowork*. Retrieved from <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/82952/2/119803.pdf>
- Nieuwenhuis, M., Knight, C., Postmes, T., & Haslam, S. A. (2014). The relative benefits of green versus lean office space: Three field experiments. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 20(3), 199–214.  
<https://doi.org/10.1037/xap0000024>
- Pereira, C. V. (2012). *Processos produtivos e usos do mobiliário urbano - Desafios para a Sustentabilidade do Espaço Público*.
- Petrilla, M. (2012). Q & A : Moving the Office Outside. *Smart Planet*.
- Serra, J. (1996). *Elementos urbanos: mobiliário y microarquitectura = Urban elements: furniture and microarchitecture*. (E. G. G. S.A, Ed.). Barcelona.
- Soares, A. (2013). *O Bairro da Graça - Dinamização do Espaço Público*. Faculdade de Belas-Artes de Lisboa.
- Steelcase. (2010). *How the workplace can improve collaboration. White Paper*. Retrieved from <http://www.steelcase.com/en/products/category/integrated/collaborative/room-wizard/documents/threesixty collaboration white paper v2.6.pdf>
- SteelCase. (2009). *High Performance Collaboration The connected workplace*.
- SteelCase Inc. (2016). *Workcafé Ideabook*.
- Sundstrom, E., & Sundstrom, M. G. (1986). *Work places: The psychology of the physical environment in offices and factories (environment and behavior)*. (C. U. Press, Ed.). Cambridge, UK.
- Thwaites, K., & Simkins, I. (2007). *Experiential Landscape: An Approach to People, Place and Space*. (Routledge, Ed.). Londres.
- Wagner, J., & Watch, D. (2017). *Innovation Spaces: The New Design of Work*, (April). Retrieved from <https://www.brookings.edu/wp->

content/uploads/2017/04/cs\_20170404\_innovation\_spaces\_pdf.pdf

Worthington, J. (1997). *Reinventing the Workplace*. (A. Press, Ed.). Oxford.

Worthington, J. (2006). *Reinventing the Workplace*. (ED. Oxford: The Architectural Press, Ed.).

## 11. WEBGRAFIA

Belanciano, V. (2016). *Second Home agora em Lisboa*. PÚBLICO. Retirado de <https://www.publico.pt/2016/12/04/culturaipsilon/noticia/second-home-agora-em-lisboa-1753388>

Day, J., Pectu, E., Risom, J. (2013) Gehl People. Envisionings the Streets of East Midtown Manhattan. Retirado de <http://gehlpeople.com/cases/new-york-east-midtown/>

Dubé, D. (2017). *This is how much time you spend on work emails every day, according to a Canadian survey*. Global News. Retirado de <https://globalnews.ca/news/3395457/this-is-how-much-time-you-spend-on-work-emails-every-day-according-to-a-canadian-survey/>

Forlano, Laura. *Breakuot! Escape from the office*, 2009.  
<https://lauraforlano.org/research/breakout-escape-from-the-office/>

HUBitat - XXI Triennale. (2016). *Matteo Ragni Studio*. Retirado de <http://www.matteoragni.com/project/hubitat-xxi-triennale/>

Ladeiro, M. (2015) *Hub é um novo conceito de trabalho, idealizado por Matteo Ragni para a Fantoni*. *Linked in*. Retirado de <https://pt.linkedin.com/pulse/hub-é-um-novo-conceito-de-trabalho-idealizado-por-matteo-ladeiro>

Siddique, H. (2015). *Office employees should be on feet for four hours of working day, study says*. The Guardian. Retirado de



<https://www.theguardian.com/lifeandstyle/2015/jun/01/office-workers-on-feet-standing-fours-hours-day-study-health>

The Guardian. (2009). Percentage of global population living in cities, by continent.

Retrieved September 30, 2014, de

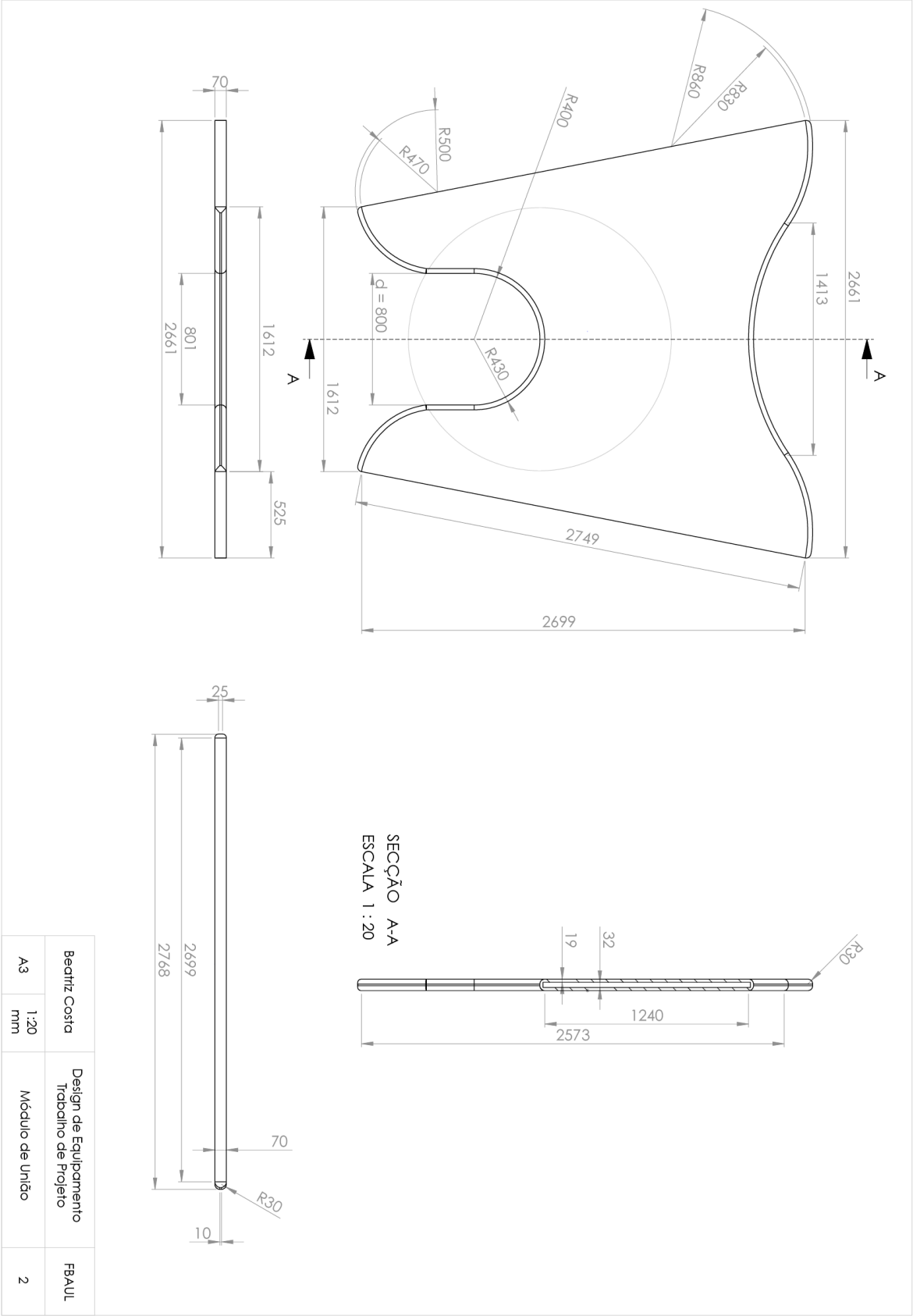
<https://www.theguardian.com/news/datablog/2009/aug/18/percentage-population-living-cities>

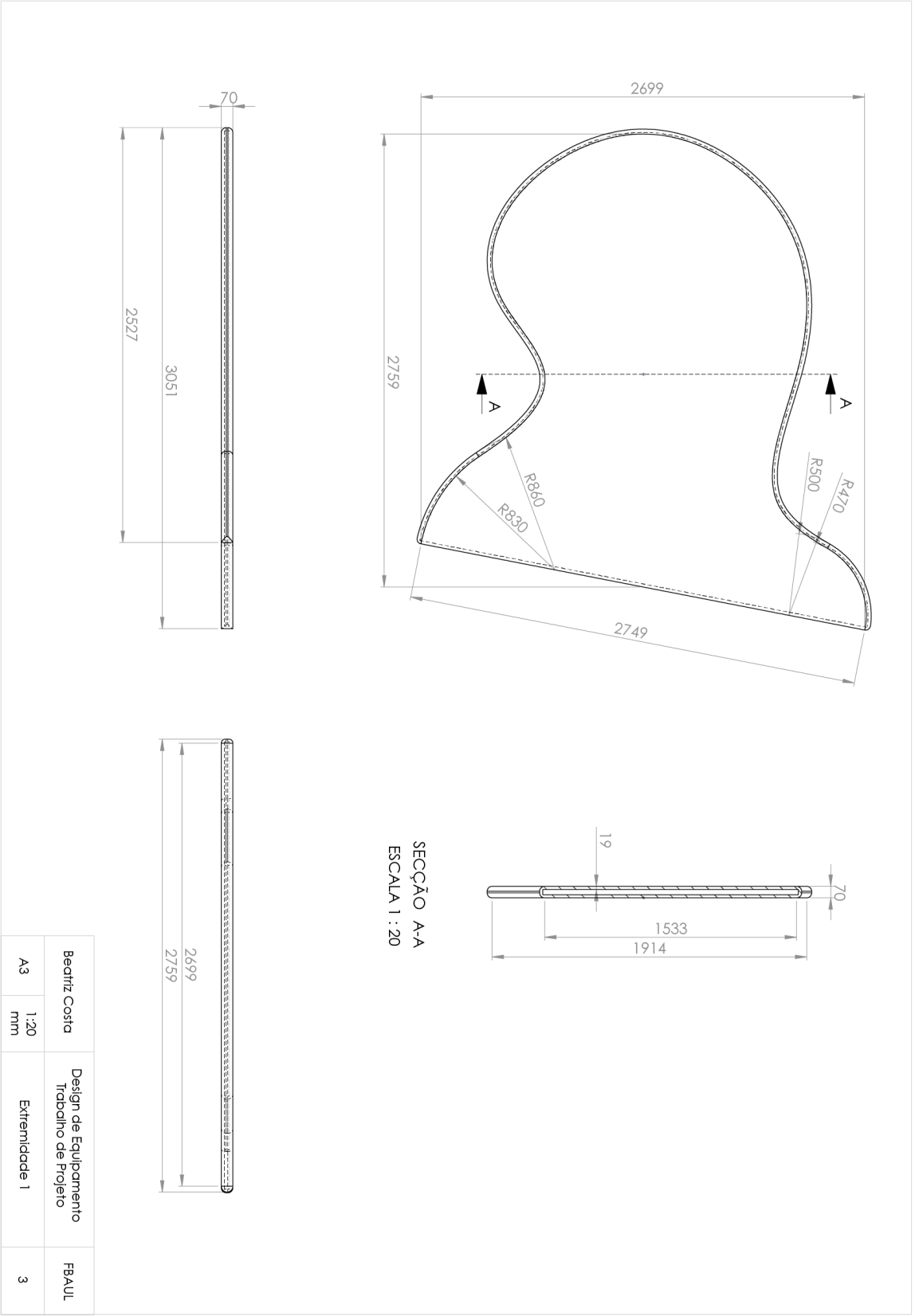
World Resources Institute (2009) *The Guardian. Percentage of global population living in cities, by continent*. Retirado de

<http://www.theguardian.com/news/datablog/2009/aug/18/percentage-population-living-cities>

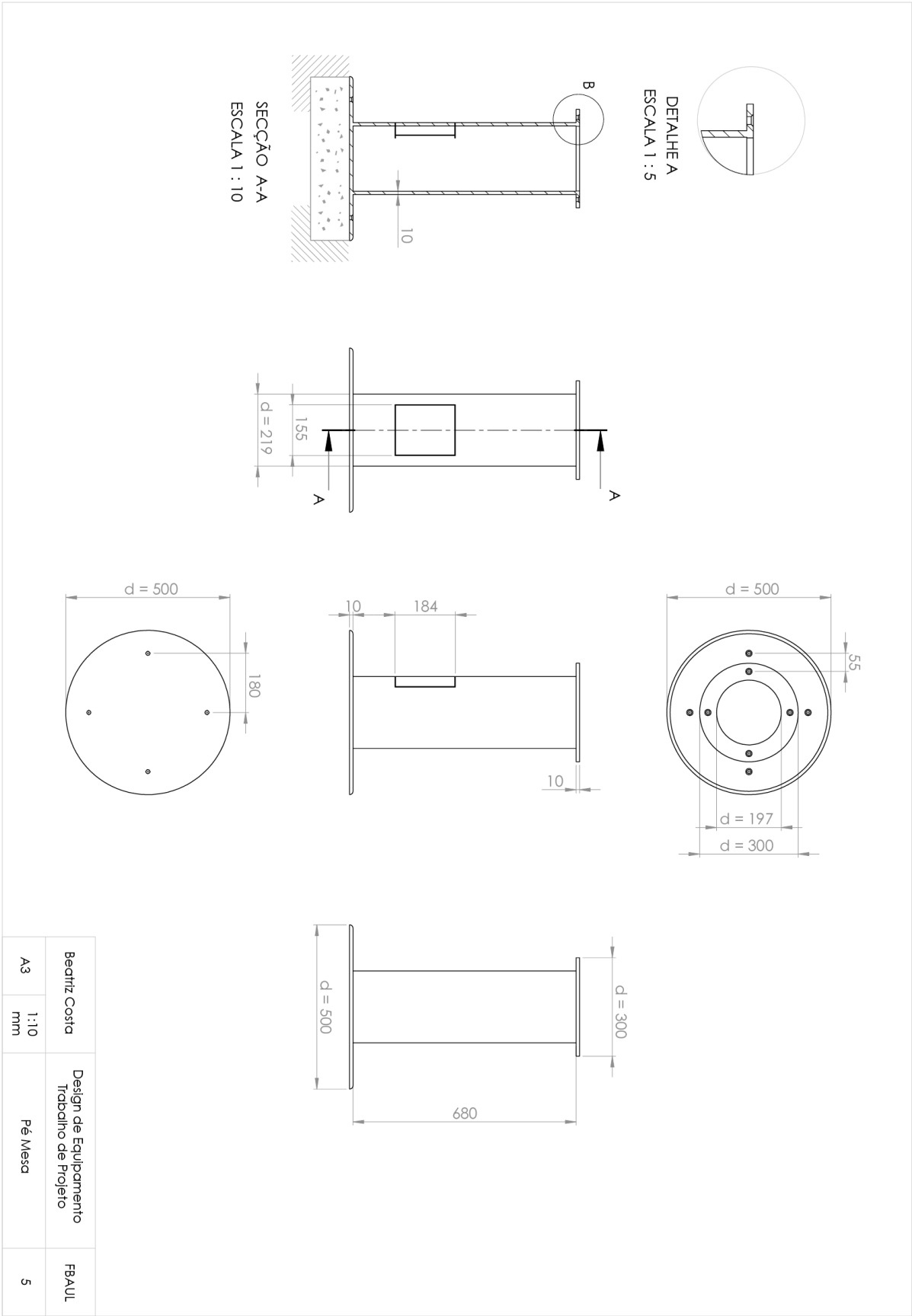
## Desenhos Técnicos: ANEXO I - A Mesa

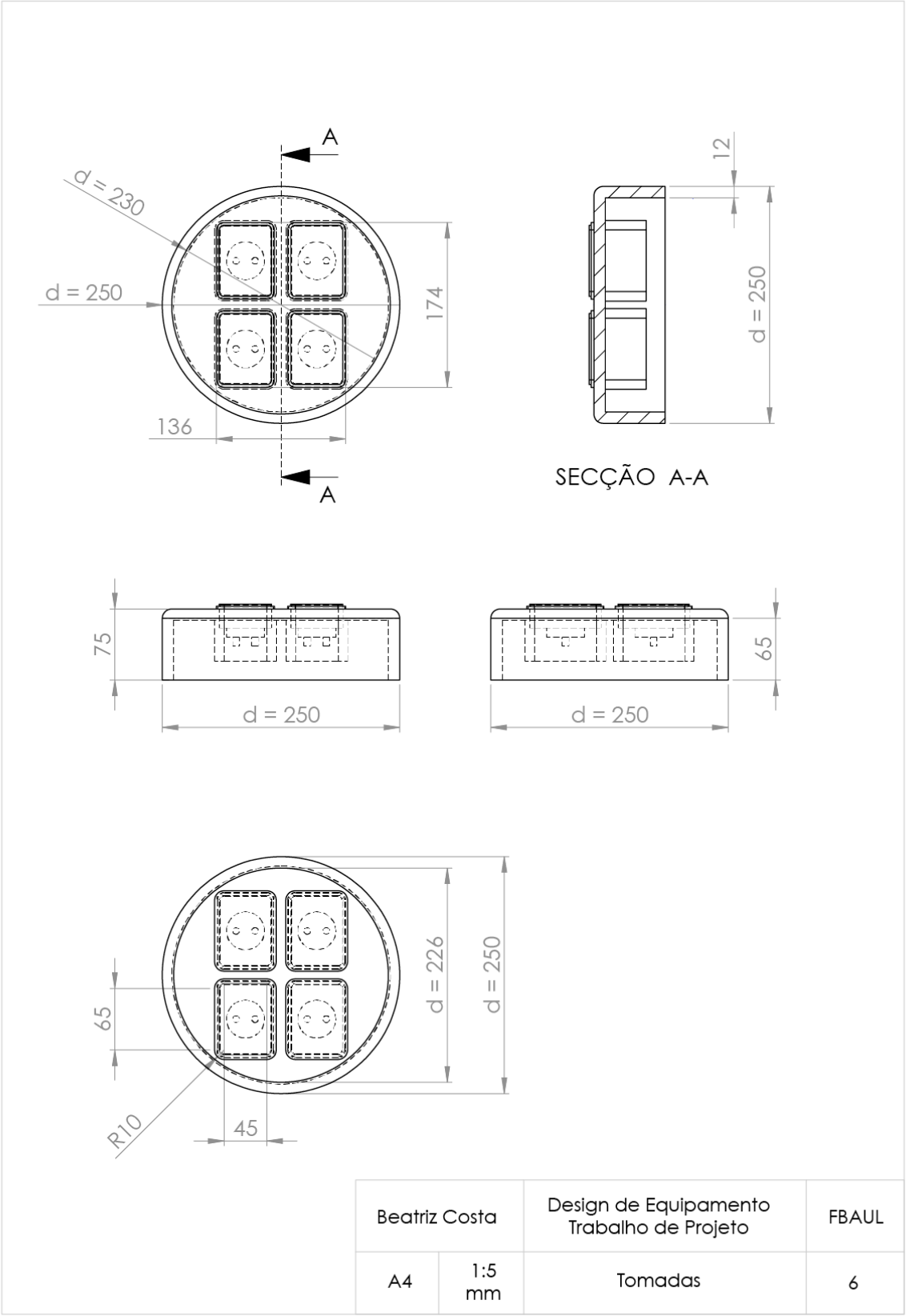


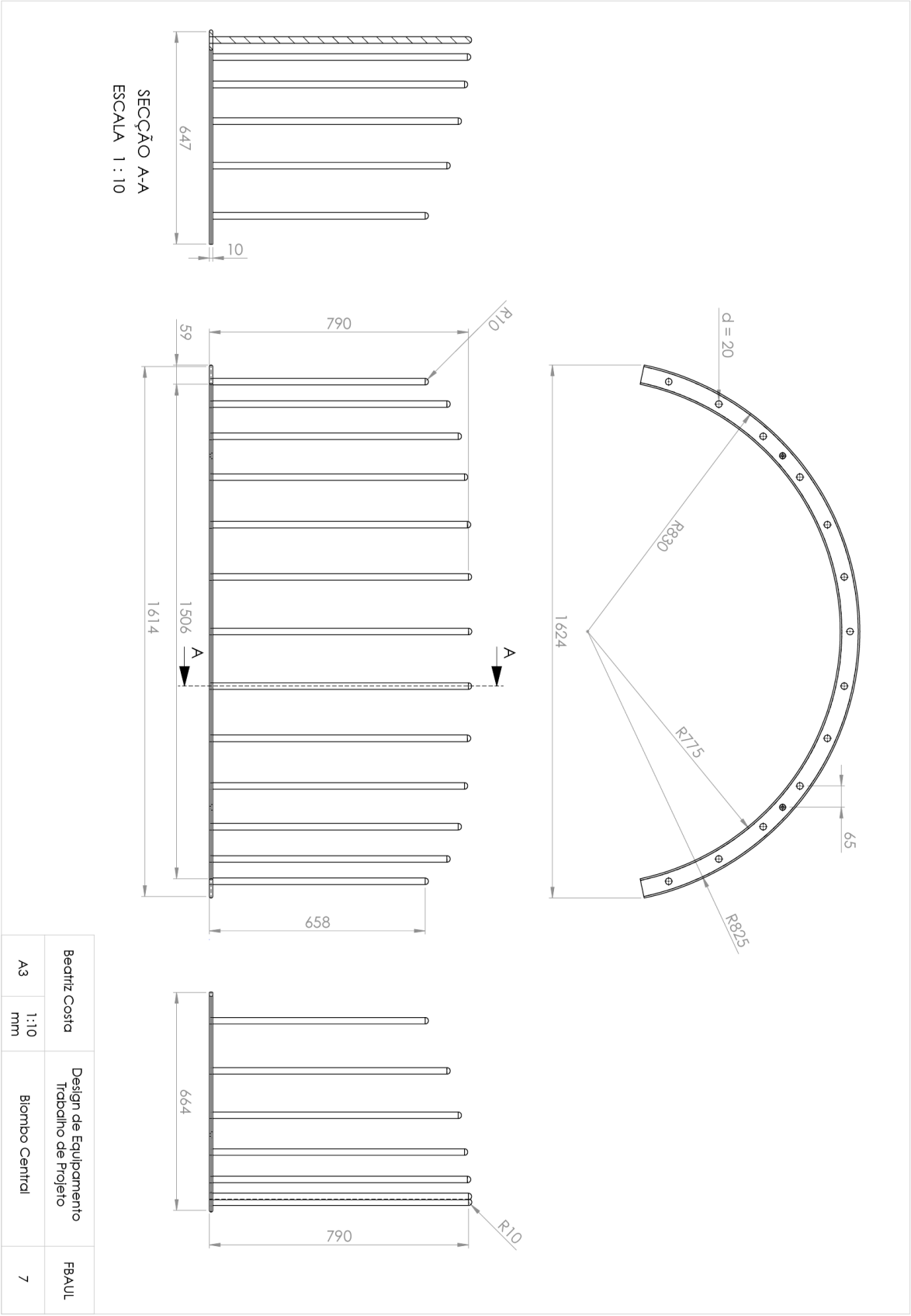




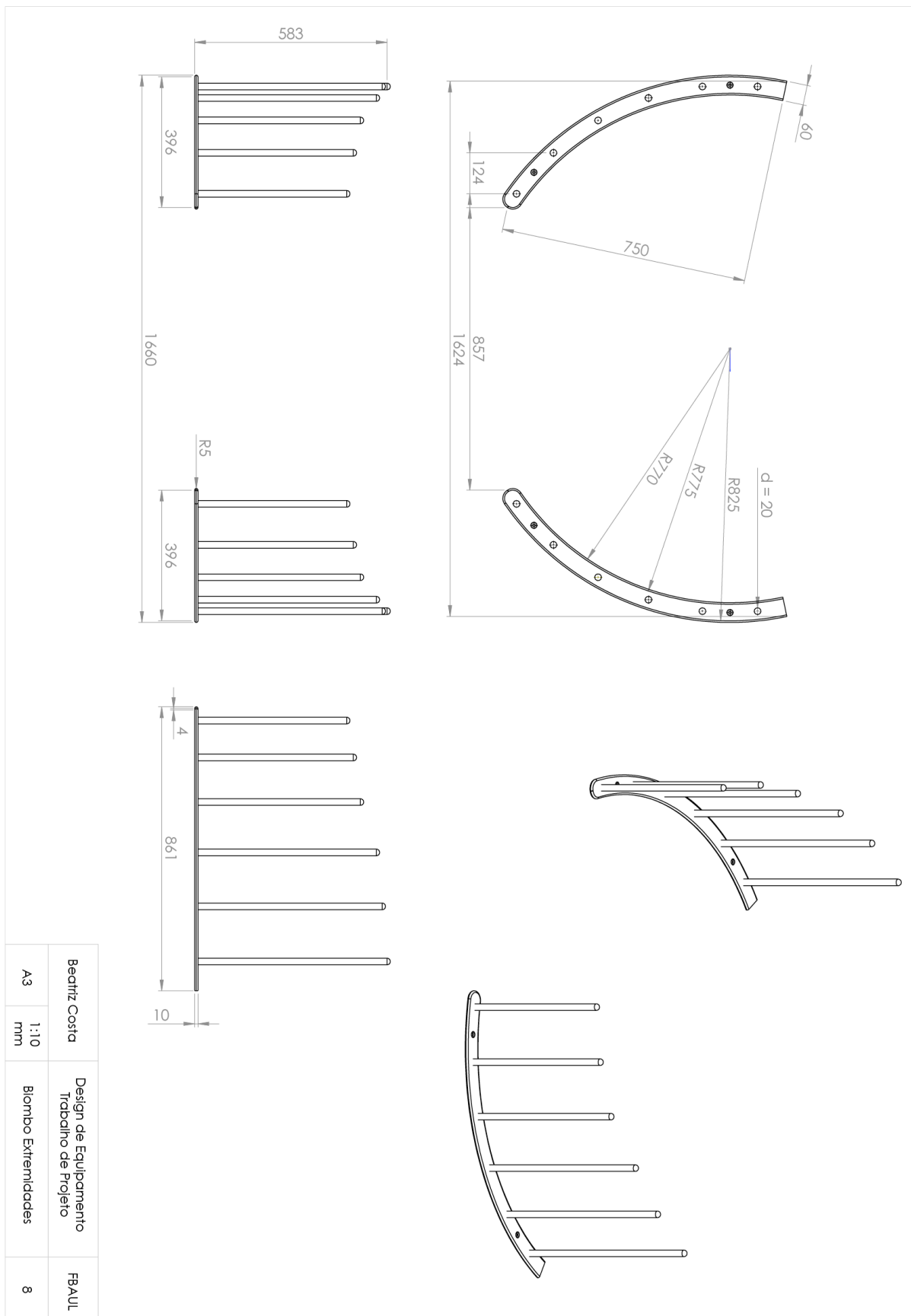


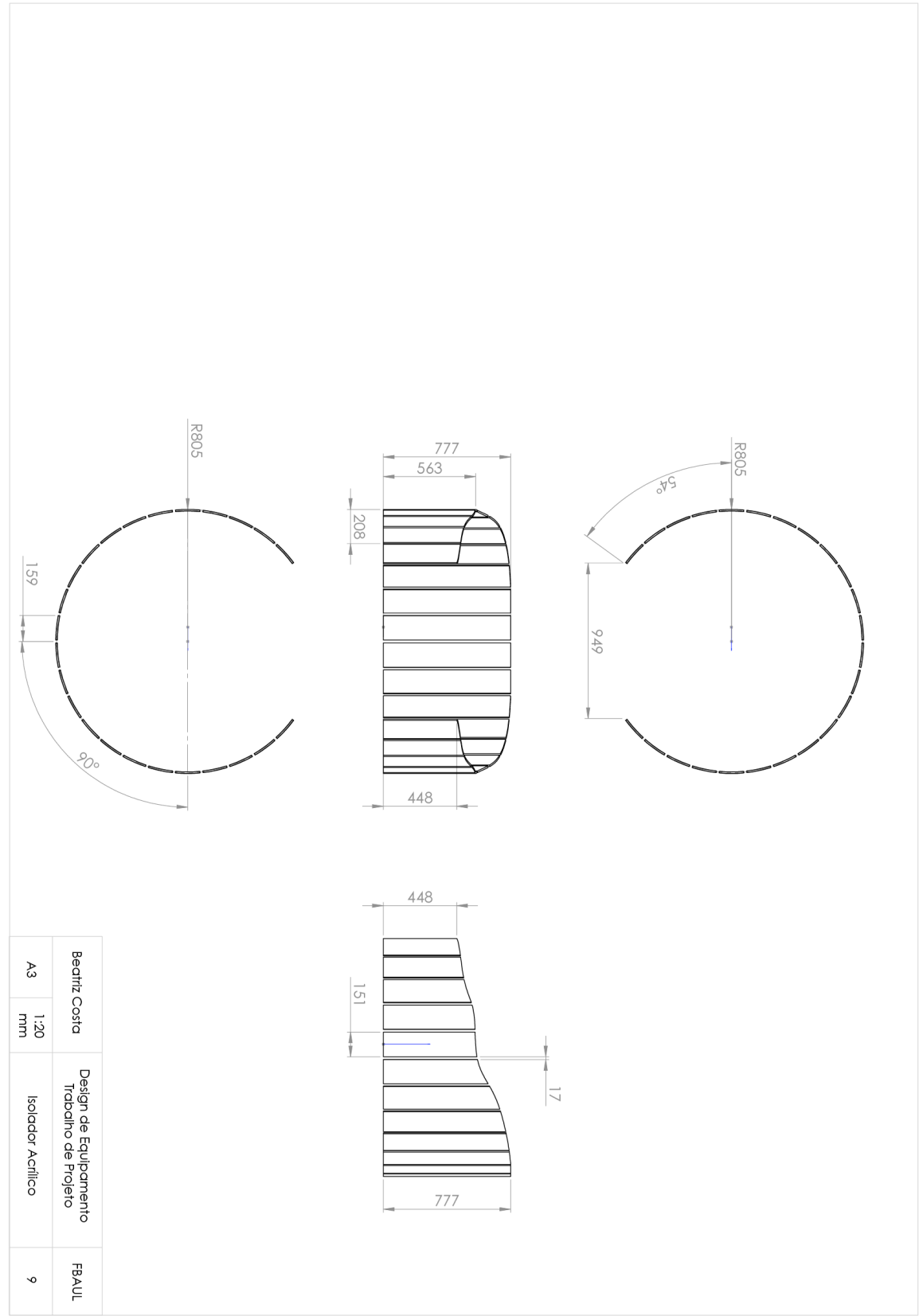


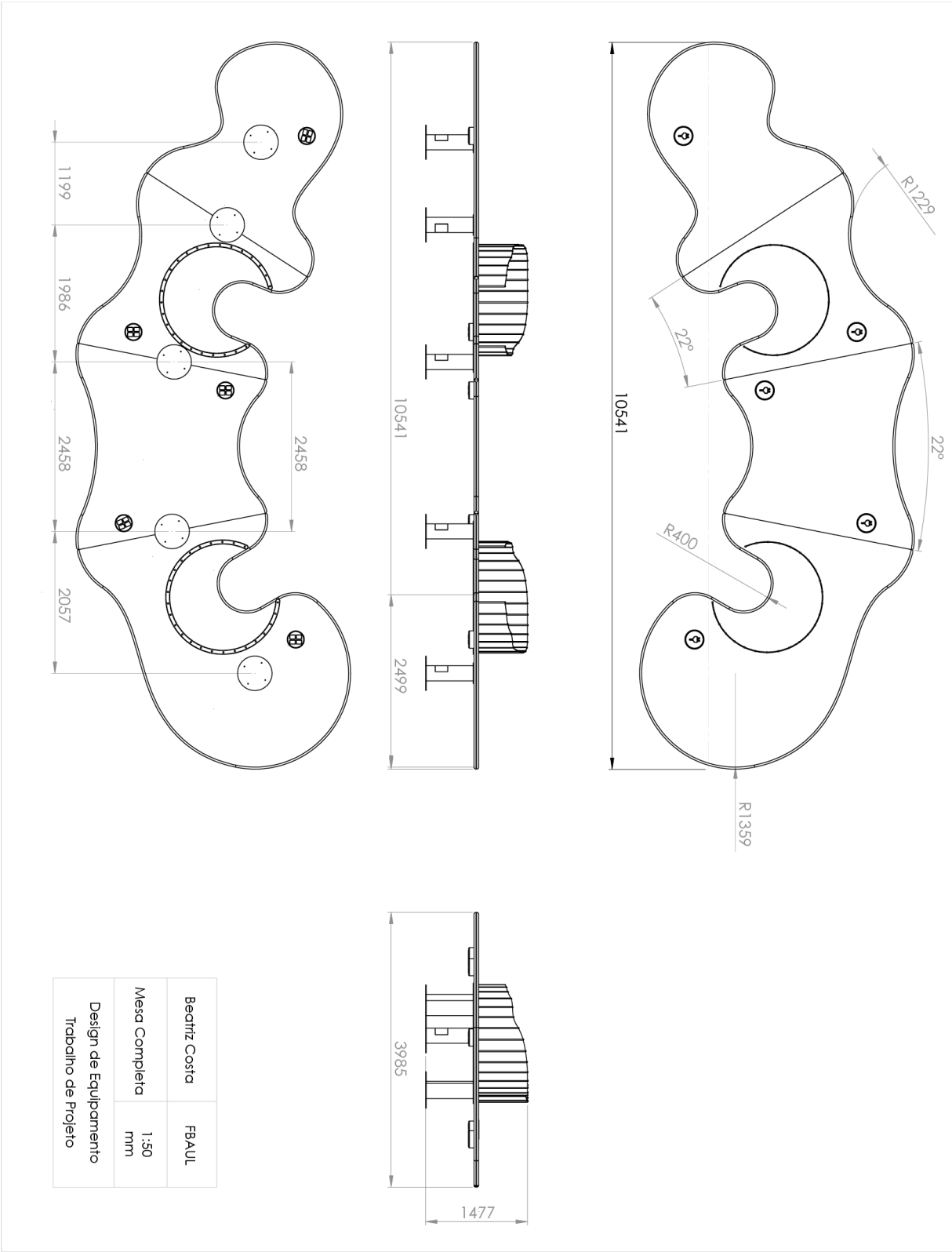












ANEXO II – A Cadeira

